

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE DE ENFERMAGEM
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
CURSO DE ENFERMAGEM

FRANCIENE MAYARA BORGES DE ARAÚJO

**A TRAJETÓRIA DE VIDA DA POPULAÇÃO LÉSBICA, GAY, BISSEXUAL,
TRANSEXUAL E TRAVESTI EM SITUAÇÃO DE RUA**

MOSSORÓ
2019

FRANCIENE MAYARA BORGES DE ARAÚJO

**A TRAJETÓRIA DE VIDA DA POPULAÇÃO LÉSBICA, GAY, BISSEXUAL,
TRANSEXUAL E TRAVESTI EM SITUAÇÃO DE RUA**

Monografia apresentada à Coordenação de Monografia da Faculdade de Enfermagem- FAEN, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem.

ORIENTADORA: Professora Dra. Moemia
Gomes de Oliveira Miranda

MOSSORÓ

2019

B732t Borges de Araújo, Franciene Mayara
A TRAJETÓRIA DE VIDA DA POPULAÇÃO LÉSBICA,
GAY, BISSEXUAL, TRANSEXUAL E TRAVESTI EM
SITUAÇÃO DE RUA. / Franciene Mayara Borges de
Araújo. - Mossoró/RN, 2019.
72p.

Orientador(a): Profa. Dra. Moemia Gomes de Oliveira
Miranda.

Monografia (Graduação em Enfermagem).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. População em situação de rua. 2. População LGBT.
3. Necessidades de saúde. I. Gomes de Oliveira Miranda,
Moemia. II. Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte. III. Título.

FRANCIENE MAYARA BORGES DE ARAÚJO

A TRAJETÓRIA DE VIDA DA POPULAÇÃO LÉSBICA, GAY, BISSEXUAL,
TRANSEXUAL E TRAVESTI EM SITUAÇÃO DE RUA

Monografia apresentada à Coordenação de Monografia da Faculdade de Enfermagem-FAEN, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem.

ORIENTADORA: Professora Dra. Moemia Gomes de Oliveira Miranda

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

Dra. Moemia Gomes de Oliveira Miranda
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Orientadora

Me. Katamara Medeiros Tavares
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Membro Interno

Me. Janaíne Maria de Oliveira
Servidora Municipal e Estadual de Saúde
(Unidade Básica de Saúde- Dr José Fernandes de Melo- Mossoró
Hospital Regional Nelson Inácio Dos Santos- Assú
Hospital e Maternidade Aluizio Alves- Lajes)
Membro Externo

A toda População LGBT em especial as que se encontram em situação de rua, que
são sujeitos de luta, força e coragem.
A vocês, dedico.

AGRADECIMENTOS

Durante todo esse processo de construção, posso afirmar que esse é o momento mais íntimo, as emoções ficam à flor da pele, as palavras faltam, as lembranças se fazem presentes em cada linha escrita, afinal a arte de escrever guardar surpresas para aqueles de tem a coragem de adentrar as suas mais intensas emoções.

Agradeço a Deus e ao universo que me ajudou a chegar até aqui, Aos meus familiares, por mostrarem que lá fora poder ser tempestuoso, mais ao voltar para “casa” o abrigo estar firme, que as raízes que eles construíram continuam fortes, e que as árvores continuam crescendo e me abrigando sempre que preciso voltar e me encontrar. Aos meus avós (maternos) Dona Helena e Seu José Borges, por ter cuidado tão bem da minha mãe enquanto eu estava aqui, construindo o meu sonho. Obrigada por serem esse exemplo de afeto e carinho. Aos meus pais (biológicos) Marinice e Chico Lobato (in memoriam), agradeço a vocês por ter me dado o dom da vida, por terem respeitado as minhas escolhas e amenizado os meus medos. Pai, com o senhor eu aprendi que devemos buscar nossos sonhos independente se eles pareçam inalcançáveis, mas também aprendi, que não é desonra desistir, que os fortes também desistem. Obrigada por ter junto com minha mãe embarcado nas minhas loucuras. Não é fácil nem justo viver tudo isso sem você, talvez qualquer dia desse eu consiga dormir sem antes ouvir as gravações de sua voz que me acalenta de certa forma, amo vocês. Aos meus pais (adotivos) Maria e Tantico, obrigada por me amarem da forma mais pura e digna que alguém pode amar uma outra pessoa, obrigada por ter me motivado a não desistir, por terem dividido comigo toda essa carga, vocês são exemplos de seres humanos, são pessoas dignas, que admiro, amo vocês.

A minha avó Alice (in memoriam) por ter me feito experimentar o amor de forma genuína, por ter sido um exemplo de luta e resistência, a feminista mais maravilhosa que conheci em toda minha vida. Aos meus irmãos, em especial minha irmã Francilene por ser sido meu exemplo de força e coragem, meu irmão Francielio por ter caminhado junto comigo, e ter feito do meu sonho o dele, e meu irmão Francimar, por ter feito o papel de pai tantas vezes. Aos meus tios em especial Marlene e Josuel e a Dona Salete (in memoriam), por terem me dado abrigo cada

um do seu jeito, seja com um teto ou com um abraço, agradeço a vocês por tudo, e se hoje cheguei até aqui foi também graças a tudo que vocês fizeram por mim.

Às minhas amigas e meus amigos, por serem meus companheiros, confidentes, defensores, minha família em tantos momentos. Pelos inúmeros abraços, pelas histórias compartilhadas, pelas experiências adquiridas. Em especial, agradeço à Aryanny, Alane, Hudson, Elih, Leonardo, Andrielly, Fernanda, Victória e Janaíne que além de ter construído um laço de amizade o qual quero levar por toda a minha vida, também contribuiu muito para a construção desse trabalho.

À comunidade LGBT e aos movimentos sociais, por terem me acolhido nos momentos de luta, por me permitir ser uma aliada em busca de direitos e dignidade.

À minha orientadora, Moemia, agradeço por ser quem é, para além de professora, uma companheira de luta, uma amiga e uma profissional, a qual eu admiro e me inspiro. Obrigado pelos momentos de discussões, por ter me acolhido lá na “senzala”, por ter escutado os meus medos, por ter me permitido chorar e expressar todas as minhas emoções, por ter acreditado em mim, quando nem eu mesma acreditei, por ter se revoltado contra o sistema e esse governo junto comigo, por ter me propiciado momentos de leveza nessa caminhada tão árdua, e ter feito com que fosse menos solitária, por toda a compreensão e por toda a calma e gentileza de sempre. Saiba que tem em mim, não somente uma aluna, mas uma amiga.

Ao corpo docente da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte nas pessoas das professoras Ana Karine, Carmelia, Josélia, Wanderley, Andreza, Katamara, Amélia, Luka e Patrícia, por mostrarem que ser professor é ultrapassar a sala de aula, que muito mais que conhecimento científico, é amor, gentileza, respeito e resiliência. Todos vocês me inspiram como ser humano e profissional.

Balada de Gisberta¹

(Pedro Abruñhosa)

Perdi-me do nome,
Hoje podes chamar-me de tua,
Dancei em palácios,
Hoje danço na rua.
Vesti-me de sonhos,
Hoje visto as bermas da estrada,
De que serve voltar
Quando se volta pró nada.
Eu não sei se um anjo me chama,
Eu não sei dos mil homens na cama
E o céu não pode esperar.
Eu não sei se a noite me leva,
Eu não ouço o meu grito na treva,
É o fim vem-me buscar.
Sambei na avenida,
No escuro fui porta-estandarte,
Apagaram-se as luzes,
É o futuro que parte.
Escrevi o desejo,
Corações que já esqueci,
Com sedas matei
E com ferros morri.
Trouxe pouco,
Levo menos,
E a distância até ao fundo é tão pequena,
No fundo, é tão pequena,
A queda.
E o amor é tão longe,
O amor é tão longe
E a dor é tão perto.

¹ Interpretada por Maria Bethânia.

RESUMO

A construção sócio-histórica brasileira é repleta de opressão e exploração dos grupos sociais minoritários e/ou excluídos, em especial, negros, mulheres, crianças, indígenas, população LGBT, fundamentada no patriarcado, racismo, classismo, sexismo e colonialismo. A população LGBT em situação de rua passa por um processo de dupla violação, por vezes lidando com a intolerância familiar, a não existência de uma rede de laços familiares e comunitários que possibilite o suporte nesse momento de vulnerabilidade e desafios por vezes levando-os a habitar as ruas. Necessitam, pois, de uma atenção que leve em consideração suas particularidades de forma contextualizada. Com essa compreensão, o objetivo desse estudo é levantar a produção de conhecimento sobre a trajetória de vida da população LGBT em situação de rua na sua relação com o cenário econômico, político e social marcado por perda de direitos sociais. Para dar conta do objeto de estudo, realizamos uma revisão integrativa realizada nas fontes de dados *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online- MEDLINE, em artigos publicados no período de janeiro de 2013 a agosto de 2019. Como resultado identificamos 106 artigos, que abordavam sobre a População em Situação de Rua, em sua grande maioria enfatizando a relação entre a situação de rua e o uso de drogas, as doenças infectocontagiosas e a saúde mental; 48 artigos que discutiam sobre a População LGBT, enfatizando o cuidado a saúde, o acesso a saúde, a violência promovida pela homofobia, os discursos de ódio desencadeado nas redes sócias, os desafios e preconceitos enfrentados, bem como a invisibilidade e a solidão que muitos vivenciam; 1 artigo que abordava a população em LGBT em situação de rua, explorando a trajetória de vida dessa população, os motivos da sua inserção nas ruas; os desafios e dificuldades que enfrentam; a caracterização dessa população, incluindo faixa etária, identidade de gênero e orientação sexual; e, aponta os vínculos escolares interrompidos desencadeado pela LGBTfobia presente no âmbito escolar; a frequente violência física e sexual por àqueles que se declaram heterossexuais. Estão mais sujeitos à prostituição, ao abuso de álcool e outras drogas, tornando-se mais suscetível à discriminação. A identificação de apenas um artigo que aborde a temática é deveras preocupante e reforça a necessidade da realização de mais pesquisas acerca de um problema que existe na realidade concreta, como forma de dar-lhe visibilidade social e contribuir com a construção de estratégias para o seu enfrentamento. Esse é o sentido de pertinência social da produção de conhecimento.

Palavras chaves: População em situação de rua, População LGBT, Necessidades de saúde.

ABSTRACT

The Brazilian socio-historical construction is full of oppression and exploitation of minority and / or excluded social groups, especially blacks, women, children, indigenous people, LGBT population, based on patriarchy, racism, classism, sexism and colonialism. The homeless LGBT population goes through a double violation process, sometimes dealing with family intolerance, the lack of a network of family and community ties that enables support at this time of vulnerability and challenges sometimes leading them to inhabit the streets. Therefore, they need attention that takes into consideration their particularities in a contextualized way. With this understanding, the objective of this study is to raise the production of knowledge about the life trajectory of the homeless LGBT population in relation to the economic, political and social scenario marked by the loss of social rights. To account for the object of study, we conducted an integrative review of the Scientific Electronic Library Online - SciELO, Latin American and Caribbean Health Sciences Literature - LILACS and Medical Literature Analysis and Retrieval System Online- MEDLINE data sources. published from January 2013 to August 2019. As a result, we identified 106 articles, which addressed the Homeless Population, mostly emphasizing the relationship between homelessness and drug use, infectious diseases and mental health; 48 articles discussing LGBT Population, emphasizing health care, access to health, violence promoted by homophobia, hate speech unleashed in social networks, the challenges and prejudices faced, as well as the invisibility and loneliness that many experience; 1 article that addressed the homeless LGBT population, exploring the life trajectory of this population, the reasons for their insertion in the streets; the challenges and difficulties they face; the characterization of this population, including age, gender identity and sexual orientation; and points to the broken school links triggered by LGBT phobia present in the school environment; frequent physical and sexual violence by those who claim to be heterosexual. They are more subject to prostitution, abuse of alcohol and other drugs, making them more susceptible to discrimination. The identification of only one article that addresses the theme is very worrying and reinforces the need for more research on a problem that exists in concrete reality, as a way to give it social visibility and contribute to the construction of strategies for its development. coping. This is the sense of social relevance of knowledge production.

Key words: Homeless population, LGBT population, Health needs.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CONJUNTURA POLÍTICA DE INSERÇÃO DA POPULAÇÃO LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA	20
3. PARA ALÉM DOS RÓTULOS: QUEM É A POPULAÇÃO LGBT?	29
3.1 Aproximações com a essência da comunicação LGBT	31
4. POPULAÇÃO LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA: UM OLHAR PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69

1. INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988, significou a reestruturação política e redemocratização do Brasil, portanto, o marco entre o regime militar e a democracia, materializando a conquista de vários direitos trabalhistas e sociais. Essas conquistas foram ampliadas a partir do ano de 2003 até meados do ano de 2016, momento em que esteve na condução do país um projeto de político comprometido com a inclusão social, o respeito aos direitos humanos, o combate à fome e às desigualdades sociais.

Esse compromisso foi materializado por meio da implementação de políticas sociais como o programa educação para todos, a democratização do ensino superior, a extensão dos direitos trabalhistas aos empregados domésticos, a ampliação do acesso a moradia e o programa Bolsa Família, entre tantos outros, que contribuíram com a construção da qualidade de vida.

Porém ao mesmo tempo em que as conquistas sociais eram fortalecidas, acontecia a reorganização de parlamentares e grupos organizados ultraconservadores no cenário nacional, no sentido de construir as condições e alianças necessárias para protagonizar uma ampla mobilização no sentido de promover a ruptura dessas conquistas, em especial, a partir da segunda metade de 2016 (GALLEGO *et al*, 2018).

Essa mobilização foi organizada pelos grupos **Movimento Brasil Livre**, o **Vem pra Rua**, os **Revoltados Online**, cujos membros pertenciam à elite brasileira, incomodada com as reformas sociais implementadas a partir de 2003. Os argumentos classistas e excludentes que permearam esses movimentos diziam respeito à “defesa da meritocracia”, a “denúncia dos vagabundos” e ao saudosismo manifestado em frases como “eu quero meu país de volta”, numa demonstração da repulsa pelos programas de inclusão social.

Colaborando com esse debate, a pesquisa entre manifestantes paulistas indicou forte rejeição às cotas raciais nas universidades e concordância com a ideia de que o Programa Bolsa Família “só financia preguiçoso” (GALLEGO *et al*, 2018).

Esse projeto ultraconservador se fortaleceu no cenário nacional a partir do ano de 2019, com a sua ascensão ao executivo federal. Foi construído com base no

discurso de ódio e opressão aos grupos vulneráveis, movimentos sociais, desencadeando na naturalização da desigualdade que reforça a pobreza e da hierarquização entre as pessoas (SCOREL,1999).

Trata-se portanto, de um “processo de reorganização das classes dominantes que lança suas raízes em meados dos anos de 1980 e que tem como uma de suas manifestações, entre várias outras, o surgimento de um novo *modus operandi* de ação político ideológica (GALLEGO *et al*, 2018, p. 41).

Aliás, a construção sócio-histórica brasileira é repleta de opressão e exploração dos grupos sociais minoritários e/ou excluídos, em especial, negros, mulheres, crianças, indígenas, população LGBT², fundamentada no patriarcado, racismo, classismo, sexismo e colonialismo. E, essa identidade está presente, fortemente, no século XXI, embora em novas e atualizadas roupagens.

Podemos observar essa identidade, nessa representação política não partidária dos segmentos da elite liberal conservadora, truculenta, moralista, autoritária e de opressão que vem sendo construída a partir de um discurso proferido ao longo do tempo ganhando assim amplitude e intensidade (PEIXOTO, 2018).

A evidência de ideias ultraconservadoras ganha representatividade política no legislativo federal, a partir de 2015 e fortalecidas no ano de 2019, oportunidade em que foi eleita a bancada parlamentar mais conservadora e atrelada aos interesses do capital agroindustrial, do armamento e do punitivismo, ligadas a grandes instituições/empresas de cunho religioso. Essa vinculação dos parlamentares resultou na sua identidade como **Bancada BBB** que significa bancada do **Boi**, da **Bala** e da **Bíblia**, cuja atuação ocorre em benefício do agronegócio, da indústria do sistema punitivo prisional e segurança privada e do fundamentalismo religioso.

Dezenas de portais de comunicação noticiaram que os novos parlamentares eleitos representavam o congresso mais conservador dos últimos tempos. Os títulos das reportagens convergiam: ‘Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma DIAP. Políticos conservadores se consolidaram como maioria, de acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)’; ‘Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos’; ‘Congresso Nacional se enche de

² A decisão do uso da nomenclatura LGBT, nesta pesquisa, se deu por acreditarmos que a nova sigla ainda está no processo de adequação, para então promover a representação de todo o espectro de gênero e sexo.

representantes ultraconservadores. Congresso deve se tornar mais reacionário. Deputados racistas, homofóbicos e contra o aborto estão entre os mais votados' e ainda 'Mais conservador, Congresso deve emperrar pautas liberais. Bancadas se opõem a mudanças em temas de direitos civis, como o reconhecimento do casamento homossexual, estão ainda mais fortes' (PEIXOTO, 2018, p. 181).

A construção de alianças contrárias a esses direitos tem sido bem-sucedida ao vetar todos os projetos de leis diretamente relacionados aos direitos LGBT apresentados no Congresso até os dias atuais em 2020. Ressaltamos que, embora a atuação de deputados e senadores evangélicos e/ou conservadores contrários aos direitos LGBT pareça recente, articulações contrárias ao acesso a direitos já estavam presentes no processo de elaboração da Constituição de 1988.

Como desdobramento das articulações políticas citadas, o texto constitucional assegurou a retirada da expressão "orientação sexual" do rol de direitos fundamentais do texto constitucional. Uma Constituição democrática que não faz referência à vedação de discriminação por motivos de sexualidade (GALLEGO *et al*, 2018).

A bancada evangélica tem cumprido um papel protagonista no impedimento da aprovação de projetos como o PL 122/2006 (Projeto de Lei Anti-Homofobia), o PL 612/211[8] (que permite o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo) e o PL 5002/2013[9] (Lei de Identidade de Gênero João Nery). Apesar disso, é necessário compreender a natureza das alianças que têm impedido a efetivação desses direitos. Sem dúvidas, os projetos embutidos em tais alianças extrapolam a defesa de uma agenda que pode ser considerada anti-LGBTI, vinculando-se a diversos interesses. Mas são os temas morais, nos quais estão incluídos os debates sobre gênero e sexualidade, que ganham especial destaque ao se tornarem fonte de intensa disputa (GALLEGO *et al*, 2018, p.104).

A elite brasileira, ancorada nos princípios neoliberais, pressupõe que todas as pessoas são iguais e, como tal, devem ser tratados. Dessa forma, devem ser tratados como se tivessem as mesmas condições, as mesmas oportunidades e as mesmas liberdades, desde que nasceram, negando assim a necessidade de ações específicas para minimizar os efeitos da desigualdade, como a criminalização da LGBTfobia.

A população LGBT não é um todo homogêneo, nem constante. Diz respeito a um conjunto de grupos sociais com diferentes pertencimentos de classes étnicas, geracionais, culturais e políticos culturais, que têm em comum a afirmação de uma

identidade predominantemente afetada pela opressão de gênero e a homofobia, condensada na heterossexualidade compulsória e no sexismo. Scott (1995) nos faz refletir sobre a hierarquia entre os sexos, que nos categoriza e nos rotula, nos ditos papéis pré-estabelecidos pela sociedade capitalista.

Se ao avaliarmos a atual situação da população LGBT que tem acesso aos seus direitos básicos como moradia, alimentação, educação e informação, mas, que mesmo assim constantemente perde seus poucos direitos conquistados até então, imagine a população LGBT em situação de rua. Essa população passa por um processo de dupla violação, por vezes lidando com a intolerância familiar, a não existência de uma rede de laços familiares e comunitários que possibilite o suporte nesse momento de vulnerabilidade e desafios por vezes levando-os a habitar as ruas.

A população em situação de rua por si só, passa por uma série de discriminação, sendo uma das mais cruéis a discriminação institucional, quando, por exemplo, são impedidas de entrar em estabelecimento comercial, shopping center, transporte coletivo, bancos, órgãos públicos, receber atendimento na rede de saúde e tirar documentos.

A situação de rua deve ser compreendida, como uma condição decorrente do processo de acumulação capitalista, responsável pela ampliação dessas desigualdades sociais e dos níveis de pobreza, e não decorrente apenas e somente da responsabilidade do indivíduo por seus atos e escolhas (SILVA, 2009).

O Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) e a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da referida política nacional, define a População em Situação de rua como grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, como também as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2012).

De acordo com o Censo³ Nacional para População em Situação de Rua, realizada pelo governo federal em 2007, em 71 municípios brasileiros, com uma população total superior a 300 mil habitantes, a contagem de todas as pessoas em situação de rua acima de 18 anos foi de 31.922.

Ressaltamos que o perfil socioeconômico dessa população em 2007 era predominantemente masculino (82%), mais da metade (53%) possuía entre 25 e 44 anos, aproximadamente 69% se declararam afrodescendentes e a maioria (52,6%) recebia entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais. Em relação à formação escolar, 74% dos entrevistados sabiam ler e escrever; 17,1% não sabiam escrever; 8,3% apenas assinavam o próprio nome; e a imensa maioria não estudava por ocasião da pesquisa 95% (BRASIL, 2012).

No que refere as condições de saúde, o mesmo censo nacional registra que 29,7% dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde, sendo os mais prevalentes: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/AIDS (5,1%) e problemas de visão/cegueira (4,6%) (BRASIL, 2012).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA no Brasil não há dados oficiais recentes sobre a população em situação de rua. Essa ausência vai implicar na dificuldade de implementação de políticas públicas voltadas para este contingente e reproduz a invisibilidade social da população em situação de rua no âmbito das políticas sociais (IPEA, 2016).

O mesmo instituto de pesquisa apresentou uma estimativa para o ano de 2017, acerca da População em Situação de Rua. Como resultado, estima que existam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Deste total, dois quintos (40,1%) habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitem municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Por sua vez, estima que nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes habitem 6.757 pessoas em situação de rua, (6,63% do total). Ou seja, a população em situação de rua se concentra fortemente em municípios maiores.

Essa estimativa de crescimento População em Situação de Rua é preocupante, em especial, quando observamos o seu processo de exclusão das

³ O censo referente a população em situação de rua apresentado nesta pesquisa é o mais recente publicado.

estruturas convencionais da atual sociedade como emprego, moradia e privacidade. São pessoas que vivem e sofrem graus variados de vulnerabilidade e marginalidade no acesso aos bens e serviços, como trabalho, educação, habitação, transporte, lazer, saúde, entre outros. Necessitam, pois, de uma atenção que leve em consideração suas particularidades e dificuldades, principalmente quando se trata da população LGBT.

Ademais, identificamos a escassez de debates e trabalhos científicos no âmbito acadêmico, sobre um problema que existe na realidade concreta, mas que é invisível ao poder público no momento da definição de uma política pública que atenda às reais necessidades da população LGBT que vive em situação de rua.

Essa problemática gerou o sentimento de estranhamento, bem como produziu o interesse pela temática, que se materializou no nosso objeto de estudo que se expressa na seguinte questão de pesquisa: Qual a produção de conhecimento sobre a trajetória de vida da população LGBT em situação de rua na sua relação com cenário econômico, político e social marcado por perda de direitos sociais?

Partimos do pressuposto que mediante o histórico de exclusão social ao qual a população LGBT está imersa, acreditamos que possa existir uma relação entre sua identidade de gênero e sua inserção e permanência nas ruas, considerando que estão inseridos em um cenário econômico, político e social marcado por acirramento do preconceito e da intolerância, bem como de perda dos poucos direitos conquistados.

Ademais, as perdas de direitos produzidas pela exclusão social desencadeiam a ida para as ruas e, essa mesma exclusão prende essa população nas ruas. Sem contar que, em geral, não estão inseridas no mercado de trabalho.

Apesar da existência de políticas públicas para a inclusão da população em situação de rua, como a Política Nacional específica, instituída no Decreto Lei 7.053 de 2009, que foi fruto do movimento de luta e resistência dessa população, ainda se caminha a passos lentos, visto que essa política não é efetiva.

Ademais, essa Política, não assegura a especificidade da população LGBT que vive em condição de rua. Desta forma se não existem políticas públicas efetivas e uma legislação forte que proteja e englobe essa população, não ocorrerá sua saída das ruas.

Assim, o presente estudo tem como objetivo levantar a produção de conhecimento sobre a trajetória de vida da população LGBT em situação de rua na sua relação com o cenário econômico, político e social marcado por perda de direitos sociais.

Para dar conta do objeto de estudo, realizamos uma revisão integrativa, que tem como finalidade reunir, e resumir o conhecimento científico, antes produzido sobre o tema investigado. Avalia, sintetiza e busca nas evidências disponíveis a contribuição para o desenvolvimento da temática (MENDES, et al 2008).

A procura pelos estudos foi realizada nas fontes de dados *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online-MEDLINE. A escolha destas bases se justifica em função da grande credibilidade a elas depositada.

Foram selecionados os descritores que melhor se adequavam a temática da pesquisa, cuja consulta ocorreu nos Descritores em Ciências da Saúde – DeCS. Os descritores escolhidos foram: População em Situação de Rua; População LGBT e a População LGBT em Situação de Rua, como resultado da associação entre os dois primeiros descritores.

Foi utilizado também na pesquisa os seguintes descritores População LGBT sem teto, LGBT sem teto, como forma de ampliar a busca considerando a diversidade de compreensões sobre População em Situação de Rua. Porém, não obtivemos nenhum resultado para a nossa pesquisa no que se refere aos últimos descritores citados.

Os critérios de inclusão antepostos para o estudo foram: artigos publicados de 01 de janeiro de 2013 a 01 de agosto de 2019, no idioma português, contendo os dados referentes à título, ano, autor e resumo, bem como texto disponível na íntegra eletronicamente de forma gratuita. Como critérios de exclusão: artigos fora da margem de tempo utilizada, cujo conteúdo não estivesse disponível na íntegra, artigos presentes em mais de uma base de dados. Esclarecemos que o período selecionado para busca expressa a conjuntura política de perda de direitos da população LGBT, embora que de forma tímida e se acirra a partir de 2016 com a efetivação do golpe de Estado, no Brasil.

Como resultado da busca identificamos 278 artigos. Destes, 104 apresentavam-se repetidos em mais de uma base de dados ou estavam incompletos e 27 artigos apresentavam-se em inglês. Sendo então selecionados 155 artigos coerentes com os critérios de inclusão antepostos, conforme tabelas a seguir.

Tabela 01 - Quadro síntese do número de artigos identificados nas bases de dados Scielo, Lilacs, Medline, no período de 01 de janeiro de 2013 a 01 de agosto de 2019

Base de dados	População em Situação de Rua	População LGBT	População LGBT em Situação de rua
Scielo	35	19	0
Lilacs	63	26	01
Medline	08	03	0
Total	106	48	01

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Tabela 02 - Quadro síntese do número de artigos identificados e selecionados, nas bases de dados Scielo, Lilacs, Medline, no período de 01 de janeiro de 2013 a 01 de agosto de 2019

Base de dados	Artigos identificados	Artigos Selecionados
Scielo	54	0
Lilacs	90	1
Medline	11	0
Total	155	1

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

O estudo está organizado em 3 (três) capítulos além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo intitulado **Conjuntura política de inserção da População LGBT em situação de rua**, discutimos as conquistas e as perdas da PSR e População LGBT no âmbito das políticas públicas, considerando a conjuntura política na qual estão inseridas. O segundo capítulo, sob o título **Além dos rótulos e estigmatizações: quem é a população LGBT?** no qual abordamos o

processo de ser/ver LGBT, enfatizando as aproximações com a essência da comunicação LGBT.

No terceiro capítulo intitulado **População LGBT em situação de rua: um olhar para a produção de conhecimento**, apresentamos os resultados do levantamento realizado acerca da produção de conhecimento sobre a População LGBT em situação de rua. Nas **Considerações finais**, apresentamos uma síntese provisória acerca da temática, objeto de estudo.

2. CONJUNTURA POLÍTICA DE INSERÇÃO DA POPULAÇÃO LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA

A política social pode ser pensada como uma espécie do gênero política pública, considerando que a política pública emerge como necessidade dos governos no pós-guerra de alinharem teoria política e prática política no sentido da justiça, equidade e de desenvolvimento social, econômico e político. A política social tem então como tarefa buscar por equidade e se insere dentro da garantia dos direitos sociais, e não individuais (PEREIRA, 2009).

Dessa forma, fica claro que os direitos requisitados pela população LGBT em situação de rua se concretizam como demandas para as políticas públicas visto que requer questões de direitos civis, de reconhecimento, de identidade e de direitos básicos de sobrevivência que precisam ser assegurados pelo poder público.

Perante a realidade em que estamos imersos há uma complexidade para garantir dentro do atendimento a proteção social na sociedade brasileira serviços que deem conta das especificidades que alguns segmentos demandam, como a população LGBT em Situação de Rua.

A existência de pessoas que vivem nas ruas marca a sociedade brasileira desde a formação das suas primeiras cidades. Entretanto o crescimento do desemprego e da pobreza vinculado à fragilidade das instituições públicas de proteção social no país têm impactado o contexto social urbano nas últimas décadas e intensificado a vulnerabilidade social.

Neste processo, a população vivendo em situação de rua tem representado, cada vez mais, uma parcela expressiva do contingente de indivíduos e grupos socialmente vulneráveis presente nas cidades brasileiras (DANTAS, 2007).

Essa população é alvo de uma diversidade de concepções, sobretudo se comparadas diferentes realidades internacionais (WARANDA; ADORNO, 2004). No Brasil, o termo expressa a situação do sujeito em relação à rua, e não apenas como ausência de moradia, como outros países tendem a classificar.

Com essa compreensão, Escorel (1999) discute a situação da população em situação de rua como expressão da exclusão social. Sendo assim, a exclusão social diz respeito ao processo limite no qual os indivíduos são reduzidos à condição de

animal, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados de exercício pleno das potencialidades da condição humana. Já Castell (1997) prefere o termo desfiliação para designar o processo pelo qual as pessoas adotam as ruas.

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (META, 2008, p. 7), as principais razões que levam as pessoas a entrarem em situação de rua são “problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%); e, desavenças com pai, mãe e irmãos (29,1%)”. Entretanto, existe uma correlação entre esses motivos que “encerra em si o trinômio expresso pelos termos exclusão/expulsão, desenraizamento e privação” (BRASIL, 2008, p.3).

Os indivíduos em situação de rua além de terem seus direitos violados, são vítimas do preconceito institucionalizado, sendo por vezes vistos pela sociedade como indigentes, vagabundos, bandidos, loucos, sujios, enfim, são seres invisíveis, restritos de respeito, igualdade e dignidade.

As políticas voltadas para essa população vinham avançando consideravelmente, principalmente no âmbito das políticas sociais. Em 2004 o PNAS (Política Nacional de Assistência Social); NOB (Norma Operacional Básica da Assistência Social) e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) reconheceu a atenção a população em situação de rua no âmbito do SUAS, desta forma definindo o processo de situação de rua como uma questão social.

O Decreto de 25 de outubro de 2006, Art. 1º, cria o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. No mesmo ano foi lançado a Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006, que assegurou recursos do financiamento federal para municípios com mais de 300,000 habitantes com população em situação de rua, visando apoio a oferta de serviços de acolhimento destinados a este público (SILVA, *et al* 2012).

Em 2009 a Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR, foi instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 para garantir o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que compõem as diversas políticas públicas desenvolvidas pelos nove ministérios que o constituem.

A PNPR assegura os processos de participação e controle social e possui os princípios da igualdade; equidade; o respeito à dignidade da pessoa humana; o direito à convivência familiar e comunitária; a valorização e respeito à vida e à cidadania; o atendimento humanizado e universalizado; e o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

A estruturação da PNPR conta com a instância de discussão e deliberação sobre as políticas públicas para a População em Situação de Rua no âmbito nacional, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação (CIAMP- Rua); a Coordenação da PNPR e do CIAMP-Rua realizada pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH); os comitês gestores locais; as representações da sociedade civil tais como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, os representantes dos Fóruns estaduais da População em situação de rua e da Pastoral Nacional do Povo da Rua da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e das redes de atendimento das várias políticas ofertadas pelos ministérios que compõem o CIAMP-Rua (BRASIL, 2009).

Em 2013, as ações do Ministério da Saúde para promover a saúde dessa população passam a ser orientadas pelo Plano Operativo de Ações para a Saúde da População em Situação de Rua. A partir desse Plano foram desenvolvidas diversas ações, entre as quais destacam-se: Implantação de Consultórios na Rua; Implantação do Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua; Instituição de Comitês; Técnicos de saúde da População em Situação de Rua nos estados e municípios; Participação do Ministério da Saúde no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP RUA).

Além das ações citadas, a Instrução Operacional Conjunta MS/MDS para Tuberculose; Oficinas de Sensibilização para os Trabalhadores que atuam com a População em Situação de Rua; Curso de capacitação de profissionais para o cuidado da População em Situação de rua (Promovidos pelo Departamento de

Atenção Básica o curso tem ênfase no Consultório na Rua) Capacitação regional de Lideranças da População em Situação de Rua (BRASIL, 2013).

Estamos vivenciando um retrocesso desses avanços citados anteriormente. Em 11 de abril, de 2019 foi publicado no Diário Oficial da União o decreto 9.759 que determina a extinção de colegiados que não foram instituídos por lei, bem como os que não haviam sofrido nenhuma modificação por seus ministros, ancorados no argumento de que essa medida permitiria a desburocratização e a economia na administração pública (JUCÁ, 2019).

O autor acrescenta que, dentre os conselhos afetados, estão os que tratam de demandas específicas da População em Situação de Rua e da População LGBT, grupos que já têm pouca voz historicamente, e que na conjuntura política de 2019, estão ameaçados na sua liberdade de expressão em torno da defesa das demandas que são de seu interesse.

No que se refere especificamente em relação a população LGBT, testemunhamos, nos últimos anos, significativas transformações na forma como a sociedade brasileira se relaciona com as questões de gênero, precisamente com a sexualidade. No Brasil, a partir da década de 1970 alguns grupos constituídos por pessoas que se identificavam como homossexuais, começaram a se organizar politicamente na intenção de desconstruir no imaginário da população a noção da sexualidade como pecado, crime, doença ou degeneração (HORST, 2015).

Com essa intenção, buscavam socializar a importância do desbloqueio das emoções, do prazer físico, da autogestão do corpo; entendiam as experiências afetivas sexuais como atividade política e a busca por felicidade como um direito político.

Esse grupo ao ser agregado ao movimento feminista chamou atenção para a complexidade das relações sociais existentes, visto que, além da exploração que a classe trabalhadora estava submetida, existiam outras formas de opressão que mereciam respostas do Estado. Desse modo, buscavam evidenciar a necessidade do debate sobre a sexualidade na perspectiva de compreendê-la como inserida no terreno político, desconstruindo a ideia de assunto confinado a intimidade e privacidade, portanto no âmbito do espaço privado (HORST, 2015).

Com o início dos anos 2000, observamos o estabelecimento de novas relações, entre o Estado brasileiro e a população LGBT. Uma relação ainda tímida, marcada pelo reconhecimento governamental da necessidade de políticas de direitos humanos e de ampliação da cidadania para esta população.

Essa relação se aprofunda no período entre 2003 e 2010 com a implementação de políticas públicas e programas governamentais, evidenciando mudanças na forma como o poder público passou a lidar com as questões relativas a população LGBT no Brasil, nos diferentes âmbitos dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, assim como nos níveis municipal, estadual e federal do Estado brasileiro (ARAGUSUKU; LOPES, 2018).

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva como uma entidade familiar e no mesmo ano aconteceu o primeiro casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, no estado de São Paulo, Brasil. Dois anos depois, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu a Resolução 175, proibindo que cartórios de todo o Brasil se recusem a celebrar casamentos de casais homossexuais ou deixem de converter em casamento a união estável homoafetiva. Desde então, 15.000 uniões homossexuais foram registradas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e 6 (seis) anos antes aconteceu a primeira adoção de uma criança por um casal homoafetivo (MOURA, 2017).

A partir de 2016 foi permitido o uso do nome social em crachás e formulários por funcionários públicos federais, em inscrições do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e por médicos e advogados ligados ao Conselho Federal de Medicina (CFM) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

No Brasil, tornou-se possível alterar o nome civil e gênero no registro de nascimento mediante comprovação de mudança cirúrgica de sexo. A viabilidade de alterar os documentos sem a necessidade da cirurgia é uma antiga reivindicação do movimento LGBT, pois a intervenção é arriscada e o processo de transição demorado.

Em maio de 2017, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que um transexual pode mudar o sexo registrado em sua identidade civil sem necessidade de realizar a cirurgia (MOURA, 2017). No ano de 2018 o Tribunal Superior Eleitoral

aprovou a legislação que assegurou o direito às pessoas trans assumirem um nome social no título de eleitor.

Ressaltamos que a partir de 2016 as demandas do grupo LGBT em torno de direitos sociais é fortalecida com a eleição de candidatos oriundos dos movimentos específicos e comprometidos com suas demandas, para o legislativo estadual e federal. Esses dados são da ONG Aliança Nacional LGBTI+.

No que se refere à saúde, as principais conquistas foram a cirurgia de mudança de redesignação sexual de homem para mulher desde 2008 e de mulher para homem desde 2013, realizadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Além dos procedimentos, o SUS também oferta acompanhamento ambulatorial com equipe multiprofissional, incluindo psicólogos, como parte do tratamento. Em 2013, o Conselho Federal de Medicina (CFM) determinou que casais homoafetivos estão incluídos em processos de reprodução assistida, podendo, portanto, realizar fertilização *in vitro* se desejarem (MOURA, 2017).

No ano de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a criminalização da LGBTfobia, após demorado processo institucional, numa demonstração da postura preconceituosa que permeia o espaço citado. A conduta passa a ser punida pela lei do Racismo 7.716/89, que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por raça, cor, etnia, religião e procedência nacional. Então a partir da inserção da LGBTfobia na lei do Racismo, os crimes de ódio contra a população LGBT serão punidos, cuja conduta é inafiançável e imprescritível. A pena varia entre um a cinco anos de reclusão, de acordo com a conduta (BARIFOUSE, 2019).

A população LGBT, apesar de já ter alcançado diversas conquistas nos últimos anos, está se tornando cada vez mais vulnerável à atos preconceituosos e, conseqüentemente, violentos, o que pode ser entendido como inadmissível em pleno século XXI, onde existe uma ampla diversidade sociocultural e acesso à informação (LUNES *et al*, 2019).

Nos primeiros 100 dias do ano de 2019, numa conjuntura política ultraconservadora e atrelada aos interesses do capital agroindustrial, do armamento e ao fundamentalismo religioso de base evangélica, já observamos o aumento da discriminação e violência verbal e física à população LGBT. 51% da população LGBT relata ter sofrido algum tipo de violência e 92% acredita que há uma escalada

de agressões motivada por sua orientação sexual e identidade de gênero desde outubro de ano de 2018 (LONGO, 2019).

O autor acrescenta que nesse mesmo período já podemos constatar o desmonte de políticas que garantiam o mínimo de direitos à população LGBT. Entre essas citamos a extinção das políticas de promoção da diversidade na educação, com o conseqüente fechamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), órgão do MEC que era responsável pela promoção de ações transversais que articulavam as políticas educacionais, levando em consideração as questões de raça, cor, etnia, origem, posição econômica e social, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, deficiências e condição geracional.

Além dela, acrescentamos a exclusão da diretriz de promoção e defesa dos direitos da população LGBT com a mudança nas estruturas dos ministérios, em especial, com a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Esse ministério passa a propagar declarações que desrespeitam as liberdades individuais e a diversidade, especialmente no momento em que defende a padronização da cor rosa para caracterizar as meninas/mulheres e a cor azul para simbolizar os meninos/homens (LONGO, 2019).

Em relação às ações ligadas a saúde, o autor acrescenta a desconsideração das especificidades da população de gays, bissexuais, travestis, mulheres LBT e homens trans nas campanhas de prevenção às IST/Aids. A justificativa apresentada pelo Estado ancora-se no argumento de que é uma medida necessária no sentido de proteger a família, ou seja, “não ofender as famílias”. Assim, o Ministério da Saúde realizará campanhas genéricas de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis e Aids.

Diante do exposto, observamos ações pontuais e isoladas para a População em Situação de Rua e para a População LGBT, com significativa perda de direitos conquistados para os dois grupos populacionais a partir de 2019. Sem contar que não existe ação específica, quiçá política pública específica para o a população LGBT em situação de rua, numa demonstração da dupla invisibilidade que sofre essa população.

A omissão do governo no que diz respeito às políticas públicas efetivas para a PSR e para a população LGBT e, em especial, em relação a criação de uma política específica para a população LGBT em situação de rua, bem como para outros grupos vulneráveis, contribui significativamente com a postura de ódio que paira na sociedade, impulsionada pela elite brasileira.

Essa situação somente pode ser enfrentada com o investimento em políticas públicas de inclusão e a efetivação da criminalização dos atos praticados contra a população LGBT em situação de rua, o que requer um projeto político de sociedade, de fato, democrático, participativo e equânime (LUNES *et al*, 2019).

3. PARA ALÉM DOS RÓTULOS: QUEM É A POPULAÇÃO LGBT?

Cada pessoa é única, porém possui características comuns a toda a humanidade. Essas características tanto nos assemelham a alguns e nos diferencia de outros. Por exemplo, a religião, a raça, a classe social, a idade, as habilidades, entre outras características nos tornam diversos.

Apesar dessa compreensão que somos diversos em nossas particularidades, não é fácil ser quem as pessoas escolhem ser. Somos corriqueiramente enquadrados em padrões preestabelecidos pela sociedade e rotulados de acordo com esses padrões.

Jesus (2014) afirma que desde criança somos ensinados a agir e a ter uma determinada aparência, de acordo com o sexo biológico. Nosso sexo é definido por meio da ultrassonografia antes mesmo de nascer, ou no momento do parto. Crescemos sendo ensinados que homens devem se comportar de uma maneira e mulheres de outra.

A grande diferença que percebemos entre homens e mulheres é construída socialmente, desde o nascimento, quando meninos e meninas são ensinados a agir de acordo como são identificadas, a ter um papel de gênero 'adequado'. Como as influências sociais não são totalmente visíveis, parece para nós que as diferenças entre homens e mulheres são 'naturais', totalmente biológicas, quando, na verdade, boa parte delas é influenciada pelo convívio social (JESUS, 2014, p. 7).

Estamos inseridos numa sociedade predominantemente heterossexual, machista e sexista. Quando se rompe com esse padrão hetenormativo, se perde os direitos mais básicos.

O direito à diferença é o que permite que diferentes condições, características culturais e individuais, tais como orientação sexual ou identidade de gênero, sejam respeitadas igualmente perante a lei (BARROS *et al*, 2014).

A população LGBT está presente nas mais diversas classes sociais, ocupando diversos cargos e desempenhando inúmeras funções, com estilos de vida diversos. Mas há em comum a trajetória de preconceitos e discriminação, e por isso encontrando-se por vezes em situações de vulnerabilidade.

A fragilidade ou até rompimento dos vínculos familiares, a exclusão do convívio na comunidade, a discriminação sofrida nas escolas que, em vários casos, provoca o abandono dos estudos, a dificuldade ou impedimento do acesso ao mercado de trabalho, entre outros, produzem condições de altíssima vulnerabilidade, especialmente para travestis e transexuais (BARROS *et al*, 2014, p. 26).

NOGUEIRA *et al* (2017) acrescentam que no Brasil a média de vida de uma travesti chega a ser de 25 anos, e poucas conseguem ultrapassar essa faixa etária, o que explica a não existência de dados do envelhecimento dessa população. As vivências diárias de violência, que são elementos constituintes das identidades de muitas travestis, as expõem a processos de exacerbação dessa vulnerabilidade.

As autoras supracitadas também registram em suas pesquisas que no ano de 2016 o estado do Rio Grande do Norte foi o terceiro estado a ter mais tentativas de homicídios a mulheres trans. Em primeiro lugar encontra-se o estado de São Paulo e em segundo a Bahia. Assim, o Nordeste lidera na região com mais tentativas de homicídios.

Em dados recentes apresentados por Benevides e Nogueira (2019) apresentam novamente a região nordeste em primeiro lugar, sendo a região com maior concentração de assassinatos. Foram contabilizados na região nordeste, 59 assassinatos (36,2% dos casos), seguido da Região Sudeste com 45, a Região Sul com 20, a Norte com 19 casos e a Centro-Oeste com 18 assassinatos. O Rio Grande do Norte apresenta-se em 4º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans.

O espaço reservado a homens e mulheres transexuais, e a travestis, é o da exclusão extrema. São pessoas vulneráveis no espaço geográfico, independente de tempo e espaço. A cada dia que passa essa parcela da população é morta, espancada e abusada e o Brasil é um dos principais países, onde pessoas trans são assassinadas e violentadas. A maioria da população trans no país ainda vivem em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas (NOGUEIRA *et al*, 2017).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), reconhece em cada indivíduo o direito à liberdade e à dignidade. A Constituição da República Federativa do

Brasil de 1988 também adota o princípio da dignidade humana, e afirmar como objetivo fundamental, entre outros, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são cidadão e cidadãos e têm direitos e deveres como todas as pessoas. Contudo, historicamente, esta população tem sido privada de muitos direitos em decorrência dos preconceitos existentes em nossa sociedade (BARROS, *et al*, 2014, p. 25).

Além dessa População ter acesso a poucos direitos, ainda existe a distorção de projetos que garantem dignidade, como por exemplo o projeto Escola sem Homofobia, que previa material didático para discutir violência de gênero e preconceito em escolas. Esse projeto foi distorcido por determinados setores ultra conservadores e fundamentalistas da sociedade, como forma de deslegitimação dos direitos da população LGBT, sendo popularmente conhecido como “Kit Gay” (REIS, 2013)

A necessidade de direitos LGBT não tem relação com a doutrinação de jovens que, antes mesmo do nascimento, já tinham seu gênero especulado e sua sexualidade determinada por familiares. A questão é precisamente incidir nas operações irregulares pelas quais o gênero e a sexualidade separam sujeitos a todo momento. A defesa e a atualidade dos direitos LGBT dependem, cada vez mais, de um esforço político centrado na politização, e não na desqualificação do debate (GALLEGO *et al*, 2018).

Por isso, está população tem necessidades específicas e precisa de políticas públicas com ações afirmativas que combatam a exclusão histórica a que foi e é submetida, no sentido do enfrentamento à homofobia e à transfobia e da promoção da cidadania LGBT (BARROS *et al*, 2014).

3.1 Aproximações com a essência da comunicação LGBT

Os campos das sexualidades e dos gêneros são tão diversos e plurais que se torna difícil sintetizar todos em uma sigla. Por esse motivo alguns estudiosos utilizam a sigla LGBTQIA, entretanto a sigla LGBT ainda continua sendo a mais usada e mais conhecida popularmente. Assim, sentimos a necessidade de abordarmos, sobre a comunicação LGBT afim de estabelecer uma maior compreensão.

Em seus estudos Scott (1995) reivindica uma dimensão histórica/teórica do gênero, destacando que a aproximação com o estudo de gênero é algo renegado ao longo dos tempos, não abordado em disciplinas de base, por exemplo, considerando as categorias de gênero somente em seus aspectos descritivos. Neste sentido, Scott (1995, p.2) afirma:

Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. [...]. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa original da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

A concepção teórica proposta por Scott (1998) nos apresenta as possibilidades analíticas do gênero como algo construído e não 'dado', não 'natural', não 'localizado'⁴ no sujeito e não determinado pelo sexo biológico. Ao contrário disso, argumenta que o sexo não pode ser lido ou interpretado de outra forma senão pela perspectiva de gênero (ANDRADE, 2017). Trata-se, portanto, de considerar o gênero como lentes teóricas utilizadas como ferramentas para interpretação e análise da realidade social.

Haraway (2004) traz discussões relevantes para o questionamento da categoria gênero, entre os quais alguns termos como: naturalização, diferença sexual, e relações de hierarquia entre homens e mulheres. Em seu conceito, a autora questiona os processos de normalização do que se entende pelo 'natural' de ser homem e mulher e seus respectivos papéis sociais. A autora ainda sinaliza para a existência de uma dimensão histórica de construção do gênero que localiza homens e mulheres em lugares hierárquicos diferenciados, desiguais.

As autoras Scott (1998) e Haraway (2004) aproximam-se conceitualmente quando analisam o gênero como construção e/ou organização social histórica, bem como no momento em que abordam sobre a existência de hierarquias sexuais que

⁴ Grifos do autor Andrade (2017).

delimitam acessos a poderes e recursos diferentes para homens e mulheres e, ao subverterem as concepções de gênero com raízes naturais ou como atributos individuais e que habitam uma pessoa.

É preciso negar as identidades de gênero binárias masculino e feminino que são legitimadas pela sociedade, lidas, analisadas e vividas como identidades que contêm algo de essencial, fixo, determinado e imutável (Oliveira & Nogueira, 2009). Essas normas de gênero podem e devem ser tensionadas, desestabilizadas e rompidas.

Os estudos relacionados a sexualidades e identidades de gênero no campo das ciências humanas e sociais denunciam a imediata necessidade de desconstrução de certos discursos, como o médico, o religioso e o científico (Prado; Machado, 2012) rumo a construção de discursos mais emancipadores e plurais nos quais os sujeitos consigam sentir-se contemplados e representados em suas experiências, vivos e visíveis positivamente.

O uso do termo desconstrução, nesse sentido, remete àquilo que Butler (1998, p. 24) defende, ou seja, “desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, talvez seja mais importante, abrir um termo [...] a uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas”.

Para Prado e Machado (2012) a sexualidade envolve diferentes formas de expressão, de vivência de prazeres, de (im)possibilidades peculiares de (in)visibilidades e práticas de ser/estar do/no mundo social. Afirma ser a sexualidade um dos determinantes da constituição dos sujeitos, considerada tão necessária quanto qualquer outro elemento que nos mantém vivos.

De acordo com Prado e Machado (2012)

A sexualidade humana é uma dimensão da experiência social permeada por inumeráveis questões. Através dela, todo um universo de desejos, crenças e valores são articulados, definindo um amplo espectro do que entendemos como sendo nossa identidade. Todavia [...] esse jogo não se faz a margem da história, muito pelo contrário, ele se fabrica no intercâmbio de significados e contextos que ocorre entre o ‘eu’ e o ‘outro’; o ‘eu’ e o ‘nós’, o ‘nós’ e o ‘eles’ (Prado & Machado, 2012, p.7).

A identidade de gênero pode ser medida em diferentes graus de masculinidade ou feminilidade, sendo que estes podem mudar ao decorrer da vida.

As identidades de gênero podem ser: Transsexual, Cisgênero e não-binário (JESUS, 2014).

O transgênero é a pessoa que se identifica com a identidade de gênero diferente do sexo biológico. Cisgênero é a pessoa que se identifica com o seu gênero de nascença. Já o não-binário caracterizasse pela mistura entre masculino e feminino, ou a total indiferença entre ambos, ultrapassando assim os papéis sociais que são atribuídos aos gêneros (BARROS, et al 2014).

Orientação sexual está relacionada aos sentimentos e a atração sexual, que uma pessoa manifesta em relação a outra. Existem três tipos majoritários de orientação sexual: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gênero (bissexualidade). Vale salientar que as orientações sexuais citadas, não são as únicas, já que as características sexuais variam de pessoa para pessoa (Nogueira, et al 2017).

A sigla LGBT, abreviação em inglês de Lesbians, Gays, Bissexuais, Transgenderes (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis), é de conhecimento de muitos, como já mencionado. Nos últimos 5 (cinco) anos estudantes nos Estados Unidos tem levantado a bandeira de que a ideia apreendida pelo termo LGBT não é capaz de assegurar plenos direitos a todos e todas, por isso acrescentar QIA (Quer, Intersex, Asexual, Ally) com a intensão de ampliar o aspecto que engloba o movimento que se insere à sigla as letras Q I A (MARQUES, 2013).

Queer abrange as pessoas de ambos os gêneros que possuem uma variedade de orientações, preferências e hábitos sexuais, ou seja, um termo neutro que possa ser utilizado por todos os adeptos desse movimento. E *Intersex* refere-se a pessoas em que a sua característica física não é expressa por características sexuais exclusivamente masculinas ou femininas (BARROS, et al 2014).

A vogal “A” que se encontra no final da sigla remete a duas palavras com significados distintos, a primeira *Assexual* que designa uma pessoa assexuada, ou seja, uma pessoa que não possui atração sexual nem por homens e nem por mulheres ou que não possua orientação sexual definida, e a segunda palavra, *Ally*, abrange as pessoas que não se identificam com as pessoas pertencentes ao grupo LGBTQIA, mas os respeitam e asseguram que seus direitos sejam cumpridos (MARQUES, 2013).

No entanto, apesar desse movimento partir da ideia de inclusão, ainda existe um receio por parte de outros perfis de pessoas LGBTs a esses avanços.

O que causa maior receio é que este movimento contradiz ao próprio movimento homossexual tradicional, por se tratar da militância de uma geração totalmente independente. O paradigma entre as gerações é evidente, pois enquanto o movimento gay que conhecemos, e ainda nem conhecemos bem, parece ter o foco no casamento gay, nas uniões estáveis de pessoas do mesmo sexo e adoções, essa nova geração gay busca algo ainda mais radical que é superar o binômio macho e fêmea, eles querem uma independência de gênero. A grande questão não é quem eles amam ou com quem eles vão se casar, a preocupação é com “o que eles são”, ou seja, sua identidade independente da orientação sexual que seguem (MARQUES,2013, p.1).

É importante também apresentarmos alguns temas como; expressão de gênero que consiste na forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive. Papel de gênero é o modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído e ensinado desde o nascimento. Construção sociocultural de diferenças entre homens e mulheres (JESUS, 2014).

4. POPULAÇÃO LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA: UM OLHAR PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

O processo de análise dos 155 artigos encontrados nas bases de dados com os descritores pré-estabelecidos, ocorreu primeiramente com a leitura minuciosa dos resumos, a fim de buscar a relação dos assuntos abordados nos periódicos com a questão da pesquisa.

Assim, identificamos 106 artigos, que abordavam sobre a População em Situação de Rua, em sua grande maioria enfatizando a relação entre a situação de rua e o uso de drogas, as doenças infectocontagiosas e a saúde mental. Poucos artigos trabalharam o processo de socialização e estigmatização, e direitos humanos.

Dentre estes, identificamos um artigo que aborda sobre a população transexual em seu resumo apenas no detalhamento da amostra. Porém, o autor não explora a relação com a sua condição de rua.

O trabalho citado apresenta os dados sociodemográficos, a trajetória e tempo de vida das pessoas nas ruas; o processo de discriminação e as redes de suporte social; a relação entre o processo saúde/doença da PSR e o consumo de álcool ou drogas e a violência, bem como o seu acesso aos serviços de saúde.

Tabela 03 - Quadro síntese dos artigos identificados que abordam sobre a População em Situação de Rua, nas bases de dados Scielo, Lilacs, Medline, no período de 01 de janeiro de 2013 a 01 de agosto de 2019

Base de dados	Título	Resumo	Ano
SCIELO	População infantil e adolescente nas ruas: principais temas de pesquisa no Brasil	Crianças e adolescentes em situação de rua tornaram-se um fenômeno comum para aqueles que circulam pelas áreas centrais das grandes cidades brasileiras. Embora essa seja uma questão social complexa, ela ainda é marcada pela invisibilidade na agenda política nacional. Este artigo visa contribuir para o aprofundamento do debate contemporâneo sobre o tema, analisando-o em suas múltiplas dimensões, a partir do levantamento da produção acadêmica nacional sobre população infantil e adolescente em situação de rua, publicada entre 2000 e 2015. As autoras destacam importantes aspectos abordados por pesquisadores de todo o país, muitos dos quais questionam as tipificações e as crenças que homogeneizavam este grupo, contribuindo para a compreensão dos aspectos culturais e históricos que caracterizam esses sujeitos. Estes estudos abordam, ainda, a importância fundamental das políticas públicas, assinalando que, embora a responsabilidade do estado sobre esta população esteja prevista em uma série de instrumentos legais e planos governamentais, os direitos de crianças e adolescentes em situação de rua ainda carecem de priorização, efetivação e monitoramento para que façam alguma diferença em suas vidas. Palavras-chave: Crianças e adolescentes; Situação de rua; Pesquisas brasileiras.	2019

Socialização e poder no campo das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo	O artigo entende a população em situação de rua como um campo. Assim, busca as especificidades de seu capital, lutas postas pela diferença de poder entre sujeitos, as regras inerentes ao campo e habitus. A essência da teoria de Bourdieu está sempre a serviço para compreender como os esquemas de dominação e poder simbólico estão estruturados na sociedade. A tarefa de aplicar sua teoria à população em situação de rua de São Paulo começa por defini-la como um campo, em seguida analisam-se dados empíricos específicos para a compreensão de parte de seus bens simbólicos particulares. Em conclusão, o estudo indica algumas das variáveis que definem o sistema de disposições inculcadas, que vão desde códigos corporais, densidade do ponto de concentração, acesso a serviços públicos como importantes fatores de distinção e resistência à institucionalização. Palavras-chave: Campo; Habitus; População em situação de rua; São Paulo.	2019
Pessoas em situação de rua em porto alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social	O artigo apresenta alguns dados sobre a população adulta em situação de rua em Porto Alegre, levantados no censo realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2016, com apoio da Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal. A pesquisa cadastrou 2.115 indivíduos adultos de ambos os sexos identificados como em "situação de rua" e efetuou entrevistas por meio de um questionário a uma amostra de 467 pessoas. No texto são apresentadas algumas características sociodemográficas dos adultos cadastrados e da amostra de entrevistados, comparando-as com os dados levantados nas pesquisas realizadas em 2007, 2008 e 2011. São discutidas as formas de ocupação do espaço urbano e os processos de estigmatização e invisibilidade social destas pessoas, traduzidos nos conflitos cotidianos com órgãos e instituições do estado que prestam serviços de assistência social, saúde e segurança pública e cidadãos domiciliados. Os dados apontam para o aumento do número de pessoas nessa condição em Porto Alegre, maior tempo de permanência na rua e envelhecimento desta população, o que levanta questões sobre as políticas públicas desenvolvidas para este segmento. Palavras-chave: População adulta em situação de rua; Porto Alegre; Estigmatização; Invisibilidade social.	2019
"Upa é nós aqui mesmo": as redes de apoio social no cuidado à saúde da população em situação de rua em um município de pequeno porte	A população em situação de rua (PSR) constitui-se como um público crescente nas cidades, refletindo processos sociais desiguais e excludentes. Entre as barreiras para o acesso aos direitos sociais básicos, destaca-se a negação do direito à saúde a essas pessoas. Poucos estudos buscam conhecer as estratégias desenvolvidas pela PSR diante da carência de serviços públicos e das barreiras de acesso aos existentes. Diante disso, buscou-se identificar e analisar os itinerários terapêuticos da PSR em um município de pequeno porte. Foi utilizada a triangulação de métodos qualitativos para a coleta de informações por meio de observações participantes e entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados sete homens e uma mulher, e o conjunto de dados foi analisado com base na análise temática. Ressalta-se, nos relatos, a utilização de redes de apoio social como fonte prioritária de cuidado, por intermédio do autocuidado, da automedicação, do uso da medicina popular e da mudança na rotina da vida nas ruas para recuperação da saúde. Tais redes também são alternativas à garantia de acesso aos serviços públicos. Evidencia-se a negação do direito à saúde decorrente do processo de exclusão social a que estão submetidos. Destaca-se o compartilhamento de uma visão de saúde ampliada, relacionada aos determinantes sociais do processo saúde-doença. Diante desse panorama, é fundamental que o setor profissional de cuidado à saúde promova ações que permitam o cuidado contínuo e integral da PSR. Palavras-chave: População em Situação de Rua; Itinerários Terapêuticos; Medicina Popular.	2019
Funcionamentos de instituições em cenas de uso de crack: um estudo etnográfico	Na pesquisa que deu origem a este artigo, realizada na cidade do Rio de Janeiro, de 2013 a 2015, analisaram-se os funcionamentos das instituições em relação às cenas de uso de crack e as pessoas que as frequentam, com o objetivo de torná-los inteligíveis. Na perspectiva do encontro entre o Consultório na Rua e aquelas pessoas presentes nessas cenas e que se tornaram, ou não, suas usuárias, joga-se luz sobre as relações tecidas entre essa população e o crack, o próprio Consultório na Rua e instituições como a polícia, a assistência social e outros serviços de saúde. Com base nos dados produzidos pela etnografia, podem ser compreendidos dois polos de ação institucional: um que se aproxima do fazer morrer ou deixar viver, exercendo mesmo um poder soberano de decisão; e aquele segundo o qual a instituição se oferece como apoio existencial e, para tanto, modifica-se a partir do encontro com aquelas pessoas que busca atender. Conclui-se que as inovações, existentes e possíveis, nos serviços de saúde decorrem desse funcionamento no qual as instituições, por meio do que se chamou 'responsabilidade institucional', se abrem às transformações acionadas por uma 'potência minoritária'. Palavras-Chave: população em situação de rua; crack; Sistema Único de Saúde	2019
Competências para o trabalho nos consultórios na rua	A criação das equipes de Consultórios na Rua (ecr) recoloca em discussão a questão da formação em saúde, em especial para o trabalho com a população em situação de rua (PSR). Este estudo teve como objetivos: identificar os componentes de competências utilizadas pelos profissionais (conhecimentos, habilidades e atitudes); sistematizar e associar os componentes de tais competências; propor a síntese dos elementos mapeados em competências para o trabalho nas ecr. De abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada em duas fases de coleta e sistematização de dados: a realização de três grupos focais com as ecr do Distrito Federal; a construção de consenso sobre competências para trabalho na ecr em consulta a expertos, das cinco regiões do país, utilizando o Método Delphi. Foram elencados 25 conhecimentos, 37 habilidades e 16 atitudes como componentes das competências para o trabalho nas ecr. A partir dos 30 elementos mais votados pelos expertos, foram propostas três competências: uma no campo da clínica/cuidado, outra no campo do processo de trabalho e a última, sobre o trabalho em rede. Finalmente, discutiram-se os elementos que não foram incluídos na lista principal e como estes podem contribuir para o debate sobre a atuação dos profissionais em saúde para a atuação no Sistema Único de Saúde (SUS) e junto à PSR. Palavras-chave: equipes de Consultório na Rua; competências profissionais; formação para o SUS	2019

Contribuições das equipes de consultório na rua para o cuidado e a gestão da atenção básica	Como parte do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, os Consultórios na Rua e suas equipes foram criados tendo como função prioritária o desenvolvimento de cuidados primários e a garantia de acesso às ações e serviços de saúde para populações em situação de rua no próprio ambiente da rua, criando vínculos dessa população com outros serviços que não sejam somente de urgência e emergência. Seu escopo de atividades envolve, além da atenção, a proteção contra os riscos a que essa população está exposta, combinada com a busca da garantia de seus direitos. Nesse sentido, os Consultórios na Rua buscam efetivar a equidade e o acesso a ações e serviços de saúde para uma população sem domicílio fixo dentro de um sistema baseado essencialmente na adscrição territorial da população. Assim, a criação do Consultório na Rua inaugura novos modos de cuidar em saúde e, conseqüentemente, novos modos de fazer a gestão do processo de trabalho. A partir dessa articulação entre cuidado e gestão, o presente artigo discute três planos de intervenção onde se dá a prática das equipes de Consultório na Rua – a própria rua, a sede/unidade de referência e as redes institucionais –, sua relação com os demais serviços de atenção primária à saúde (APS) e a sua contribuição para reconciliar a APS com os seus atributos fundamentais, para além da descrição do território geográfico. Palavras-chave: Gestão em saúde; acesso universal aos serviços de saúde; atenção primária à saúde; pessoas em situação de rua; Brasil	2018
A implementação do programa de saúde específico para a população em situação de rua - consultório na rua: barreiras e facilitadores	O objetivo deste trabalho é investigar as razões da baixa adesão à implementação do programa de saúde específico para a população em situação de rua - Consultório na Rua - pela maioria dos municípios elegíveis. A partir da literatura contemporânea de determinantes da implementação de políticas públicas, a pesquisa, de caráter exploratório-descritivo, utiliza análise de conteúdo em documentos oficiais e, sobretudo, entrevistas com gestores federais e a aplicação de questionários aos gestores de municípios em ambas as situações, aderentes e não aderentes ao programa. Sob a ótica do governo federal, os resultados da investigação sugerem que a implementação do programa foi influenciada positivamente pelo alinhamento com uma política pública maior, com mais recursos e priorização governamental, embora as restrições fiscais, a partir de 2015, e as fragilidades do pacto federativo se apresentem como principais barreiras. Do ponto de vista dos gestores locais, as evidências empíricas demonstram percepções diferentes entre os municípios aderentes ao programa e os que não aderiram, porém há convergências quanto a relevância de um contexto favorável, do legado de políticas prévias e de fatores relacionados às competências e capacidades das prefeituras como determinantes à participação no programa Consultório na Rua. Palavras-chave: Implementação de Políticas Públicas; Saúde Pública; População em Situação de Rua.	2018
Saúde bucal e consultório na rua: o acesso como questão central da discussão	Introdução: Há uma grande demanda de saúde bucal por parte da população em situação de rua (PSR). Objetivo: Este estudo objetivou analisar as principais necessidades e dificuldades relativas ao cuidado de saúde bucal dessa população no Distrito Sanitário I do município do Recife. Método: Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 7 moradores de rua, 4 trabalhadores do Consultório na Rua (cnar) e 12 cirurgiões-dentistas da atenção básica, analisadas, em seguida, de acordo com o método de análise de conteúdo. Resultados: Dentre as principais necessidades de saúde bucal, foi relevante o apontamento do acesso ao atendimento clínico odontológico por todos os atores, sendo ele também referenciado como dificuldade e solução para o atendimento da PSR. A adesão ao tratamento foi citada como dificuldade pelos cirurgiões-dentistas. Entretanto, essa citação demonstrou possivelmente ser reflexo tanto de preconceito como de acolhimento precário na consulta odontológica, conforme denunciado pelos trabalhadores do cnar e moradores de rua. Conclusão: Faz-se necessário fortalecer as equipes de saúde bucal e do cnar por meio de educação permanente, de tal modo que o acesso a ações em serviços de saúde bucal para o morador de rua seja efetivado. Palavras-chave: acesso aos serviços de saúde; saúde bucal; pessoas em situação de rua.	2018
Itinerário terapêutico de doentes com tuberculose vivendo em situação de rua no rio de janeiro	A tuberculose é um grave problema de saúde na população em situação de rua, com altas taxas de prevalência e de interrupção do tratamento. Neste estudo, buscamos compreender o itinerário terapêutico dos doentes com tuberculose que vivem em situação de rua. O estudo teve abordagem qualitativa com informações coletadas por entrevista semiestruturada, revisão de prontuários e busca no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Metodologia: Para organização e análise dos dados, utilizouse a técnica da Análise de Conteúdo de Bardin. O suporte teórico sobre o itinerário terapêutico foi o modelo de Sistema de Cuidados à Saúde proposto por Arthur Kleinman, que descreve o acesso pelos subsistemas popular, profissional e folk. Resultados e Discussão: Foram realizadas 19 entrevistas. O subsistema popular, representado pelas redes configuradas nas ruas e por desconhecidos, influenciou as decisões dos entrevistados na busca pelo cuidado no subsistema profissional. A principal escolha no subsistema profissional, o mais utilizado, recaiu sobre os serviços de pronto atendimento. Nesse subsistema, as práticas foram diferentes segundo o tipo de serviço acessado, e as trajetórias traçadas foram, também, influenciadas pelo estigma, acolhimento, fragmentação da atenção, regras e normas dos serviços de saúde e precária intersetorialidade. O subsistema folk não foi acessado nesta amostra. Palavras-chave: itinerário terapêutico; pessoas em situação de rua; tuberculose.	2018
Direitos humanos para quem? Políticas públicas e representação da gestão espacial da pobreza urbana em o globo	Este artigo investiga práticas de apoio na rede de saúde ao problematizar o cuidado à população em situação de rua. Apoiado pelo conceito de biopoder, o estudo analisa as formações disciplinares e a regulamentação da vida que atravessam a rede de cuidados, que, normalmente, espera receber usuários já padronizados, o que traz como efeito a marginalização de determinadas populações. A pesquisa-intervenção cartográfica norteia o método ao desenhar uma trajetória de cuidado em uma situação experienciada entre Consultório na Rua, Unidade Básica de Saúde e usuário morador de rua. Como resultado, o texto aponta para a necessidade de se multiplicar, cada vez mais, trocas de experiências de apoio na rede de atenção para se abrir espaços de “desaprendizagem” permanente, provocadora de atos de cuidados inventivos, desviantes do padrão excludente de diversas singularidades que se apresentam no cotidiano do trabalho em saúde. Palavras-chave: políticas públicas; assistência à saúde; consultório na rua; apoio ao planejamento em saúde.	2018

	Por um dever bicicleta no apoio à rede de saúde	O objetivo deste estudo é identificar a prevalência de experiência de gravidez e aborto e os fatores associados em crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, das cidades de Porto Alegre e Rio Grande, RS, Brasil. Neste estudo transversal, como método de amostragem, foi utilizado o Respondent-Driven Sampling (RDS), inovador em pesquisas com populações de difícil acesso. Foram entrevistados 307 indivíduos, com idade entre 10 e 21 anos. Na análise multivariada foi utilizada regressão de Poisson, com ajuste robusto da variância. A maioria dos participantes foi do sexo masculino, sem vínculos com escola e com a família. Quase metade estava há cinco anos ou mais na rua, permanecendo mais de 15 horas diárias nela. A prevalência de experiência de gravidez foi de 29,3%, estando independentemente associada com ser do sexo feminino, ter mais de 10 parceiros sexuais no último ano, ter parceiro sexual fixo no último ano e ter mais idade. A prevalência de experiência de aborto foi de 10,4%, estando associado com não morar com a família, ter duas ou mais gravidezes e ter menos idade. A alta prevalência de experiência de gravidez e aborto aponta para a necessidade de melhores políticas de saúde sexual e reprodutiva específicas para esta população. Palavras-chave: Gravidez; Aborto; Adolescentes em situação de rua; Jovens em situação de rua; Gravidez na adolescência.	2018
	Experiência de gravidez e aborto em crianças, adolescentes e jovens em situação de rua	Os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário (DHAES) afirmam que todos os seres humanos têm direito ao acesso seguro à água e ao esgotamento sanitário de forma não discriminatória. No entanto, populações vulneráveis têm esses direitos frequentemente violados, repercutindo em sua saúde e qualidade de vida, e agravando a exclusão social, como é o caso das pessoas em situação de rua. Em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, existiam 1.827 pessoas nessa condição em 2013. Este artigo apresenta a avaliação das condições e da percepção dessa população sobre o acesso à água e ao esgotamento sanitário e seus direitos nessa área. Observou-se que o acesso, tanto à água quanto ao esgotamento sanitário, é precário e que os conteúdos normativos e os princípios dos direitos humanos são potencialmente violados. Como conclusão, observa-se que esse grupo sofre violações dos DHAES e que estas estão associadas com a violação de outros direitos, como o direito à cidade, à moradia e à saúde. Essas violações têm repercussões negativas na vida econômica e social desse grupo populacional, aumentando a discriminação e a exclusão. O estudo chama a atenção para a importância de estimular a participação social desse grupo nos processos de tomada de decisão sobre a gestão da água e do esgotamento sanitário, no marco dos DHAES, em sua capacidade de ser instrumento de transformação social, gerando empoderamento, promovendo saúde, dignidade e cidadania. Palavras-chave: Direitos Humanos; Pessoas em Situação de Rua; Água; Esgotos.	2018
	"A gente tem acesso de favores, né?". A percepção de pessoas em situação de rua sobre os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário	Este artigo é recorte de projeto de pesquisa em que se investigam os textos publicados entre 2011 e 2013 nos jornais web Correio Braziliense, O Globo e Folha de S. Paulo sobre população em situação de rua. Neste recorte, analisam-se apenas os 95 textos publicados no Correio Braziliense cruzando as temáticas situação de rua e violência, e as 19 imagens que compõem estes textos. As análises apresentadas são favorecidas pelo uso de software para análise qualitativa e têm por base teórico-metodológica a análise de discurso crítica e a gramática do design visual. Tomados juntos, os resultados de análise sugerem naturalização da violência contra a população em situação de rua, em um efeito retórico de distanciamento, que não provoca empatia entre quem lê o jornal e as pessoas vítimas da violência representada. Palavras-chave: Análise de discurso crítica; Situação de rua; Violência; Jornalismo web.	2018
	Representação da situação de rua no jornalismo eletrônico em textos verbos-visuais - a violência em discurso no correio braziliense (2011-2013)	A primeira política nacional sobre drogas do Brasil foi criada em 2002, através de um decreto presidencial. Desde então, a mesma passou por reavaliação no ano de 2003 e por atualização e realinhamentos, deixando de ser uma política antidrogas e passando a ser uma política sobre drogas. Em 2006 houve a criação de um sistema nacional de políticas sobre drogas. Desde então o Brasil vivencia avanços e retrocessos no que tange a atenção aos vulneráveis sociais usuários de drogas. Dessa forma, o presente texto busca problematizar, através da reflexão de legislações e de textos nacionais e internacionais a dupla vulnerabilidade: uso de drogas e situação de rua, numa perspectiva bioética e dos direitos humanos. Concluímos que o campo da bioética poderá contribuir para este debate, especialmente no que concerne a aqueles que vivem a dupla vulnerabilidade: o uso de drogas e a rua como seu lugar de vida e sobrevivência. Esse texto discutirá, também, os direitos humanos dos usuários que estão em situação de rua, desde uma perspectiva bioética. Palavras-Chave: drogas; população de rua; bioética; direitos humanos	2018
	Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática	A presença de pessoas que fazem das ruas sua moradia é uma realidade incontestável e vem se intensificando no Brasil. Realizou-se esta pesquisa com o objetivo de investigar o que foi produzido sobre pessoas nessa condição entre 2006 a 2016 no Portal de Periódicos Capes e no Banco de Teses & Dissertações Capes. Foram analisados os resumos e as conclusões de 115 produções científicas brasileiras, sendo 27 artigos, 81 dissertações e sete teses. Constatou-se que no ano de 2014 houve maior produção científica sobre o tema (19,13%) e que há uma concentração de pesquisas na área da Psicologia (26,13%). As produções científicas apresentaram temas variados, sendo categorizadas por tópicos: singularidades e diversidades; razões e motivações para a vida nas ruas; os diferentes modos de viver e sobreviver em situação de rua; construção social da imagem; interlocuções entre saúde e assistência social; relação com a cidade e os processos de saída das ruas. Embora o interesse em investigar o fenômeno de pessoas que habitam as ruas venha se intensificando, indicamos a necessidade de novas pesquisas para que possam apontar indicadores para a construção de políticas públicas atenta aos direitos dessa população. Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua; População em Situação de Rua; Revisão	2018

		Sistemática	
	Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos	Esta pesquisa é de inspiração etnográfica, qualitativa, baseada nos princípios da pesquisa-intervenção e trabalhou com narrativas de vida de três mulheres que vivem da e ou na rua, com o objetivo conhecer seus modos de vida, táticas de sobrevivência e as práticas de resistência frente às diárias violações de direitos. Discute-se como cada uma das narrativas revelam as diversas formas de violação e exclusão, mas também as formas de resistência, operadas em reinvenções do cotidiano, da cidade, da vida. As formas de resistência, além de nos dizerem de outros modos de vida possíveis frente às dificuldades e violências cotidianas, através da arte, do trabalho, da solidariedade e da militância, nos fazem ver a maquinaria do poder operando na vida social em suas perversões na produção de vidas descartáveis. Palavras-chave: população em situação de rua; modos de vida; resistência; narrativas	2018
	Habitar invisível: produção de vida e cuidado na experiência urbana	O objetivo geral do projeto "Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line" (cnpq 304075/2014-0) é mapear e analisar representações da situação de rua na produção discursiva dos portais de notícias online de três jornais de circulação nacional - Folha de S. Paulo, O Globo e Correio Brasileiro. Para tanto, foi realizado um mapeamento abrangente dessas publicações, com coleta de todos os textos publicados no período considerado para a pesquisa - de 2011 a 2013 - que resultaram das buscas por palavras-chave, levando a cerca de 750 textos. Este artigo toma um foco parcial dos dados do projeto, situando formas como o jornal O Globo representa a população em situação de rua em notícias que tematizam políticas públicas. Os textos foram analisados em seus aspectos verbais e visuais, com ferramentas da análise de discurso crítica e da gramática do design visual. Os resultados analíticos apontam a ênfase das notícias na ocupação do espaço público, tanto nas imagens como nos textos verbais. A naturalização da distribuição desigual de recursos, da separação entre classes e da escassez ao lado do privilégio dá o tom das notícias, pelas relações locativas que se desenham. Há espaços de privilégio que são impenetráveis para segmentos populacionais que não disponham dos recursos condizentes. A desigualdade é normalizada, inclusive pelo recurso da ironia, no caso dos textos verbais. Palavras-chave: análise de discurso crítica; situação de rua; políticas públicas	2018
	Drogas, direitos humanos e bioética: dupla vulnerabilidade do usuário de drogas em situação de rua	Este estudo qualitativo teve como objetivos conhecer as ações dirigidas às Pessoas em Situação de Rua que apresentam transtorno mental, desenvolvidas por dois serviços da Rede de Atenção Psicossocial da Sé; identificar obstáculos e pontos de força presentes no cotidiano de trabalho; e conhecer a opinião dos usuários sobre o cuidado recebido. A maioria das ações oferecidas pelos serviços encontra-se alinhada às diretrizes das políticas públicas, considera as características da população e busca responder às suas necessidades. O vínculo entre profissionais e usuários foi compreendido como essencial, mas há sobrecarga e risco de adoecimento dos profissionais. Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua; Saúde; Colaboração intersetorial; Serviços de saúde mental	2017
	O cuidado a pessoas em situação de rua pela rede de atenção psicossocial da sé	Neste artigo, que tem por objetivo discutir protagonismo e linguagem, focalizamos entrevistas com o editor do jornal O Trecheiro e um texto publicado no mesmo jornal. Esses dados ilustram questões centrais de acesso discursivo ao debate do protagonismo na linguagem. A posição autoral de textos com acesso a espaços discursivos é um aspecto crucial quando se vinculam protagonismo e linguagem. Por isso, analisar como a posição objetiva de autor/a é ocupada subjetivamente é relevante para compreender o papel de um veículo midiático alternativo na promoção de mudanças na sociedade. Palavras-chave: protagonismo; acesso; análise de discurso crítica; situação de rua	2017
	Discurso e protagonismo: população em situação de rua na produção discursiva de o trecheiro	O fenômeno da população em situação de rua e sua (in)visibilidade é uma construção social composta por processos que se cruzam e se intensificam mais ou menos em determinados momentos históricos. Este artigo objetiva apresentar a pesquisa de iniciação científica, fomentada pela FAPESP, que investigou os entrecruzamentos entre as artes e os regimes de visibilidade entre 2014 e 2015 na cidade de Santos (SP). Seguimos algumas pistas do método da cartografia em diversas frentes investigativas, sendo as principais a análise de experiências, a revisão bibliográfica, entrevistas com moradores de rua que participaram de oficinas teatrais e com atores de rua. Entendemos arte não somente como objeto de estudo, mas como instrumento de pesquisa e de aproximação entre pessoas, posto que ela pode auxiliar na apreensão e na produção de outras convivências na cidade, garantindo uma ressonância das vozes da rua para espaços pouco sensíveis a elas. Palavras-chave: sem-teto; artes; teatro; processos sociais	2017
	A rua como palco: arte e (in)visibilidade social	No atual cenário do neoliberalismo, percebe-se uma fragilização dos vínculos empregatícios e familiares, o que contribui para o fenômeno da exclusão social e dá visibilidade à População em Situação de Rua - PSR. A PSR desafia a universalidade, a equidade e a integralidade do Sistema Único de Saúde - SUS, encontra-se à margem da rede de atenção à saúde e é alvo de políticas focalizadoras. Esse debate transformou-se em objeto deste estudo de revisão integrativa das publicações nacionais dos bancos de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - Lilacs e Base de Dados de Enfermagem - BDEF, com objetivo de levantar o que existe na literatura acerca da caracterização da PSR, suas necessidades e as políticas desenvolvidas para atendê-la. O estudo revelou que a discussão sobre a PSR é tímida na produção do conhecimento, principalmente, quanto à compreensão dos determinantes sociais do seu processo saúde/doença. As políticas sociais voltadas para essa população são, em sua maioria, compensatórias e assistencialistas, de modo que não possibilitam a materialização do direito à saúde. Diante disso, torna-se necessária a construção de políticas sociais coerentes com as necessidades sociais da PSR. Palavras-Chave: Saúde; Políticas públicas; População de rua	2017
	Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a	A estruturação do cuidado à população em situação de rua (PSR) pela atenção primária à saúde (APS) é desafio para o Sistema Único de Saúde. O objetivo do artigo é discutir as práticas de uma equipe Consultório na Rua (ecnar) para PSR e usuários de álcool, crack e outras drogas de forma a efetivar um cuidado integral implementado segundo os atributos da APS e da Promoção da Saúde. Análise qualitativa das práticas de uma	2016

problemática	ecnar do Rio de Janeiro no período 2011-2013, considerando como referencial, atributos essenciais da APS e as seguintes categorias analíticas: a abordagem territorial; o acolhimento em serviços de portas abertas; a complexidade do cuidado a grupos vulneráveis e a articulação da rede de saúde e intersetorial. Sistematizou-se as concepções de cuidado previstas nas políticas/normas brasileiras. A ecnar, como uma equipe de Saúde da Família para populações e territórios dinâmicos e vulneráveis, foi potente em promover acesso, construir vínculo, prover um cuidado integral na perspectiva da redução de danos e da clínica ampliada. Há desafios para a efetividade da atenção, como a formação e a composição multiprofissional, o suporte logístico para a abordagem na rua, o apoio institucional e de especialistas e a fragilidade das Redes. Palavras-Chave: Atenção Primária à Saúde; População em situação de rua; Vulnerabilidade; Cuidado; Redução de danos	
Equipe "consultório na rua" de manguinhos, rio de janeiro, brasil: práticas de cuidado e promoção da saúde em um território vulnerável	O estudo visa compreender as práticas de cuidado de um Consultório na Rua, em Manguinhos/RJ, de forma a contribuir com o debate da Atenção Primária à Saúde para populações específicas. Trata-se de estudo de caso, tendo por procedimentos metodológicos: análise documental, observação direta, entrevistas com profissionais e representante do movimento social. Os resultados apontam para a construção de vínculos e para o rompimento com uma lógica prescritiva, prevalecendo uma escuta qualificada. Os profissionais exprimiram existir ainda resistências em atender a população em situação de rua, comumente associada a imagens estigmatizantes, que expressam os desafios na garantia do acesso desta população ao SUS. Palavras-Chave: Atenção Primária à Saúde; População em situação de rua; Saúde da família	2016
Práticas de cuidado e população em situação de rua: o caso do consultório na rua	Este artigo reflete sobre o acolhimento e a produção de cuidado destinados à população em situação de rua numa perspectiva socioantropológica, a partir de uma observação participante realizada junto a uma equipe de Consultório na Rua. Observou-se que essa população, historicamente visibilizada como marginal, dificilmente consegue acessar os serviços de saúde, tornando-se invisível ao próprio Sistema Único de Saúde. Embora a Política Nacional para a População em Situação de Rua pretenda assegurar acesso à saúde, o cuidado, no entanto, nem sempre é garantido porque serviços e profissionais de saúde têm pouca experiência para acolher pessoas em situação de rua e atender as suas necessidades. Conclui-se que o desafio é hipervisibilizar as linhas de cuidado para situações impostas pela vida na rua e a construção de vínculo terapêutico desconstrutor da prática estigmatizante. Palavras-Chave: Moradores de Rua; Sociologia Médica; Política de Saúde	2015
Consultório na rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade	Este estudo qualitativo aborda os problemas e os obstáculos que se apresentam no atendimento integral de populações em situação de rua, no centro da cidade do Rio de Janeiro. A partir da análise descritiva do funcionamento da rede assistencial, é apontada a frágil intersetorialidade entre as políticas e a fraca integração entre os serviços da cidade, que inviabilizam um atendimento satisfatório e a concretização de direitos sociais. Os principais entraves detectados no atendimento indicam forte distância entre as premissas da Política Nacional para a População em Situação de Rua e o funcionamento da rede dos serviços do Rio de Janeiro, acentuada pelas ações coercitivas da Secretaria de Ordem Pública. Palavras-Chave: Intersetorialidade; Política social; População em situação de rua	2015
Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate	Este estudo qualitativo aborda os problemas e os obstáculos que se apresentam no atendimento integral de populações em situação de rua, no centro da cidade do Rio de Janeiro. A partir da análise descritiva do funcionamento da rede assistencial, é apontada a frágil intersetorialidade entre as políticas e a fraca integração entre os serviços da cidade, que inviabilizam um atendimento satisfatório e a concretização de direitos sociais. Os principais entraves detectados no atendimento indicam forte distância entre as premissas da Política Nacional para a População em Situação de Rua e o funcionamento da rede dos serviços do Rio de Janeiro, acentuada pelas ações coercitivas da Secretaria de Ordem Pública. Palavras-chave: Intersetorialidade. Política social. População em situação de rua.	2015
Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo	Descrever as características sociodemográficas, o estado de saúde e o acesso a serviços na população em situação de rua em uma amostra em três albergues do centro da cidade de São Paulo. Amostra de 251 indivíduos: 171 do sexo masculino, 78 do sexo feminino e duas pessoas que se autodenominaram transexuais. Foi aplicado um questionário estruturado contendo dados sociodemográficos, trajetória e tempo de vida na rua, atividade física, discriminação, rede e suporte social, estado de saúde, consumo de álcool ou drogas, violência e acesso a serviços de saúde. Verificou-se o predomínio de adultos do sexo masculino, não brancos, com baixo nível de escolaridade, e com renda mensal menor que 1/2 (meio) salário mínimo. Um terço dos entrevistados já se encontrava nessa situação há mais de cinco anos. 45% dos entrevistados consideraram sua saúde boa ou muito boa. A maioria prefere utilizar as unidades básicas de saúde quando tem necessidade. As precárias condições financeiras e ausência de família somam-se às situações de violência física sofrida. Discriminação, péssimas condições de higiene e incapacidade física ou mental são comuns em suas vidas. O desafio que se coloca para a formulação da política de saúde é incorporar as representações e as práticas de cuidados desses sujeitos, como também dos serviços, como ponto de partida para a organização da assistência. Palavras-Chave: População em Situação de Rua; Condições de Vida; Condições de Saúde; Acesso a Serviços de Saúde.	2015
Multidão: esfinge da saúde pública, lugar de inflexão, ideias do bem comum	A saúde pública emerge e adquire uma expressividade única em vários lugares, mesmo que sob formas distintas, conforme os jogos de poder a que estavam submetidos. Um traço se faz ali presente: dominar por um certo saber-fazer (como um biopoder) a dinâmica da vida nas populações, para poder agir sobre ela e, com isso, dominar as multidões em seus movimentos; o que escapasse, seria vigiado, capturado e excluído. Poder saber-fazer sobre quantos morrem, nascem, do que morrem e como evitá-lo. Como entrar e controlar esse jogo, é a obsessão e a paranoia sanitária. Esse artigo abre uma conversa sobre o pensar a multidão como uma esfinge que a saúde pública tem de desvelar para controlar, conforme certos modos de governar os outros, indivíduos e coletivos. Torná-la população é sempre sua estratégia de poder central. Na contingência do Rio de Janeiro, que trouxe há	2015

		um tempo a questão da rua de uma maneira intensa, agregada pela sua presença nos eventos mundiais, Copa do Mundo de Futebol e Olimpíada, a situação dos sinais da rua vão adquirindo expressões muito específicas no que toca à relação multidão e saúde pública, o que, abre janelas para a nossa visão sobre alguns dos dilemas que temos hoje: o fazer-se multidão de vários modos coloca em cheque as estratégias governamentais que apostam na fabricação da categoria "população". Palavras chaves: Saúde Pública; Multidão; Sinais da Rua; População; Relações de Poder; Biopolítica	
População em vulnerabilidade, intersetorialidade e cidadania: articulando saberes e ações		Este artigo apresenta relato referente ao "I Encontro Saúde Ocupação e Contextos Psicossociais: populações em vulnerabilidade, intersetorialidade e cidadania", realizado em agosto de 2012 pelo curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo. Os objetivos do evento foram discutir as múltiplas causalidades e a complexidade envolvida no fenômeno do crescimento da população em situação de rua na conjuntura geral do país e do mundo e no contexto do município; iniciar uma análise e caracterização social dessa população; e elaborar estratégias para elaboração de políticas públicas de inclusão social, redução de iniquidades e desigualdades e erradicação da pobreza no município de Ribeirão Preto, na interface entre as dimensões de atuação, recursos e responsabilidades de vários setores da administração pública no município (saúde, educação, cultura, habitação, transportes e meio ambiente, entre outros) e organizações da sociedade civil. O evento gerou documento com propostas de estratégias voltadas à atenção a pessoas em situação de rua, que foi entregue à Prefeitura, à Câmara de Vereadores, ao Ministério Público e a representantes de movimentos sociais. É possível concluir que o encontro promoveu uma importante articulação para subsidiar a formação de fóruns intersetoriais e desencadear ações voltadas à atenção à população em vulnerabilidade social. Palavras-Chave: Vulnerabilidade Social; Políticas Públicas; Intersetorialidade; Cidadania; Terapia Ocupacional Social	2014
Apoio como cuidado de territórios existenciais: atenção básica e a rua		Este artigo pretende evidenciar uma linha de conexão entre as seguintes práticas: do apoio, das equipes de Atenção Básica e do cuidado com a população em situação de rua no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir do que entendemos ser o objeto de cada uma dessas práticas, os territórios de vida, faremos uso do conceito de "território existencial" de Felix Guattari, buscando afirmar certa lógica de relação com esse objeto. Essa lógica permeia tanto a prática do apoiador quanto o trabalho dos serviços de Atenção Básica. Para evidenciar essa linha de conexão, tomamos como analisador algumas questões colocadas no cuidado em saúde com a população em situação de rua. Palavras-Chave: Apoio; Atenção Básica; Moradores de rua; Território; Cuidado.	2014
Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de vitória/es		Este artigo visa compartilhar análises acerca dos modos de vida da população de rua. A pesquisa realizada abarcou três momentos: o primeiro visou uma aproximação com moradores de rua para mapear as políticas que atravessam a vida nas ruas; o segundo objetivou o mapeamento dos grupos em situação de rua, destacando as paisagens urbanas com as quais efetua relações sociais; um terceiro momento: em que conversamos de forma mais detalhada com alguns moradores de rua acerca das táticas e astúcias que tecem em seu cotidiano de vida. A pesquisa mostrou que a população de rua reinventa espaços e objetos em seu cotidiano de vida nas ruas, driblando proibições e limites, ressignificando objetos, lugares e usos, bem como produzindo desenhos variados no tecido urbano. A pesquisa também evidenciou as práticas de intolerância e violência contra a população em situação de rua, bem como a violação de seus direitos sociais e políticos. Palavras-Chave: população em situação de rua; políticas públicas; direitos sociais.	2014
O palhasus e a saúde em movimento nas ruas: relato de um encontro		Relatamos a experiência gerada pelo encontro entre os projetos palhasus e Estratégia Saúde da Família para População em Situação de Rua (ESF POP RUA), identificando (i) sua afinidade metodológica com a Educação Popular em Saúde e (ii) a singularidade do território de atuação, a rua, ambiente propício para esse casamento. O encontro foi mediado, por um lado, pela Coordenação de Saúde da Família e pelo Núcleo de Cultura, Ciência e Saúde, da Secretária Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, e, por outro lado, pelo palhasus desenvolvido no Instituto Oswaldo Cruz, introduzido no processo formativo da primeira equipe da ESF POP RUA. Após as atividades, os agentes de saúde assumiram um segundo papel, como palhaços mediadores da promoção da saúde com alegria, confirmando o potencial de integração da Dialogia do Riso nas ações e políticas de combate à miséria. Palavras-Chave: palhasus; Saúde em movimento nas ruas; Dialogia do riso; Educação popular; Gestão participativa.	2014
Políticas públicas e capital social: o projeto consultório de rua		Discute-se nesse ensaio questões pertinentes a sociedade moderna, na perspectiva de Bauman e Giddens, com um recorte para a temática das drogas. Reflete-se o Projeto Consultório de Rua enquanto um equipamento das políticas de saúde, com prática social inclusiva à população em situação de rua, no Brasil. Analisam-se as categorias, capital social e habitus, enquanto temáticas transversais na prática dos profissionais do Projeto Consultório de Rua, através do aporte teórico em Pierre Bourdieu. Por conseguinte, pretende-se, a partir dessa discussão, contribuir com as diferentes práticas dos profissionais na área da saúde, no tocante ao uso e abuso de substâncias psicoativas. Palavras-chave: redução de danos; saúde mental; inclusão; projeto consultório de rua.	2014
Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de Futuro após situação de rua		Crianças e adolescentes abrigados normalmente experimentaram muitas formas de exclusão em suas vidas: o abandono, a violência doméstica, a privação econômica, social, cultural e política. Este estudo investigou a perspectiva de futuro entre crianças e adolescentes abrigados após sua vivência em situação de rua. A pesquisa foi realizada com 14 participantes, moradores de três abrigos públicos do município de Vila Velha-ES. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada e submetidos à análise de conteúdo conforme propõe Bardin. Verificou-se nos relatos dos participantes a presença de temas como: a experiência da ruptura familiar, a intenção de regresso à família de origem, a crença na possibilidade de transformação de sua realidade por meio do estudo e do trabalho. É oportuno discutirmos a implementação de políticas públicas para essa população no sentido da oferta de atenção integral com vistas a favorecer a sua inclusão na sociedade. Palavras-chave: crianças e adolescentes; situação de rua; perspectiva de futuro; abrigos públicos.	2014

LILACS	Encontros na rua: possibilidades de saúde em um consultório a céu aberto	O presente estudo debate o Consultório na Rua, envolvendo a cartografia do trabalho de uma equipe de saúde para "pensar": encontros na rua, redução de danos, respeito às pessoas em seus modos de ser/existir/constituir vida e inscrição em modelos próprios de saúde. Foram usados vídeos gravados na rua, atas de equipe e vivências dos autores. No desenvolvimento, foram construídos quatro âmbitos expressivos do contato com essa população: experiência do morar na rua, experiência do atuar com saúde na rua, experiência do aprender em ato de equipe multiprofissional/interdisciplinar e intercessão sociocultural proveniente do "encontro" com essa população. Na conclusão, destaca-se que a presença do consultório na rua não é simplesmente técnica, trata-se de uma presença política na esfera dos direitos, da equidade e da justiça, assim como intervenção política e cultural, respeitando modos de vida, promoção da saúde e defesa da multiplicidade na cidadania. Palavras-chave: Consultório na rua; Rede de atenção psicossocial; Rede de atenção básica; Moradores de rua; Educação e promoção da Saúde	2018
	População de rua: um olhar da educação interprofissional para os não visíveis	A inserção de alunos do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde de Populações Vulneráveis da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo na equipe de Consultório na Rua, no centro da cidade de São Paulo, permitiu a eles se aproximar da realidade social na qual o morador de rua está inserido e aprender sobre as particularidades da atenção à saúde deste grupo populacional. Este artigo objetiva discorrer sobre essa estratégia de ensino-aprendizagem in loco, que propicia o contato com o mundo da rua e com o cuidado integral que a equipe de Consultório na Rua desenvolve no contexto das ações intra e intersetoriais. A experiência foi relevante, contribuindo para a formação social e humanística desses futuros profissionais, como também propiciou aprimoramento do processo de trabalho da equipe de saúde por meio do diálogo entre ensino e serviço, qualificando, desse modo, o Sistema Único de Saúde. Palavras-chave: Educação Interprofissional; Atenção Primária à Saúde; População de Rua; Sistema Único de Saúde; Aprendizagem.	2018
	Pesquisa-intervenção, políticas públicas e movimentos sociais: uma experiência junto à população em situação de rua	Este artigo apresenta uma experiência de pesquisa-intervenção que teve como objetivos conhecer a população adulta em situação de rua; mapear e conhecer o funcionamento das políticas públicas para esta população; identificar as violações de direitos humanos e conhecer o cotidiano destas pessoas. Com base nos marcos teórico-metodológicos da Análise Institucional e da Cartografia, o trabalho de campo considerou diferentes estratégias metodológicas em cenários institucionais e na cidade, que geraram dados sobre as principais dificuldades vividas, itinerários institucionais e estratégias desenvolvidas por estas pessoas em várias políticas públicas, identificando e colocando em análise as linhas duras (instituído) e as linhas flexíveis (instituinte) nas relações com o Estado. A pesquisa-intervenção promoveu visibilidade às principais questões vividas por este segmento vulnerável, bem como fomentou sua organização política e empoderamento, com vistas à garantia de direitos. Palavras-chaves: população em situação de rua; pesquisa participativa; análise institucional; direitos humanos; políticas públicas.	2018
	Identidade, drogas e saúde mental: narrativas de pessoas em situação de rua	O presente trabalho tem por objetivo discutir como pessoas que vivem em situação de rua e que fazem uso abusivo de drogas lidam com os processos de exclusão social aos quais estão submetidos, observando de que forma os personagens que representam repercutem no reconhecimento de suas identidades. Para tanto, seguindo o critério de saturação de sentido, foram utilizadas as narrativas de dois sujeitos que viviam em situação de rua no centro de Fortaleza (CE) e que faziam o uso de drogas. Nas pesquisas desenvolvidas por Antonio da Costa Ciampa e Aluísio Ferreira de Lima, sobretudo aquelas relacionadas à concepção de identidade enquanto metamorfose, personagem e as categorias mesmice, mesmidade e reconhecimento. Assim, no estudo pode-se perceber o impacto das formas de reconhecimento experienciadas pelos sujeitos entrevistados na constituição de suas identidades, bem como as repercussões dos estigmas enfrentados pelos mesmos na representação cotidiana das personagens "pessoa em situação de rua" e "usuário de drogas". Por fim, as rupturas dos personagens nos processos de mesmice e a dificuldade de lidar com novos personagens nos movimentos da mesmidade são discutidas, além de reflexões sobre as identidades pressupostas atribuídas a essas duas personagens, que criam limitações nas relações dessas pessoas com os trabalhadores dos serviços de saúde mental e acabam reproduzindo as formas de exclusão vivenciadas por eles. Palavras-chave: Psicologia Social, Identidade, Uso de Drogas, Pessoas em Situação de Rua, Saúde Mental.	2018
	População em situação de rua: a questão da marginalização social e o papel do estado na garantia dos direitos humanos e do acesso aos serviços de saúde no Brasil	A questão dos moradores de rua, além de ser um problema social, se tornou uma questão de privação de direitos, em que a exclusão e a marginalização levam cada vez mais esse tipo de população a aumentar nas cidades brasileiras. Ao discutir o papel do Estado perante os moradores de rua, permite-se realizar reflexões acerca de ações que revertam a situação de forma equilibrada e sustentável do ponto de vista econômico e político, promovendo, ao mesmo tempo, a integração entre governo e sociedade. É apresentado e discutido o sistema concebido para garantir esses direitos por meio de políticas públicas, leis e programas que visam à ressocialização da população em situação de rua, para que passe, aos poucos, a resgatar sua cidadania. PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Pessoas em Situação de Rua.	2018
	Estratégias criativas e a população em situação de rua: terapia ocupacional, arte, cultura e deslocamentos	A população que encontra nas ruas uma alternativa para sua sobrevivência e ordenação de suas identidades é marcada por inúmeras rupturas e violações de direitos, resultando em processos de vulnerabilidade e desfiliação social, dada as condições socioeconômicas e a racionalidade neoliberal vigente. Vimos a necessidade de trabalhos inovadores que possam agregar diferentes setores e saberes, que defendam o fortalecimento de rede de apoio e de serviços, que objetivem a emancipação dos sujeitos, promovam participação social e respeitem sua diversidade. Assim, relata-se a experiência de projeto de extensão que promoveu estratégias criativas para a atuação junto à população em situação de rua, a partir da arte e da cultura. Para tanto, as oficinas de atividades, realizadas semanalmente, promoveram experimentações aos participantes visando à expressão de suas	2018

sensíveis	potencialidades, a partir dos temas e demandas pertinentes ao grupo, produzindo arte, dinâmicas e produtos que refletiram a cultura da rua. Foram produzidos deslocamentos sensíveis, perceptíveis aos envolvidos, tornando os participantes protagonistas de suas expressões. Os encontros tomaram proporção criativa e se constituíram em novas experiências de formação e práticas terapêuticas ocupacionais no campo social. Na defesa do respeito, da valorização das dimensões e capacidades humanas, em especial de grupos vulneráveis, associadas às ações que buscam promover e ampliar seus direitos humanos e sociais. Palavras-chave: Vulnerabilidade Social, Terapia Ocupacional Social, Cultura, Arte, Assistência Social	
Práticas de saúde em contextos de vulnerabilização e negligência de doenças, sujeitos e territórios: potencialidades e contradições na atenção à saúde de pessoas em situação de rua	Este artigo ancora-se na premissa de que a relação entre políticas públicas, vulnerabilidade, sofrimento humano e negligência de pessoas e territórios merece ser questionada e melhor entendida. Um de seus principais pressupostos é a aposta em pontes de diálogos na produção de conhecimentos em saúde, em diferentes quadros de referência - paradigma biomédico; determinação social da saúde; vulnerabilidade social; aportes descoloniais. É fruto de estudo dedicado a acompanhar as práticas de saúde em territórios negligenciados e vulnerabilizados na cidade do Rio de Janeiro, em especial às pessoas que vivem em moradias precárias e em situação de rua. Diferentes encontros e modos de levar a vida, na feitura de cotidianos possíveis, foram vivenciados. Esses encontros forneceram elementos ao entendimento da saúde como valor social em situações concretas, pondo em questão, sob variadas leituras, a vulnerabilização de vidas humanas. Fala-se, portanto, sobre leituras críticas acerca de formas de estar no mundo, dialogicamente relacionadas às condições históricas, políticas e sociais, em que reside a aposta na resistência e nas ações cotidianas de diversos atores sociais e em dispositivos de saúde inovadores, que tenham potencial na efetivação de práticas contra-hegemônicas. Palavras-chave: Vulnerabilidades; Determinação Social da Saúde; Pessoa em Situação de Rua; Negligência em Saúde	2018
Estudos em psicologia e áreas interdisciplinares sobre a população em situação de rua	A pesquisa teve como objetivo analisar a produção científica sobre a população em situação de rua referente às pesquisas realizadas no Brasil por psicólogos e outras profissionais publicadas entre 2006 e 2015. Utilizando-se a base de dados scielo, identificaram-se 31 artigos que cumpriram os critérios e que foram classificados em três categorias: (1) relações familiares e processos identitários; (2) experiências, modo de vida e estratégia de superação; e (3) políticas públicas, agentes e agências de apoio psicossociais. Foram analisados os objetivos, os participantes das pesquisas, os resultados, as conclusões e recomendações. Concluiu-se que há um número pouco expressivo de artigos publicados, embora abordem o tema a partir de múltiplos olhares e áreas do conhecimento. É fundamental tratar o tema de forma articulada com questões referentes às políticas públicas, saúde, educação para que haja efetividade das ações de sensibilização e mobilização social da sociedade civil, dos gestores e formuladores de políticas. Palavras-chave: população em situação de rua; psicologia do desenvolvimento humano; políticas públicas; interdisciplinaridade.	2018
O caso ação rua: intervenções com crianças, adolescentes e suas famílias	A intervenção para o enfrentamento à situação de rua de crianças e adolescentes é discutida a partir de estudo de avaliação do Serviço Ação Rua. Utiliza-se delineamento qualitativo de Estudo de Caso Único com Unidades de Análise Incorporadas, envolvendo inserção ecológica, análise documental e grupos focais com Adolescentes, Famílias, Trabalhadores Sociais e Gestores vinculados ao Serviço. O estudo se refere aos seus três primeiros anos (2007-2009), entre implantação e execução. Os resultados, com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, indicam que o Serviço se constituiu em microssistema direto, ampliou o número e a qualidade dos microssistemas do público atendido. A regularidade e a reciprocidade afetiva destacaram-se nos processos proximais estabelecidos, percebidos como apoio social formal e informal. A presença constante nos espaços de vida do público atendido cria estabilidade presencial que se contrapõe à imprevisibilidade da rua, e ultrapassa os limites tradicionalmente esperados para a abordagem social de rua. Destaca-se a importância da pessoa do trabalhador social para o desenvolvimento da intervenção. As lições aprendidas do Caso Ação Rua são relevantes para refletir sobre intervenções dirigidas à abordagem social de rua e programas de apoio sociofamiliar em diferentes contextos. Limitações e propostas de estudos futuros são apresentadas. Palavras-chave: Palavras-chave: Intervenção; situação de rua; crianças e adolescentes; abordagem social; políticas públicas.	2018
"Vocês me encontram em qualquer lugar": realizando pesquisa longitudinal com adolescentes em situação de rua	Com o objetivo de aprofundar a pesquisa longitudinal com populações de difícil acesso, este artigo descreve as estratégias metodológicas utilizadas em um estudo longitudinal realizado com 113 crianças e adolescentes em situação de rua em três capitais brasileiras. Além de descrever as diferentes etapas do processo de pesquisa, o artigo detalha as estratégias multimétodos que possibilitaram boa retenção de amostra (72% aos 6 meses e 62% aos 12 meses), bem como a validade dos dados resultantes da inserção ecológica e triangulação de dados. A análise de atrito revelou apenas algumas diferenças entre os adolescentes que foram retidos versus perdidos no seguimento dos indicadores demográficos e psicossociais. O exame das razões para o atrito fornece informações que podem ser usadas em futuras pesquisas de desenvolvimento em contextos atípicos. Por fim, defende-se que uma pesquisa desta natureza pode ter impactos positivos sobre o sistema de proteção de direitos e, conseqüentemente, sobre a rede de proteção dos participantes. Palavras-chave: Adolescente em situação de rua; longitudinal; método.	2018
O fenômeno população em situação de rua enquanto fruto do capitalismo	Quem é a população em situação de rua? Como vive? Porque e como chegou às ruas? Quais são as suas principais características? Qual a importância do trabalho em sua vida? É fruto da preguiça ou do processo de acumulação capitalista? Neste artigo, discutimos essas questões: situamos o fenômeno população em situação de rua em seu contexto estrutural; debatemos acerca de seu perfil e indicamos a intrínseca relação entre o modo de produção capitalista e a formação e ampliação da população em situação de rua enquanto parte integrante da superpopulação relativa. Palavras-chave - População em situação de rua. Capitalismo. Superpopulação relativa.	2018

A tuberculose na população em situação de rua: desempenho de profissionais da atenção primária	Analisar as ações para o controle da tuberculose na população em situação de rua. Métodos: trata-se de uma pesquisa avaliativa que contou com a participação de 171 profissionais da estratégia saúde da família. Utilizou-se um instrumento que aborda aspectos da assistência à tuberculose para pessoas em situação de rua. A análise de desempenho ocorreu mediante avaliação das variáveis extraídas da análise fatorial exploratória e de confiabilidade. Resultados: no fator 1, ações para o controle da tuberculose na população em situação de rua, as variáveis foram classificadas como incipientes e parcialmente satisfatórias; no fator 2, apoio que as equipes devem receber para direcionar as ações de controle da tuberculose na população em situação de rua, as variáveis foram classificadas como insatisfatórias e incipientes. Conclusão: as ações para o controle da tuberculose na população em situação de rua não consideram as especificidades dessa população, contrariando as recomendações do Ministério da Saúde. Descritores: Tuberculose; Pessoas em Situação de Rua; Atenção Primária à Saúde; Avaliação de Programas e Projetos de Saúde	2018
Percepções sobre trabalho: análise de concepções de pessoas em situação de rua	Introdução: No contexto nacional, nos deparamos com alarmantes índices de desemprego estrutural que se tornam exponencialmente maiores quando analisamos as camadas excluídas do direito ao trabalho, como a população em situação de rua. Objetivo: Identificar as concepções sobre o trabalho de pessoas em situação de rua. Método: Participaram dez homens abrigados em uma instituição religiosa que acolhe pessoas em situação de rua, localizada no interior do Estado de São Paulo. Trata-se de estudo qualitativo que utilizou a entrevista semiestruturada para coleta de dados e a técnica de análise temática. Resultados: Indicam que os participantes vinculam o trabalho às questões financeiras, pois o dinheiro foi reconhecido por eles como meio de satisfazer desejos materiais e o sustento familiar. Também o vinculam ao uso de substâncias psicoativas, indicado como a principal razão da perda de empregos. Entretanto, verificou-se que o trabalho também foi indicado como possibilidade de (re)construção de projetos de vida futura, sendo componente importante do cotidiano. Os participantes associaram o trabalho à viabilização de suas redes sociais que, em muitos casos, apresentava-se fragilizada ou era inexistente e o conceberam como estratégia emancipatória, seja pessoal, familiar ou financeira. Conclusão: A pesquisa em equipamentos de assistência social voltados à população em situação de rua é importante, pois amplia o conhecimento sobre os próprios equipamentos, os usuários e suas demandas, favorecendo a criação e implantação de políticas sociais, além de dar suporte às práticas de Terapia Ocupacional junto a essa população, que ainda são escassas. Palavras-chave: População em Situação de Rua, Trabalho, Economia Solidária	2017
Entre canteiros e nuvens, perigos e guarda-chuvas: a experiência de uma pesquisa-intervenção com pessoas em situação de rua	O artigo apresenta uma experiência de pesquisa-intervenção com pessoas em situação de rua, que buscou conhecer suas condições e trajetórias de vida, as violações de direitos sofridas, bem como suas necessidades, projetos e formas de resistência. A inserção no campo de pesquisa ocorreu por meio de uma etnografia. Foram realizadas entrevistas que possibilitaram a construção de um inventário de narrativas. Estas apontam algumas dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de rua, como o preconceito, o não-lugar na cidade, a fragilidade das políticas públicas, a violência policial, e outras violações de direitos. As narrativas ainda revelam as multiplicidades da vida e as estratégias, táticas e astúcias desenvolvidas por essas pessoas para sua sobrevivência nas ruas. Por fim, destacamos a importância dos vínculos, solidariedades e produção de coletivos como vias emancipatórias em favor da invenção da vida e da luta por direitos humanos que ganham contornos neste contexto. Palavras-chave: população em situação de rua; pesquisa-intervenção; narrativas; direitos humanos.	2017
Cuidado à saúde da pessoa em situação de rua: debate e relatos para uma abordagem intersetorial	Este artigo apresenta relato referente ao "I Encontro sobre as Políticas de Atendimento à População em Situação de Rua: Articulação entre SUS e SUAS", realizado por residentes da Residência Multiprofissional em Saúde da Família em Parnaíba (PI) durante os meses de outubro e novembro de 2016. O objetivo é discorrer sobre o encontro e discutir as políticas de atendimento à pessoa em situação de rua - PSR. O evento teve como público-alvo os agentes comunitários de saúde (ACS) e enfermeiros de quatro Distritos de Saúde. O evento possibilitou a discussão sobre a PSR, as políticas de reconhecimento dessa população, a existência e qualidade do serviço ofertado pelo Centro de Referência Especializado para População de Rua e a discussão de casos. Desse modo, o evento deu aos profissionais de saúde a oportunidade de lançar um novo olhar em relação à PSR e criou a possibilidade de realização de outros eventos com o mesmo tema destinado aos profissionais de outros setores da rede Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Sistema Único de Saúde; ação intersetorial.	2017
Perfil de drogadição e práticas sociais entre moradores de rua	Este artigo apresenta dados que indicam a existência de três grupos sociais entre os moradores de rua: os alcoolistas, os adictos de crack e os polidrogaditos. Para isto, utiliza-se do arcabouço teórico e metodológico da abordagem estruturalista das representações sociais para demonstrar que cada grupo é reconhecido entre os moradores de rua como tendo um perfil de práticas. A amostra é composta por uma população de internos de uma instituição não governamental, que se dedica exclusivamente ao cuidado dessa população. Os resultados indicam diferenças entre os alcoolistas e usuários de crack ou polidrogaditos. Palavras-chave: moradores de rua; representações sociais; drogadição.	2017
Vulnerabilidade para o comportamento sexual de risco em usuários de álcool e outras drogas	Objetivos: avaliar a associação entre o uso de álcool e outras drogas, variáveis sócio-demográficas e aspectos psicossociais, com o comportamento sexual de risco dos usuários. MÉTODOS: pesquisa quantitativa transversal, entrevistados 110 usuários de um Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e outras Drogas (capsad) com o instrumento Avaliação Global das Necessidades Individuais. Utilizou-se a Escala de Risco Sexual, características sociodemográficas, dias de uso de drogas e demais subescalas do instrumento. Resultados: o comportamento sexual de risco foi significativo em usuários que estavam a mais dias em uso de crack, em situação de rua e mais graves em aspectos psicossociais. Conclusão: fatores do cotidiano dos usuários tem influências importantes sobre o comportamento sexual de risco e doenças sexualmente transmissíveis. Descritores: Saúde Sexual; Fatores de Risco; Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias; Transtornos Relacionados ao Uso de Álcool.	2017

Dispositivo das drogas e governo da vida	Na perspectiva da Psicologia Social em diálogo com as teorizações de Michel Foucault e Giorgio Agamben, o objetivo deste artigo é problematizar de que maneira as drogas são constituídas como explicação para assassinatos de moradores de rua, construindo práticas e discursos relacionados ao governo da vida e da morte nas cidades. O material que apresentamos consiste em textos midiáticos e documentos públicos elaborados entre julho de 2010 e novembro de 2012 abordando tais assassinatos. Analisamos como o dispositivo das drogas formula uma ambiguidade e uma complexidade importantes para o governo dos moradores de rua a partir da construção de oposições: criminoso ou em situação de vulnerabilidade social. Procuramos contribuir criticamente com políticas públicas que visem os diversos modos de existir na cidade, pensar os espaços urbanos, os modos de governo e os processos de subjetivação, considerando a análise da ambiguidade e da complexidade produzidas em torno do dispositivo das drogas. Palavras-chave: dispositivo; drogas; sem-teto; políticas públicas; homicídio	2017
Educadores de museu: a produção de sentidos acerca de uma experiência extramuros	Este artigo tem como objetivo apresentar a produção de sentidos de educadores sobre um programa de educação em museu oferecido à população em situação de rua. Participaram três educadores, com diferentes níveis de envolvimento na ação educativa investigada. Utilizaram-se, como instrumentos, um questionário com informações socioeconômicas e um roteiro semiestruturado para entrevista individual. O processo de análise seguiu a proposta de organização de pré-indicadores, indicadores e núcleos de significação, a partir das falas e expressões dos entrevistados. Apreenderam-se aproximações de sentidos subjetivos favorecedores da emancipação dos sujeitos, educadores e educandos, por meio de ações permeadas pela técnica, mas também pela afetividade, e criação de mecanismos de participação dos atendidos. A ação educativa pode ser considerada uma alternativa de superação da condição de pessoa em situação de rua, de desmitificação de preconceitos e de abertura de perspectivas de discussão sobre políticas públicas atentas a esse público. Palavras-chave: População em situação de rua; Exclusão social; Educação não formal; Museu; Subjetividade.	2016
As máscaras da pobreza: o crack como mecanismo de exclusão social	O objetivo desse estudo foi analisar as representações sociais das drogas e seus usuários na legislação brasileira sobre drogas, a partir dos marcadores "crack" e "pobreza". O perfil dos usuários de crack Com consumo frequente no Brasil é de homens, solteiros, negros, com cerca de 30 anos, baixa escolaridade e desempregado. Aproximadamente, 40% vivem em situação de rua, em extrema privação social, embora essa condição não seja advinda do consumo. Diante dessa realidade, analisou-se o modo como a legislação sobre Drogas se posiciona sobre o assunto. Para isso, realizou-se uma análise temática de conteúdo dos documentos que compõem a legislação, investigando como representam as drogas e seus usuários. Os resultados apontam que, apesar do quadro de exclusão social dos usuários, a legislação tem foco maior na repressão. Existe um direcionamento ao combate às drogas e uma interdição ao seu consumo. Nesse sentido, o racismo de estado opera como um mecanismo de exclusão velado às camadas socioeconômicas pobres e o crack parece dizer respeito ao maquiamento da pobreza em uma máscara possível de ser rejeitada publicamente. Palavras-chave: Crack; biopoder; representações sociais; normas sociais.	2015
Exercícios etnográficos como atividades em espaço público: terapia ocupacional social no fazer da arte, da cultura e da política	Discutem-se os exercícios etnográficos – realizados em propostas do Projeto Metaia/USP, entre 2007 e 2013 – como atividade capaz de potencializar o reconhecimento do saber composto, plural e, por vezes, contraditório, mas produzido criativamente no fazer intelectual e social, na interação entre estudantes, terapeutas ocupacionais, pesquisadores e pessoas em situação de rua. Parte-se da necessidade de se desenvolver a compreensão sobre as atividades significativas de artistas que trabalham nos espaços públicos da cidade de São Paulo, pois persiste uma pluralidade de significados que a rua adquire em meio a disputas de interesses e tensões culturais, mas, também, de interconexões e criatividade. A vida itinerante e as características dos espaços de sociabilidade, aliadas às reflexões da antropologia urbana e da pesquisa etnográfica, favoreceram o ensino teórico-prático em ações territoriais dialógicas da terapia ocupacional social. Este artigo é resultado de reflexões construídas a partir da pesquisa Circuitos e práticas religiosas nas trajetórias de vida de adultos em situação de rua na cidade de São Paulo, associado ao projeto de extensão universitária vinculada ao Projeto Metaia/Terapia Ocupacional/USP, denominado Ponto de encontro e cultura: redes sociais, cultura e terapia ocupacional social. Conclui-se, por um lado, que há necessidade da reflexão renovada sobre o lugar do terapeuta ocupacional, considerando as assimetrias das relações na construção do conhecimento. Por outro lado, indica-se que as atividades produzidas em relações dialógicas adquirem sentidos partilhados apenas quando desenhadas na experiência da diferença, em propostas coerentes com sua plasticidade própria e no bojo de contextos sociais e culturais específicos.	2016
O discurso sobre a vadiagem na praça da sé (sp)	Este artigo apresenta uma pesquisa de mestrado que buscou investigar se o discurso acerca da vadiagem está presente entre os frequentadores da Praça da Sé (SP), em relação àqueles que se "deixam ficar" nas imediações do logradouro em período comercial dos dias úteis. A realização de um trabalho de campo, de cunho etnográfico, na praça entre 2012 e 2013, aliado a uma análise documental de jornais sobre a temática, permitiu verificar a estigmatização de certa plêiade de pedestres que têm em comum o fato de sentar-se/deitar-se nas muretas ou no chão da praça. Neste cenário, a rua torna-se um espaço onde é preciso seguir certas regras de apresentação pública a fim de se discriminar daqueles que são vistos como "acomodados" que "não querem saber de trabalhar". Conclui-se ainda a presença da norma salarial identificada na figura do trabalhador, em oposição à "viração" das classes pobres associada às representações de vadiagem. Palavras-chaves: vadiagem; trabalho; estigma; psicologia social do trabalho.	2016
Políticas públicas de assistência social para população em situação de rua: análise	Introdução: Indivíduos e grupos em situação de risco e vulnerabilidade social requerem medidas socioassistenciais específicas para a garantia de direitos, orientação, acolhimento institucional e reintegração social. A partir dos anos 2000, ações e serviços socioassistenciais ganharam visibilidade nas discussões de agendas de governo. Objetivo: Identificar as ações e serviços socioassistenciais para a população em situação de rua no Brasil, em âmbito do governo federal. Metodologia: Pesquisa documental em normas técnicas, decretos, portarias, leis e políticas que abordam o tema. Resultados e Discussão: Diante à complexidade da população em	2016

documental	situação de rua e a diversidade de serviços ofertados pela assistência social, diferentes vias de acesso aos serviços são asseguradas a essa população. A rede de serviços assistenciais é formada por serviços destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade social e serviços específicos destinados à população em situação de rua. Conclusão: A ampliação e fortalecimento da rede assistencial trouxe novas perspectivas para a população em situação de rua. Contudo, a integração de ações intersetoriais ainda é necessária para promover uma melhor qualidade de vida a esse grupo. Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua; Vulnerabilidade Social; Assistência Social; Saúde Pública.	
A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora	A pobreza é abordada como prática de opressão, desenvolvendo constituições identitárias depreciativas do indivíduo. Este artigo analisa os papéis sociais da identidade social estigmatizada de pobre. A pesquisa foi realizada com 4 pessoas em situação de rua vinculadas ao Abrigo Provisório da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Foram utilizados como instrumentos a observação participante e a entrevista narrativa, tendo a análise temática narrativa como procedimento de análise. Foram identificados os papéis sociais de conformado, de crente em Deus como responsável por tudo, de mártir, de causa de mazelas sociais e de culpado pela sua situação. Concebe-se que esses papéis sociais permeiam as relações sociais e a identidade, enfraquecendo e depreciando as potencialidades do indivíduo em situação de pobreza. É importante para os profissionais de Psicologia o entendimento desses papéis para elaboração de possíveis intervenções com foco no enfrentamento da situação de pobreza. Palavras-Chave: identidade; psicologia; pobreza; situação de rua	2016
Caracterização qualitativa do bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes em situação de rua	Trata-se de estudo de casos múltiplos com objetivo de investigar qualitativamente o bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes em situação de rua. Participaram 6 adolescentes de Fortaleza (10-17 anos), todos do sexo masculino. Destes, três viviam em instituição de acolhimento, dois em serviço aberto e um na rua. Utilizou-se entrevista estruturada, figuras representativas dos contextos (escola, família, rua, amigos e instituição) e diário de campo para contemplar os aspectos de satisfação de vida, afetos positivos e negativos. A análise de conteúdo permitiu identificar uma avaliação positiva da satisfação de vida pela maioria dos adolescentes. Eles tenderam a relacioná-la à rede de apoio, projetos futuros e estar vivendo numa situação melhor do que vivia antes de virem para a rua. Atribuiu-se os afetos positivos ao relacionamento com os pares, à presença dos familiares, apoio das instituições para familiares e envolvimento em atividades lúdicas e de lazer. Já os afetos negativos relacionaram-se aos conflitos e brigas (com amigos, familiares e profissionais das instituições), preconceitos da sociedade, punições por desobedecer a regras, realização de atividades domésticas e violência física e sexual. A rua e a família foram os contextos mais associados aos afetos negativos quando comparados à instituição, à escola e aos amigos. Porém, os afetos positivos não estiveram excluídos da rua e da família. Enfatiza-se a importância de estudos acerca dos processos positivos, os quais propõem uma leitura mais abrangente do desenvolvimento humano em contextos de vulnerabilidade e que não estejam baseados exclusivamente no levantamento de indicadores de risco vivenciados por essas populações. Palavras-chave: Satisfação de vida, afeto positivo, afeto negativo, adolescentes, situação de rua.	2016
Cuidados e atenção em saúde da população em situação de rua	Este estudo objetivou compreender quais são as principais dificuldades e estratégias apontadas por pessoas em situação de rua relacionadas às suas práticas e às políticas públicas de cuidados em saúde, averiguando se atendem de forma efetiva às suas demandas. Trata-se de estudo qualitativo, exploratório e transversal. Os participantes (duas mulheres e quatro homens) têm idade média de 38 anos, estão na rua em média há 16 anos e participaram voluntariamente da pesquisa. Os dados foram coletados por meio de entrevistas individuais e analisados por meio da análise de conteúdo temática. Os principais resultados apontam que os entrevistados apresentam várias necessidades não contempladas de cuidado em saúde tendo em vista a precariedade do ambiente que estão inseridos; além disso, eles demandam um espaço de escuta atenta e qualificada para suas necessidades e desamparos sociais, materiais e subjetivos. Portanto, nota-se a importância de estabelecer e/ou aprimorar espaços e serviços de saúde como o Consultório na Rua que viabilizem de forma mais satisfatória o cuidado em saúde na cidade de Uberaba-MG levando em consideração as particularidades dessa população. Palavras-chave: Sem-teto; políticas públicas; promoção da saúde.	2016
Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua	Este é um estudo acerca da arte de viver das pessoas em situação de rua. Trata-se de um recorte de uma pesquisa-intervenção realizada por meio de cartografias nômades, objetivando analisar processos de subjetivação em saúde mental que se configuram na produção desse modo de existência. Utiliza-se observação participante e diário de rua para a produção de dados, compondo, pesquisadores e sujeitos, as paisagens psicossociais para tensionar os dispositivos da rede de atenção psicossocial. Conclui-se que a vivência em situação de rua é um modo de fazer arte, ainda quando não se trata de resistência política ativa, haja vista a capacidade de sobreviver em extrema condição de vulnerabilidade social. Palavras-chave: arte; processos de subjetivação; resistência	2016
Consultório na rua em uma capital do nordeste brasileiro: o olhar de pessoas em situação de vulnerabilidade social	O objetivo deste estudo foi avaliar a estratégia do Consultório na Rua em Maceió, Alagoas, Brasil, com base na perspectiva de seus usuários. Pesquisa de abordagem qualitativa, cujo cenário foram os campos de atuação da estratégia Consultório na Rua em Maceió, Alagoas. Os sujeitos da pesquisa foram 18 pessoas em situação de rua atendidas pela estratégia, sendo dez homens e oito mulheres, com idades entre 20 e 40 anos. A coleta de dados se deu entre setembro de 2014 e fevereiro de 2015, sendo empregada a técnica de entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo e apontaram duas categorias: a primeira, Consultório na Rua como ele é, revelou os nós críticos, desafios e potencialidades dessa estratégia; a segunda, Consultório na Rua: suporte social, afeto e perspectiva de mudança, para quem se encontra em situação de rua. Os resultados demonstraram que a estratégia é avaliada positivamente e que se constitui como suporte social não apenas em questões relativas à saúde-doença, mas também em aspectos da vida cotidiana. Palavras-chave: Avaliação de Serviços de Saúde; Pessoas em Situação de Rua; Pesquisa Qualitativa.	2016
Trabalho no consultório na rua: uso do software	Objetivo: Conhecer por meio da lexicografia básica, o vocabulário mais frequente no relato de uma semana típica de trabalho vivenciados pelos profissionais das equipes de Consultório na Rua de Um Município Sul Brasileiro. Métodos: Trata-se de pesquisa qualitativa exploratória, na qual participaram profissionais de saúde integrantes	2016

iramuteq no apoio à pesquisa qualitativa		das equipes de Consultório na Rua. Os dados foram obtidos por meio de entrevista, os quais foram processados no software iramuteq e analisados pela nuvem de palavras. Resultados: A palavra mais frequente foi "gente" no sentido de "nós - equipe". Conclusão: O software permitiu olhar criterioso sobre o material coletado, qualificando o processo de categorização e, conseqüentemente, dos resultados do estudo potencializando a pesquisa qualitativa. Este estudo revelou a importância do trabalho em equipe, reforçando a importância dos sujeitos de compartilhar entre si responsabilidades e definição de estratégias coletivas de cuidado. Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Pessoas em Situação de Rua; Equipe de Assistência ao Paciente; Pesquisa Qualitativa; Software	
A produção social do espaço/tempo e os vazios urbanos: o caso do assentamento 20 de novembro em porto alegre		Localizada na Região Central da Cidade de Porto Alegre, na Rua Dr. Barros Cassal, nº 161, a propriedade onde hoje se localiza o Assentamento 20 de Novembro, após décadas de abandono e degradação foi, a partir do início deste século, palco de tensionamento por parte de organizações de moradores na luta pela moradia da Região Metropolitana. Com base em pesquisa bibliográfica e documental qualitativa, este artigo propõe a discussão da segregação socioespacial verificada nas cidades submetidas ao modo capitalista de produção do espaço e do tempo urbano. O Assentamento 20 de Novembro é aqui apresentado como situação emblemática, na forma de um estudo de caso, exemplificando a apropriação pelo movimento social de um vazio urbano como ação de resistência contra-hegemônica à financeirização do habitat, aliada à emergência de um significativo protagonismo das camadas populares no exercício de sua cidadania. Palavras-chaves: Vazios urbanos, Movimentos sociais, Espaço/tempo urbano, Assentamento 20 de Novembro.	2016
Intervenção com jovens em situação de rua: problematizando cuidado e controle		Este artigo é resultado de uma pesquisa acerca do tema do cuidado em um dispositivo da política de assistência social para crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Porto Alegre, no ano de 2007, que resultou em uma dissertação de mestrado em psicologia. A partir da experiência prática de um dos autores como psicólogo do dispositivo Ação Rua, analisamos os modos de relação que se estabelecem entre aquele que intervém e o território existencial alvo da intervenção. O trabalho distingue diferentes modos de relação que caracterizam práticas de cuidado ou de controle. Os modos de relação no dispositivo são abordados a partir da análise de cenas do diário de campo, entendendo que isso que está sendo denominado por modos de relação é uma dimensão decisiva na produção das práticas no dispositivo em questão. Palavras-chave: cuidado; psicologia; situação de rua; assistência social; políticas públicas	2015
Territórios psicotrópicos na região central da cidade de porto alegre, rs, brasil		Este artigo é resultado de uma investigação que, com base no campo das ciências humanas e sociais aplicadas à saúde, visou compreender o cotidiano de usuários de crack na região central da cidade de Porto Alegre. Foram realizadas observações participantes e entrevistas informais para caracterizar os usuários, as formas e efeitos do uso de drogas, o processo saúde-doença em seu cotidiano e suas estratégias de sobrevivência. O cotidiano do local pesquisado liga-se à história de degradação da região central da cidade, marcada atualmente por tentativas de controle e ordenação do espaço urbano. A maioria dos usuários era do sexo masculino, estava em situação de rua, apresentava doenças transmissíveis e um padrão de uso compulsivo de crack, que se articulavam à precariedade econômica e social de suas vidas, embora tenham sido observados usuários capazes de controlar sua relação com o uso de substâncias psicoativas, empregando estratégias de autocontrole e de sobrevivência. Palavras-Chave: Crack; Etnografia; Saúde Pública	2015
Gestantes em situação de rua no município de santos, sp: reflexões e desafios para as políticas públicas		O estudo teve como objetivo investigar o cotidiano de gestantes em situação de rua e sua relação com as políticas públicas na cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo. A coleta de dados foi feita através do registro e estudo de narrativas de memórias de vida. A análise deu-se pelo agrupamento temático de trechos das narrativas, sendo identificadas quatro principais categorias: vida na rua; cuidado e gestação; projetos futuros; e rede pública de serviços. As narrativas revelam mulheres com capacidade criativa para desejar uma vida melhor a partir da possibilidade de ter um filho. Entretanto, a condição social em que vivem, envolvendo a luta diária pela sobrevivência e, em alguns casos, a dependência química dificultam o planejamento de estratégias que transformem o desejo em um projeto de vida. Dessa forma, na maioria das vezes perdem a guarda de seus filhos. Embora conheçam os serviços públicos, quase sempre os acessam apenas em casos de urgência. Não se identificaram na rede de serviços assistenciais - pública e do terceiro setor - programas focados na questão da gestante em situação de rua, ainda que o Brasil já viva, atualmente, histórias de famílias que têm a situação de rua como experiência intergeracional. Os resultados apontam para a necessidade de constituição de políticas intersetoriais, voltadas para gestantes em situação de rua. Palavras-Chave: Gestantes; Sem-Teto; Assistência Social; Políticas Públicas	2015
O cotidiano de pessoas em situação de rua: rupturas, sociabilidades, desejos e possibilidades de intervenção da terapia ocupacional		Introdução: Muitas pessoas sem moradia vivem nas cidades brasileiras, configurando um problema coletivo que tem desafiado o poder estatal a executar ações para reverter esse quadro de extrema exclusão. Objetivo: Conhecer e discutir o cotidiano de pessoas em situação de rua em Maceió, AL. Métodos: É apresentada parte dos resultados de uma pesquisa que teve como principal objetivo traçar um perfil da população em situação de rua que frequenta um albergue da rede pública de assistência social da cidade de Maceió, AL, identificando possíveis demandas de intervenção para a Terapia Ocupacional. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado com 37 indivíduos usuários de um albergue, cujos dados foram analisados através da análise de conteúdo. Resultados e discussão: Discutiram-se os principais processos de adentrar e viver nas ruas (rupturas, processos de socialização, desejos), reconhecendo a complexidade social do fenômeno em questão, a partir da heterogeneidade do grupo pesquisado, assim como as possíveis intervenções da Terapia Ocupacional frente às demandas apresentadas.	2015
Entre a rua e o abrigo: reorganização do cotidiano		A população em situação de rua tem se mostrado um fenômeno urbano crescente, se transformando em objeto de interesse de gestores públicos e da academia. O texto apresenta os resultados da pesquisa que teve como objetivo compreender o contexto de moradores em situação de rua em atual acolhimento institucional provisório, analisando por que as ruas se tornaram a moradia para algumas pessoas; como ocorreu o processo de elaboração e adaptação das atividades cotidianas nessa nova realidade; quando e por que buscaram sair da rua e	2015

		como ocorreu esse processo de produção de um novo cotidiano, a partir do acolhimento institucional; como organizam e planejam sua saída do serviço de acolhimento. Para tanto, foram realizadas entrevistas abertas e produção de narrativas de histórias de vida com sete moradores de um serviço de acolhimento institucional, acompanhadas de observação participante durante um ano no mesmo serviço, quando funcionários, moradores e a dinâmica institucional foram observados sistematicamente. Os resultados apontam que os usuários desse serviço passaram por diferentes trajetórias de vida, com um traço em comum: a fragilização crescente dos vínculos e de poder aquisitivo. O serviço parece contribuir para o movimento de saída das ruas, oferecendo acolhimento imediato, acolhimento e autonomia funcional. Entretanto, o movimento de saída do abrigo – que implicaria em outras autonomias, construção de suportes sociais e assistência integrada – aparece nas histórias de vida como um processo difícil e com pouco suporte institucional. O trabalho evidencia a necessidade de se construir debates e proposições acerca do processo de desabrigo. Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Resiliência, Sem-Teto, Abrigo Temporário.	
	Usuários de crack em situação de rua – características de gênero	O aumento do uso de crack tem se constituído em um desafio para a saúde pública no Brasil. Os objetivos deste artigo são identificar como se constituem as relações de gênero no cotidiano dos usuários de crack; e analisar a dinâmica que permeia a construção destas relações que envolvem troca e poder. Estudo qualitativo, descritivo, exploratório, de orientação fenomenológica. Dados coletados com usuários de crack em situação de rua, na comunidade de Mangueiras, no Rio de Janeiro. Realizados oito grupos focais (n = 31) e duas entrevistas individuais, entre Junho e Agosto de 2011. Nos grupos, os relatos dos rapazes e moças investigados diferiram quanto ao estabelecimento dos vínculos de afeto; no papel atribuído ao crack como operador na mediação de conflitos; no uso do corpo como moeda de troca/prostituição e na geração e cuidado da prole. Foram observados alguns deslocamentos com relação aos acordos tradicionais e hierárquicos de gênero. O estudo das relações estabelecidas na pesquisa revela que não é possível apontar para algozes ou vítimas. O que surge nas análises é um universo plural e fluido, em permanente construção, com deslizamentos que privilegiam ora as mulheres e ora os homens. Palavras-chaves: Sem-teto; Crack cocaína; Relações de Gênero.	2015
	Avaliação de transtornos da personalidade em moradores de rua	Este estudo teve como objetivo comparar a prevalência de tendências de personalidade patológicas entre moradores de rua, comparando-as com outros grupos. Foram participantes do estudo três grupos agrupados em moradores de rua, psiquiátricos e não psiquiátricos (universitários). Foi instrumento de coleta de dados, o Inventário Dimensional dos Transtornos da Personalidade (IDTP). Este instrumento possibilitou uma avaliação do perfil das tendências dos transtornos da personalidade. Entre os resultados encontrados, destaca-se a elevação em determinadas escalas do IDTP, sugerindo uma tendência para desconfiança, impulsividade, necessidade de atenção e comportamentos excêntricos na amostra de moradores de rua. Como considerações, apesar de suas limitações quanto ao número de participantes restrito a uma região do país, e delineamento correlacional, que não permitem inferências causais mais seguras, considera-se a importância de novas investigações acerca do problema de saúde mental do morador de rua visando demarcar este campo de atuação de modo que novas políticas públicas baseadas em evidências possam ser traçadas para esta problemática. Palavras-chave: Psicodiagnóstico. Transtornos mentais. Situação de risco. Saúde. Política Pública.	2015
	Desigualdades socioeconômicas na percepção do ambiente de mobilidade ativa	O objetivo do estudo foi descrever a percepção do ambiente relacionado à mobilidade ativa pela população de Santos (São Paulo, Brasil), comparando distintas regiões do município caracterizadas por diferentes níveis socioeconômicos. Foram escolhidos de forma proporcional e aleatória 10 setores censitários da cidade de Santos. Em cada setor foi realizado a aplicação do questionário Neighborhood Environment Walkability Scale (News - Brasil). Para coleta de dados foram abordados 30 indivíduos de cada setor avaliado, sendo estas pessoas que circulavam na rua e se identificavam como moradoras do setor, assim, a amostra foi composta por 300 indivíduos. Na análise dos dados foi utilizada análise fatorial exploratória a fim de reduzir os parâmetros avaliados em fatores compostos. Foi verificada a diferença dos fatores observados em cada região do município por meio do teste de Kruskal-Wallis. Houve diferenças significativas entre os setores de maior e menor nível socioeconômico. O setor de maior nível socioeconômico apresenta a percepção positiva sobre a proximidade dos estabelecimentos, a existência de facilitadores para a prática de atividades físicas e a segurança relacionada ao tráfego e à criminalidade quando comparado com o de menor nível socioeconômico que teve percepção positiva em relação a proximidade de locais de lazer e segurança com a vizinhança. Deste modo, observa-se que a houve desigualdade socioeconômica na percepção do ambiente construído podendo esta influenciar o nível de atividade física da população, havendo assim, necessidade de mais estudos e revisão no planejamento de políticas públicas relacionadas à construção e manutenção de facilitadores da prática de atividade física no ambiente urbano. Palavras-chave Atividade motora; Ambiente urbano; Avaliação percebida	2015
	Percepção e atitudes do ser humano sobre guarda responsável, zoonoses, controle populacional e cães em vias públicas	O presente trabalho teve por objetivo avaliar a percepção sobre guarda responsável, zoonoses, controle populacional de cães e gatos e a situação de cães de rua, de uma amostra de pessoas pertencentes à Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Para isso foram enviados questionários online com 22 perguntas. Participaram dessa pesquisa 239 pessoas, a maioria do sexo feminino, com faixa etária entre 25 e 35 anos, com ensino superior completo, residentes principalmente em Curitiba/PR. Possuíam cão ou gato como animal de estimação, 57% dos respondentes, e em relação à quantidade de animais por respondente, o número médio de cães foi de $2,62 \pm 1,35$ e gatos de $1,56 \pm 1,07$. Tanto proprietários de cães como gatos, afirmaram praticar com regularidade a vacinação, administração de vermífugos e atendimento veterinário de seus animais. O acesso dos cães à rua foi realizado com coleira e guia por 50,53% dos respondentes. Em relação à zoonose, 62% afirmaram saber o que é e conseguiram citar um exemplo. Sobre a presença de animal solto no seu bairro, 78% dos respondentes afirmaram que sim, 49% observaram que há cães de rua que são mantidos por alguém e 71% afirmaram que o responsável pelo controle desses animais deve ser o governo e a sociedade. Diante das respostas obtidas, foi possível identificar que essa amostra populacional reconheceu seis tipos de zoonoses, percebeu a importância da guarda responsável de cães e gatos e afirmou que não haja um único responsável pelos cães de rua. Palavras-chave: animais de rua, controle populacional, educação, saúde pública.	2015

Consultório na rua: atenção a pessoas em uso de substâncias psicoativas	O estudo objetivou investigar os modos de atuação e as características do trabalho de intervenção com adultos jovens em situação de rua e usuários de substâncias psicoativas, segundo percepções de profissionais do Consultório na Rua (CR) do município de Goiânia (GO) e de pesso as atendidas pelo mesmo. Os participantes foram nove profissionais de diferentes categorias com idades entre 24 e 64 anos e quatro usuários beneficiários do CR com idades entre 23 e 37 anos. A metodologia foi qualitativa com aplicação de roteiros semiestruturados de entrevista e realização de análise de conteúdo. Os resultados, a partir dos relatos dos profissionais, configuraram eixos temáticos, tais como: atuação profissional no CR; aspectos facilitadores e dificultadores e apoio necessário para o trabalho. Para os usuários, os eixos foram: primeiro contato com a equipe; atuação dos profissionais do CR e o mais interessante nesse trabalho. Observou-se consonância entre as percepções e predomínio de aspectos positivos nos relatos dos profissionais e dos usuários acerca da atuação do CR, caracterizada por acolhimento, escuta e vínculo. Quanto às dificuldades, foram citados: preconceito e falta de aceitação do usuário pela sociedade civil; atuação agressiva da Polícia Militar e da Guarda Municipal falta de insumos para o trabalho. O estudo indicou que os modos de atuação do CR vão ao encontro daqueles preconizados nas políticas públicas de álcool e outras drogas do país, pautados no respeito aos direitos humanos, ampliação do acesso a ações e serviços e redução de danos à saúde da população usuária em situação de rua. Palavras-chave: profissionais da saúde; prevenção do abuso de drogas; sem teto.	2015
Palavras náufragas: relatos de vida de uma moradora de rua em Brasília	Este artigo busca apresentar a construção de um planejamento metodológico de uma pesquisa realizada com população em situação de rua em Brasília (Brasil), partindo da ideia de que um processo de pesquisa, mais do que ações instrumentais visando objetivos claros e percursos pré-definidos, também é uma forma de encontro, que envolve tanto situações concretas como fatores subjetivos e emocionais. A partir do relato de vida de uma moradora de rua busca-se discutir e analisar aquilo que chamamos de "palavras náufragas", indicadoras tanto da sua condição social e estrutural, como de suas vivências psíquicas e construções simbólicas. Nesse sentido, este artigo tenta construir um diálogo entre o material teórico e de campo e uma perspectiva psicanalítica acerca, principalmente, do trabalho analítico a partir da relação da dupla. Palavras-chave: Situação de rua, Método psicanalítico, Relatos de vida, Pesquisa de campo.	2015
Medos e expectativas de usuários de drogas em situação de rua	Para as pessoas em situação de rua, drogas psicoativas surgem como adicionais à vulnerabilidade social. Foram coligidos sete relatos de um documentário sobre a vida de pessoas em situação de rua, cujo objetivo foi identificar os medos e expectativas de pessoas em situação de rua que fazem uso abusivo de drogas em uma cidade do Triângulo Mineiro. Os dados foram analisados a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. O principal medo é perder o contato com a família e a principal expectativa é a de sair daquelas condições de vida com auxílio do CR. Ressalta-se a importância de conhecer as demandas (incluindo medos e expectativas) dessa população para melhor implementar ações interdisciplinares de saúde. Palavras-chave: droga (abuso); promoção da saúde; exclusão social.	2015
Saberes sobre saúde entre pessoas vivendo em situação de rua	Esta pesquisa teve como objetivo identificar os saberes da população vivendo em situação de rua sobre a saúde. As informações foram colhidas por meio de entrevistas individuais feitas com 27 sujeitos moradores de rua, frequentadores de uma instituição filantrópica situada em Belém – Pará. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo temática. Os resultados mostraram que os moradores de rua consideram saúde como sendo um estado ou situação que, na maioria das vezes, não condiz com seu estado atual e que comumente configura-se para eles como uma realidade quase inalcançável. Avaliam que a saúde é resultante da somatória das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer e liberdade. Conclui-se que os problemas frequentes no contexto da saúde, enfrentados por essa população, têm variadas causas, entretanto merece destaque o uso de drogas que foi citado pelos sujeitos como principal motivo para a vivência na rua e consequentemente a perda do vínculo familiar e o desemprego. A dependência das drogas é um fator considerado na auto avaliação do estado de saúde. Assim, no cotidiano das ruas, os que nela vivem constroem seus saberes sobre a saúde, baseados principalmente naquilo que a afeta. Palavras-chave: sem tetos; problemas sociais; pobreza; saúde; higiene.	2014
O uso da fotografia como recurso emancipador: um relato de experiência com pessoas em situação de rua	Este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca da experiência do uso da fotografia pelo terapeuta ocupacional junto a pessoas em situação de rua de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua (CREAS-POP) de um município do interior de São Paulo. A Oficina de fotografia objetivou proporcionar à pessoa em situação de rua uma inserção e relação diferenciada com o espaço urbano e com a população. Os participantes foram convidados a fotografar algo que lhes despertasse interesse nos espaços urbanos. A fotografia proporcionou a eles uma visão diferente deles mesmos, ao permitir que se percebessem como sujeitos de direitos e atores sociais e não mais como objeto de observação da sociedade. Ao se perceberem como cidadãos, saíram da invisibilidade, observando-se melhora na autoestima e maior engajamento nas atividades propostas. A oficina resultou também em uma exposição fotográfica aberta à população, a qual objetivou interferir nas concepções e preconceitos que a sociedade construiu a respeito da pessoa em situação de rua e dar visibilidade para o potencial criativo dessa população. Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Pobreza, Condições Sociais, Marginalização Social	2014
Andarilhos de estrada e os serviços sociais de assistência	Este artigo tem por finalidade discutir os serviços assistenciais que algumas instituições oferecem aos andarilhos de estrada, procurando refletir, também, o que eles representam no contexto social contemporâneo. Participaram desta pesquisa quatro dirigentes de instituições assistenciais no Estado de São Paulo, por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturado. Os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo. Os relatos mostraram que os serviços oferecidos se estruturam de acordo com os interesses políticos do Estado na administração e fixação desses sujeitos para os territórios da marginalidade social onde o saber médico exerce uma função estratégica sob essas subjetividades. Os resultados indicam a necessidade de ampliar o debate em torno das políticas assistenciais a fim de se implementar um serviço desvinculado da tendência homogeneizadora do saber médico, levando em consideração os próprios indivíduos portadores de história e singularidade sem a	2014

		incidência da normalização. Palavras-chave: Andarilhos; Análise institucional, Psicologia social; Serviço social.	
Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua		Crianças e adolescentes abrigados normalmente experimentaram muitas formas de exclusão em suas vidas: o abandono, a violência doméstica, a privação econômica, social, cultural e política. Este estudo investigou a perspectiva de futuro entre crianças e adolescentes abrigados após sua vivência em situação de rua. A pesquisa foi realizada com 14 participantes, moradores de três abrigos públicos do município de Vila Velha-ES. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada e submetidos à análise de conteúdo conforme propõe Bardin. Verificou-se nos relatos dos participantes a presença de temas como: a experiência da ruptura familiar, a intenção de regresso à família de origem, a crença na possibilidade de transformação de sua realidade por meio do estudo e do trabalho. É oportuno discutirmos a implementação de políticas públicas para essa população no sentido da oferta de atenção integral com vistas a favorecer a sua inclusão na sociedade. Palavras-chave: crianças e adolescentes; situação de rua; perspectiva de futuro; abrigos públicos.	2014
A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do estado de São Paulo		O texto traz discussões acerca das estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos (SP). O levantamento dos dados ocorreu em 2009 e 2010, com acompanhamento de trajetória no território e coleta de narrativas de memórias de vida de todos aqueles que se identificaram como moradores de rua, eram maiores de 18 anos, e aceitaram participar da pesquisa. Os dados evidenciam inúmeras estratégias cotidianas de produção de vida e de projetos futuros, tanto nas ruas como fora delas. Identifica-se, também, a necessidade de aprofundar o debate acerca das políticas públicas voltadas a essa população que, até o momento e segundo a leitura dos narradores, concentram-se em propor modelos de intervenção restritos ao objetivo de retirada das pessoas ruas, o que não promove iniciativas pessoais e coletivas de transformação. Essas políticas públicas mostram-se impositivas, pois são pautadas pelo disciplinamento do comportamento social. Palavras-Chave: Sem-teto; Política Social; Terapia Ocupacional; Memória; Resiliência	2014
Assistência social e práticas institucionais no atendimento a andarilhos de estrada		Os andarilhos de estrada se configuram na contemporaneidade como uma das expressões mais radicais de rompimento com os nichos de fixação social, caminhando a pé pelas rodovias do país e, quando de suas necessidades emergenciais, buscando apoio nas instituições assistenciais. Este artigo visa identificar quais práticas institucionais o serviço social realiza com os andarilhos, segundo os relatos de seus dirigentes. A pesquisa foi realizada em quatro instituições assistenciais no estado de São Paulo, por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada. Os resultados indicaram que as práticas institucionais do serviço social em relação aos andarilhos envolvem tecnologias disciplinares de poder e saber, mediante procedimentos e regras que impõem a obediência e a vigília do seu corpo e pertences. É possível concluir que as práticas do serviço social no atendimento aos andarilhos convertem-se em ferramentas estratégicas de poder no controle de corpos e vidas errantes, visando subordinar tal processo de subjetivação às tecnologias disciplinares. Palavras-chave: Análise institucional; Andarilhos; Serviço de assistência social	2014
A experiência no serviço de consultório de rua na perspectiva dos profissionais: contribuições para a atenção ao usuário de álcool e outras drogas		A assistência a usuários de álcool e outras drogas no Brasil passou por diversas transformações devido a fenômenos históricos, sociais e políticos. Em 2009, o Ministério da Saúde criou o Consultório de Rua, visando à redução de danos à população em situação de rua e em vulnerabilidade ao uso de álcool ou outras drogas. O objetivo deste estudo foi descrever e analisar a experiência no serviço de Consultório de Rua na perspectiva dos profissionais que compõem a equipe de um município da Região Metropolitana do Recife, PE. Trata-se de um estudo qualitativo, com dados coletados através de entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais e submetidos à Análise de Conteúdo Temática. O conteúdo das entrevistas explicitou o caráter dinâmico da realidade vivenciada pelos profissionais e o momento de implantação e consolidação do serviço no município, sendo possível caracterizar os objetivos, clientela, demanda dos usuários, sistematização das ações e dificuldades do/no serviço. Foi possível identificar congruência entre as experiências vivenciadas pelos participantes da pesquisa e o que é preconizado pelo Ministério da Saúde assim como semelhanças com outros serviços descritos na literatura. Além disso, os dados revelaram o desafio vivenciado pelos profissionais cotidianamente, expressos principalmente nas dificuldades relatadas. O estudo trouxe subsídios que podem direcionar a implantação de outras equipes de Consultório de Rua e a formação dos profissionais, inclusive de terapeutas ocupacionais, para atuação nesse campo. Palavras-chave: Vulnerabilidade Social, Drogas de Uso Indevido, Assistência à Saúde Mental, Terapia Ocupacional.	2014
Psicologia e adolescentes em conflito com a lei: reflexões a partir do estágio		A prática de ato infracional pode levar o adolescente ao cumprimento de medidas socioeducativas. O desenvolvimento de ações assertivas junto a essa população tem-se mostrado em grande desafio. Este trabalho apresenta relato de experiência de Estágio Básico em Psicologia Social junto ao Programa de Liberdade Assistida, realizado no Centro de Referência Especializado em Assistência Social, em município do sudoeste goiano. Foi oferecida aos adolescentes a possibilidade de cumprir parte das medidas socioeducativas através da participação em grupos abertos organizados por estagiários de psicologia, cuja participação deu-se em caráter voluntário. O grupo tinha como finalidade problematizar questões afetivas e sociais vivenciadas na adolescência. No decorrer de 12 encontros, entre novembro de 2012 e março de 2013, participaram 15 adolescentes. Os temas abordados eram sugeridos pelos participantes e versaram sobre família, reinserção social, identidade, preconceito e drogas. A experiência, além de contribuir com o processo de formação profissional dos estagiários, mostrou-se como contexto rico para a ressignificação dos atos praticados pelos adolescentes, bem como contribuiu para a construção de novos projetos de vida. Palavras chave: adolescente em conflito com a lei, medidas socioeducativas, liberdade assistida, Psicologia Social, grupos	2014
Migração e situações de rua: o uso do álcool nas ruas de		O artigo pretende, através de uma pesquisa de campo, reconstituir a trajetória de vida de indivíduos que migraram para Brasília nos últimos três anos e se encontram em situação de rua, destacando, nessas narrativas acerca do cotidiano deles, o uso do álcool tanto como um fator agregador como desagregador de sua trajetória dentro de um conjunto de vulnerabilidades típicas dessa população. A natureza do processo migratório, no sentido individual e social, é analisada como forma de contextualizar a discussão a respeito da trajetória de vida desses indivíduos. O	2014

Brasília		processo de formação, construção e manutenção de uma identidade social é a base de um conjunto teórico que perpassa a ideia de socialização referente às condições como o indivíduo forma e, ao mesmo tempo, é formado pelas diversas e contínuas referências sociais que o cercam. As entrevistas realizadas a partir da escuta das histórias de vida (método biográfico) implicam na construção de um conjunto de desenvolvimento teórico e analítico que discute a importância do estabelecimento e da manutenção de vínculos sociais e afetivos e o papel do álcool no cotidiano desses sujeitos. Palavras-chave: Migração, Abuso de Álcool, Vulnerabilidade Social, Pesquisa Qualitativa	
A interação na construção do sujeito e da prática da terapia ocupacional		O presente estudo se dispõe a discutir a potência da interação e suas sutilezas gestuais como disparadoras de ações estruturadas, na prática profissional em Terapia Ocupacional, à luz da breve exposição dos referenciais formulados por Maturana e Varela sobre a autopoiese e o encontro coletivo; e de Leroi-Gourhan sobre cadeias operatórias. A fim de ilustrar a discussão que se busca empreender, foram utilizados trechos do diário de campo, construído durante o estágio de terapia ocupacional em um serviço de proteção social especial, direcionado à população em situação de rua, na cidade de Santos/SP. A partir desta articulação teoria e prática, vê-se o encontro como uma estratégia interventiva possível e válida. Com base nas discussões desenvolvidas neste trabalho, conclui-se que a interação é fonte potente de novas formas de agir no mundo, contribui para o empoderamento do sujeito, a organização coletiva de vontades e disparadora de intervenções planejadas. Palavras Chaves: Relações interpessoais; Terapia ocupacional; Rede social; Vulnerabilidade social	2014
Sedução e descaminho: narrativas e identidades de jovens em situação de rua		Trata-se do estudo de narrativas produzidas por jovens durante pesquisa etnográfica, realizada em Natal/RN, com grupo de pessoas em situação de rua, cujo objetivo foi investigar processos de construção de identidade. Duas narrativas, obtidas em entrevistas, foram analisadas em seus aspectos retórico-formais e submetidas à análise de posicionamento. As análises revelam complexidade retórica e climas afetivos e morais diversificados. As identidades foram construídas pelos jovens em estreita dependência da avaliação de seu próprio papel na produção das circunstâncias atuais de suas vidas. A saída da casa à rua foi apresentada como ruptura biográfica em suas narrativas, e nelas destacam-se sua forte ligação ao discurso social sobre casa e rua, não obstante a singularidade das identidades que revelam. Palavras-chave: Jovens em situação de rua, identidade, narrativa, self.	2013
Estudo etnográfico sobre pessoas em situação de rua em um grande centro urbano		Pessoas em situação de rua fazem parte da paisagem urbana e os profissionais da saúde não podem ficar isentos a esse processo. Este estudo teve como objetivo compreender a experiência das pessoas em situação de rua no contexto histórico e social. Utilizou-se como referencial teórico a etnografia. Para coleta de dados, utilizaram-se observação participante e entrevista aberta. O critério da saturação foi adotado para definição do número de entrevistados. A população foi constituída por 17 pessoas. A maioria está na rua há vários anos e a escolaridade variou do ensino fundamental incompleto a superior completo. Inicialmente foram levantados 21 domínios culturais, sendo que destes emergiram sete taxonomias. O uso de drogas foi considerado o tema cultural, por ter sido recorrente em vários domínios e também em cinco taxonomias. Sugere-se que mais estudos sobre o tema sejam realizados, pois se trata de seres humanos que algum dia possuíram uma vida estruturada. Palavras-chave: Sem-Teto; Grupo Social; Etnografia.	2013
Cultura, economia, política e saber como espaços de significação na terapia ocupacional social: reflexões sobre a experiência do ponto de encontro e cultura		Trata-se da descrição e análise da experiência do Ponto de Encontro e Cultura – PEC, desenvolvido pelo Projeto Metuia – Universidade de São Paulo (USP-SP) entre 2007 e 2011, em São Paulo, SP, articulando a Terapia Ocupacional às áreas de produção cultural. Ela envolveu pessoas em situação de rua, terapeutas ocupacionais e estudantes de Terapia Ocupacional. A leitura de diferentes dimensões da experiência foi conduzida pela noção de espaço de significação. Tomamos o espaço enquanto campo capaz de servir de articulador e de interpretação do real, em que relações e ações potencializam as quatro esferas da ação em Terapia Ocupacional que focalizamos: a cultura, a economia, a política e o saber. Compreendemos que o esforço coletivo de construção permanente do PEC foi o de evidenciar suas características como pedaço, ou seja, transformando-se em um ponto de referência comum no qual estão em jogo sociabilidades que se estabelecem pelo manejo de símbolos e códigos comuns. Assim, notamos que, partindo do espaço da cultura, é possível tecer articulações com a economia, a saúde, a assistência social, a política e a produção de conhecimentos. Palavras-chave: Cultura, Política, Atividades Humanas, Pessoas em Situação de Rua.	2013
Configurações sociofamiliares de crianças com múltiplos acolhimentos institucionais		Este artigo apresenta o perfil sociofamiliar de crianças e adolescentes em situação de múltiplos acolhimentos institucionais em Brasília/DF, entre janeiro de 2007 e agosto de 2009. Trata-se de uma análise documental quantitativa das Pastas Especiais que tramitavam na Promotoria da Infância e Juventude. Os resultados apontaram para uma predominância de crianças e adolescentes do sexo masculino, com média de três acolhimentos, de famílias com mais de uma criança/adolescente acolhida com idade inferior a 11 anos, vítimas de maus tratos, negligência ou situação de rua, sob a responsabilidade legal das mães, sendo a figura paterna praticamente ausente nos processos judiciais. O perfil das mães registrou acentuado grau de vulnerabilidade social. O tempo de acolhimento demonstrou a violação dos princípios da brevidade e excepcionalidade da medida de acolhimento, apontando para a ineficácia das políticas sociais de proteção e assistência às famílias em situação de vulnerabilidade social. Palavras-chave: Acolhimento institucional; Vulnerabilidade social; Políticas sociais; Crianças acolhidas.	2013
O ensino de psicopatologia no cotidiano das ruas de São Paulo: um relato de experiência		O presente trabalho é um relato de experiência das aulas práticas em Psico-patologia (disciplina do Curso em Graduação de Psicologia da PUC-SP) realizadas, pela primeira vez, no Centro Franciscano de Atendimento e Proteção ao Morador de Rua (Chá do Padre), no centro da cidade de São Paulo. Norteou nossa escolha pelo Chá do Padre, para a realização dessas aulas práticas, a ideia de ir ao encontro da população de rua, conhecer as histórias de vida e as formas de expressões dessa população em estado de vulnerabilidade. O desafio da nova proposta foi a ampliação dos espaços de inserção e escuta do sofrimento psíquico, para além dos equipamentos específicos de saúde mental da cidade. Concluímos que as ruas são espaços pertinentes para o desenvolvimento das aulas de Psicopatologia. O foco da experiência está no desenvolvimento da escuta, na constituição de um	2013

		alargamento de continência, tanto intelectual quanto emocional de nossos alunos e que, portanto, mais do que uma aprendizagem, constitui-se num crescimento. Palavras-chave: ensino, psicopatologia, moradores de rua.	
Uma casa sem teto: influência da família na vida das pessoas em situação de rua		Objetivou-se com este estudo identificar os principais motivos apontados pela população em situação de rua que a levaram a essa condição e analisar a influência da família diante desse cenário. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório de natureza qualitativa. Os dados foram coletados no período de agosto de 2010 a junho de 2011, nas dependências de um albergue, junto a 19 pessoas que se encontravam em situação de rua no município de Maringá - PR. Identificou-se que a família tem forte influência na condição de situação de rua, pela ausência de laços familiares, pelo rompimento desses laços por desavenças, brigas, dependência química, separação conjugal, perda dos membros familiares pelo evento de morte, falta de condições financeiras para acolhimento ou outros motivos. Identificou-se também, na maioria dos casos, um grande desejo de reconstruir ou formar uma nova família. Concluiu-se que este é um fenômeno complexo e multifatorial, que exige intervenções intersetoriais, e que a Enfermagem deve atentar para as necessidades afetadas dessa população, que padece nas ruas das cidades. Palavras-chave: População em Risco. Relações Familiares. Enfermagem	2013
População em situação de rua no rio de janeiro: novos tempos, velhos métodos		Este artigo analisa fenômenos semelhantes em dois momentos da nossa história: a relação da violência sofrida por moradores de rua e de um lixão, próximo ao Rio Guandu, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, na década de 1960, em momento de preparação para a visita da Rainha Elizabeth e o interesse imobiliário do local, e a onda de expulsão a que está sendo submetida a população em situação de rua, na Cidade do Rio de Janeiro, em preparação aos mega eventos, principalmente Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016. Analisa-se também como, em uma Cidade dita maravilhosa, determinados grupos de pessoas são tratados com tanto descaso pelo poder público, e como essas vidas, as dos moradores de rua, não contam quando se trata de eventos que irão trazer muito dinheiro para o Estado. Palavras-chave: Moradores de rua, Violência, Criminalização da pobreza, Biopoder e futebol.	2013
Aqui ninguém domina ninguém: sentidos do trabalho e produção de saúde para trabalhadores de assentamento do movimento dos trabalhadores rurais sem terra		Este artigo discute os resultados parciais da pesquisa qualitativa que visou a analisar os modos de vida e significados atribuídos por assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) à saúde e suas relações com o trabalho, e identificar estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores para manter e/ou promover a saúde. O estudo foi realizado em assentamento rural ligado ao MST em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. A abordagem ergológica constituiu o principal referencial teórico-metodológico para compreensão do trabalho na perspectiva de "atividade humana". As técnicas de investigação foram análise documental, observação participante, entrevista semiestruturada e grupo focal, e o tratamento dos dados foi feito por meio de Análise de Conteúdo Temática. Os sem-terra atribuem ao trabalho os sentidos de liberdade e satisfação, positividade está associada à autogestão e autonomia, referidas como elementos fundamentais para a saúde. Embora considerado desgastante, o trabalho rural e os modos de vida no assentamento configuram para essa comunidade possibilidades de produção de saúde e de resistência ao modelo hegemônico do agronegócio. Palavras Chaves- Saúde da População Rural; Assentamentos Rurais; Saúde do Trabalhador	2013
Crack: uma abordagem psicanalítica de seu consumo entre crianças e adolescentes em situação de rua		O objetivo geral deste artigo foi abordar o consumo de crack em crianças e adolescentes em situação de rua a partir do marco teórico da psicanálise. Delimitou-se como criança e adolescente em situação de rua, aquele que, com ou sem laço familiar, vive parte de seu tempo na rua sem a supervisão de um adulto que se responsabilize por ele. Foram isolados problemas decorrentes da situação de viver na rua - desnutrição, exploração do trabalho infantil, violência sexual, uso abusivo de drogas - e as modificações características da passagem da infância para a adolescência, que consolidam o acesso à vida adulta. Determinou-se, ao longo da argumentação teórica e dos dados empíricos obtidos a partir de pesquisa bibliográfica, que o desencadeamento do consumo de drogas, em especial o crack, na passagem da infância para a adolescência, se dá pelo processo de desvalorização social, de perda fálica associada ao lugar de resto, de refugio, que se instala na camada mais pobre da população brasileira, e que acaba por se transmitir para a criança. A partir dessas considerações, defendeu-se a hipótese de que o consumo abusivo de crack está diretamente associado à ausência de recursos subjetivos - promovidos pela baixa operatividade da função paterna - para lidar com as mudanças típicas desse tempo da constituição do sujeito. Palavras-chave: drogas; população infanto-juvenil de rua; refugio; nome-do-pai; psicanálise.	2013
Dimensões da qualidade de vida de idosos moradores de rua do município de são paulo		Os objetivos deste estudo foram conhecer as dimensões da qualidade de vida auto-referidas por idosos moradores de rua, em situação de vulnerabilidade social. Foram entrevistados seis idosos do sexo masculino residentes em um abrigo que vivenciaram a situação de morar temporariamente nas ruas. Optou-se pela pesquisa qualitativa utilizando entrevista individual semiestruturada e análise temática. Para os idosos pesquisados a qualidade de vida esteve relacionada aos serviços oferecidos pela casa de acolhida, bem como ao trabalho, manutenção da independência e da autonomia, participação social e o fato de possuir projetos de vida. A mensuração da qualidade de vida de idosos que vivenciaram morar nas ruas representou um desafio e pode auxiliar em programas e serviços. Palavras-chave: Idoso; Qualidade de Vida; Moradores de Rua.	2013
Capacidade funcional de idosos com doenças crônicas residentes em instituições de longa permanência		O estudo objetivou descrever o desempenho funcional e a presença de doenças crônicas em 164 idosos residentes em Instituições de Longa Permanência, em Recife-PE, Brasil. Foram aplicados um questionário sociodemográfico, a Medida de Independência Funcional, a escala de Lawton e o Mini-mental. A análise de variância foi utilizada para avaliar as diferenças dos resultados. Os idosos eram predominantemente solteiros, mulheres, com baixa escolaridade. Entre os motivos de admissão destacaram-se: abandono, saúde frágil e vivência em rua. Encontrou-se alto percentual de doenças crônicas; 70% dos idosos eram dependentes para as atividades de vida diária, e todos eram dependentes para as atividades instrumentais. A demência foi o que mais afetou a funcionalidade, seguida das doenças osteoarticulares e do transtorno mental. Entre as atividades comprometidas destacaram-se o uso de escadas e o controle de esfínteres, sendo a alimentação a de melhor desempenho. Verificou-se que os idosos institucionalizados apresentaram comprometimento funcional e situação de vulnerabilidade social. Descritores: Idoso; Doenças Crônicas; Atividades Cotidianas; Institucionalização.	2013

MEDLINE	O viver na rua: revisão integrativa sobre cuidados a moradores de rua	Objetivo: Identificar elementos essenciais nas práticas de cuidado à População em Situação de Rua, no contexto da Atenção Primária à Saúde e verificar evidências e força de recomendação para tomada de decisão em saúde. Método: Revisão integrativa de literatura, com uso dos descritores em saúde, palavras-chave e "mesh terms" nas bases de dados: LILACS, pubmed Central e Web of Science. Resultados: Foram selecionados 22 artigos científicos que foram agrupados em três categorias: Compreensão do Outro, Rede de Apoio e Cuidado Emancipador. O estudo identificou elementos importantes para o desenvolvimento do cuidado, como a compreensão da pessoa que vive na rua, a valorização do cuidado em rede e do Cuidado Emancipador. Conclusão: Verificou-se a necessidade de novos estudos e pesquisas sobre a temática, que possibilitem a construção de políticas e ações de saúde mais equitativas e inclusivas a esta população que necessita de elementos muito singulares nas práticas de cuidado. Descritores: Pessoas em Situação de Rua; Atenção Primária à Saúde; Vulnerabilidade em Saúde; Saúde Pública; Revisão.	2019
	Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas	Objetivo Descrever vivências de mulheres, em situação de rua, que fazem uso problemático de drogas. Método Pesquisa qualitativa cujos dados foram produzidos por entrevista semiestruturada realizada com sete mulheres matriculadas em um capsad em Salvador-BA, no período de outubro a dezembro de 2012. Resultados A análise de conteúdo temática foi adotada para organização dos dados, emergindo desse processamento duas categorias temáticas: Gênero, violência e uso de drogas: O que muda e o que se perpetua na vida de mulheres usuárias; Sem lenço e sem documento: o viver na rua. Conclusão Os resultados revelam a reprodução de condutas vivenciadas no contexto familiar e de construções sociais que mantêm as mulheres em situação de vulnerabilidade para agravos sociais e de saúde, dentre eles o início e a manutenção do uso problemático de drogas. Palavras-Chave: Mulheres; Drogas ilícitas; Violência; Saúde	2016
	Acesso, equidade e coesão social: avaliação de estratégias intersetoriais para a população em situação de rua	Objetivo Compreender e avaliar o trabalho de assistência intersetorial sobre a inserção e o fluxo de pessoas em situação de rua, com transtorno mental grave, nos serviços públicos de Saúde Mental. Método Estudo de caso, desenvolvido a partir de 10 visitas a um albergue, entre março e abril de 2012. Para a coleta de dados foi realizada a observação participante e entrevistas semiestruturadas com quatro albergados, além de entrevistas não diretas em grupo, com cinco técnicos dos serviços socioassistenciais. Resultados Foram analisados por meio da Análise de Conteúdo e da elaboração de Modelo Lógico, e validados junto aos profissionais envolvidos. Conclusão Os serviços socioassistenciais são a principal entrada dessa clientela à rede pública de assistência, e que os serviços de Saúde Mental apresentam dificuldades em responder às especificidades dessa mesma clientela e estabelecer trabalho intersetorial. Palavras-Chave: Moradores de rua; Transtornos mentais; Assistência Social; Ação Intersetorial; Serviços de Saúde Mental; Avaliação em saúde.	2014
	Idosos em situação de rua ou vulnerabilidade social: facilidades e dificuldades no uso de ferramentas computacionais	Este estudo teve por objetivo identificar as facilidades e dificuldades encontradas por idosos em situação de rua ou vulnerabilidade social, no uso do computador ou internet. É uma pesquisa qualitativa do tipo exploratório, de que participaram cinco idosos assistidos em uma Organização não Governamental situada na cidade de São Paulo. Os discursos foram analisados pela Técnica de Análise de Conteúdo e evidenciaram como facilidades, dentre outras, esclarecer dúvidas com os monitores, o estímulo para novas descobertas aliada a proatividade e curiosidade, desenvolvimento de novas habilidades. As dificuldades estavam relacionadas a questões físicas ou cognitivas, à falta de instrutor e de conhecimento para interagir com a máquina. Os estudos voltados para a população idosa em situação de rua ou vulnerabilidade social podem contribuir com evidências que direcionem a formulação de políticas públicas voltadas para essa parcela da população. Palavras-Chave: Idoso; Vulnerabilidade Social; Tecnologia da Informação	2014
	Vulnerabilidades clínicas e sociais em usuários de crack de acordo com a situação de moradia: um estudo multicêntrico de seis capitais brasileiras	O estudo teve como objetivo avaliar a gravidade do uso de substâncias psicoativas, situações de violência, saúde física e emocional de usuários de crack que buscam atendimento em Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (capsad), em relação ao status de moradia. Trata-se de um estudo multicêntrico em seis capitais brasileiras, com 564 usuários de crack categorizados em dois grupos: (1) usuários que estiveram em situação de rua (n = 266) e (2) nunca estiveram em situação de rua (n = 298). Para avaliar a gravidade do uso de substâncias e as características dos indivíduos utilizou-se o Addiction Severity Index, 6ª versão (ASI-6). Os usuários do grupo 1 demonstraram piores indicadores em relação às subescalas álcool, problemas médicos, psiquiátricos, trabalho e suporte familiar, além de maior envolvimento com problemas legais, violência, abuso sexual, risco de suicídio e problemas de saúde como HIV/AIDS, hepatite e tuberculose, além de possuírem menos renda para pagar necessidades básicas. Após análises multivariadas ajustadas para possíveis confundidores, não possuir renda suficiente para pagar necessidades básicas, apresentar sintomas depressivos e ter sido preso por roubo permaneceram significativos. Este trabalho avaliou de forma mais abrangente a gravidade do uso de drogas e a situação de moradia de usuários de crack. Abordagens desenvolvidas nos dispositivos de tratamento extra-hospitalares devem ser projetadas e adequadas de acordo com perfis e demandas específicos dos usuários, em especial aqueles em situação de rua. Palavras-chave: Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias; Crack; Pessoas em Situação de Rua; Vulnerabilidade em Saúde; Vulnerabilidade Social	2017
	Atenção à saúde de pessoas em situação de rua: estudo comparado de unidades móveis em Portugal, Estados Unidos e Brasil.	O trabalho descreve e analisa o quadro legal e normativo que orienta o uso de unidades móveis em Portugal, Estados Unidos e Brasil, que buscam melhorar o acesso e a continuidade dos cuidados em saúde de pessoas em situação de rua. Utilizou-se a análise comparada, por meio de revisão bibliográfica e documental relacionando três categorias: contexto (demográfico, socioeconômico e epidemiológico), sistema de serviços (acesso, cobertura, organização, gestão e financiamento) e as unidades móveis especificamente (concepção, modelo de atenção e financiamento). A análise fundamentou-se na teoria da convergência/divergência entre os sistemas de saúde, pela perspectiva da equidade em saúde. A melhoria do acesso, a abordagem do uso abusivo de substâncias psicoativas, busca ativa e trabalho multidisciplinar mostrou-se comuns aos três países, com potencial para reduzir as iniquidades. As relações com a atenção primária, uso de veículos e o tipo de financiamento são consideradas de maneira divergente nos três países, influenciando o maior ou menor alcance da equidade nas propostas	2017

		analisadas. Palavras-Chave: Pessoas em situação de rua; Saúde; Portugal; Estados Unidos da América; Brasil	
	Narrativas de usuários de saúde mental em uma experiência de gestão autônoma de medicação	Numerosos estudos apontam a tendência à cronicidade dos tratamentos quando centrados no uso de medicamentos. Esta pesquisa foi realizada em uma grande cidade brasileira, com usuários de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com o objetivo de avaliar os efeitos da experimentação do Guia pessoal da Gestão Autônoma da Medicação (Guia GAM) na relação desses usuários com seus tratamentos e nas suas ações de participação. Esse instrumento, criado no Canadá, traduzido e adaptado para o Brasil, foi experimentado, por meio de grupos de intervenção, com usuários de CAPS com transtorno mental grave e com história de participação política no campo da saúde. Foram realizados grupos focais e entrevistas em profundidade. As transcrições foram transformadas em narrativas, e foram definidas quatro categorias de análise: sujeitos de experiências radicais de sofrimento; experiências com a medicação; direitos de usuários; participação e militância política. Com a experimentação do Guia GAM, os usuários expressaram uma tensão entre a reprodução da identidade centrada na doença e a legitimidade da singularidade das suas experiências pessoais. Demonstraram maior conhecimento sobre os medicamentos que tomavam, passaram a reconhecer sua própria expertise, como o uso de medicamentos, e alguns buscaram ajustes no tratamento. Referiram necessidade de serem apoiados nos movimentos de reivindicação dos seus direitos e fortaleceram suas participações enquanto militantes da saúde mental. Conclui-se que a versão brasileira do Guia GAM tem potencial de contribuir com o empoderamento dos usuários, permitindo assim uma interlocução das avaliações de resultados em saúde mental com o cenário internacional. Palavras-chave: Serviços de Saúde Mental; Uso de Medicamentos; Participação Cidadã; Autonomia Pessoal.	2017
	Práticas de saúde das equipes dos consultórios de rua	Existem dois fenômenos distintos que se interligam, considerados graves problemas de saúde pública: o viver nas ruas e o uso de drogas. Diante dessa problemática os Consultórios de Rua foram implementados privilegiando a abordagem nos contextos de vida do usuário morador de rua. O objetivo foi conhecer as práticas de saúde realizadas no cotidiano das equipes dos Consultórios de Rua, além de descrever as estratégias de atuação das equipes, conhecer o entendimento das equipes sobre educação em saúde e desvelar os sentimentos sobre o processo de trabalho na rua. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com observação participante e análise de conteúdo proposta por Bardin. Da análise das entrevistas de 15 participantes, emergiram cinco categorias temáticas. As práticas de saúde pelas equipes privilegiam o vínculo e o acolhimento das pessoas em situação de rua, reforçando a importância do protagonismo do usuário e da interdisciplinaridade, bem como o trabalho em rede intersetorial. Palavras-Chave: Sem-Teto; Usuários de Drogas; Educação em Saúde; Saúde Mental	2014

Fonte. Arquivos da pesquisadora.

Os 48 artigos encontrados a partir do descritor População LGBT, abordam diversas temáticas de pesquisas, sendo o cuidado a saúde e o acesso a saúde os mais recorrentes, bem como a saúde reprodutiva, como as profissionais das Unidades Básicas de Saúde veem a população LGBT, além de como o Sistema Único de Saúde (SUS) lida com as demandas dessa população.

É abordado, em um número significativo de artigos, a sexualidade da população idosa, descrevendo o seu processo de envelhecimento, os desafios e preconceitos enfrentados, bem como a invisibilidade dessas pessoas, junto com o processo de solidão que muitos vivenciam.

É abordado também, nos artigos, os direitos humanos e as políticas públicas que englobam a população LGBT. O processo de violência promovido pela homofobia, e os discursos de ódio desencadeado nas redes sociais. Porém, nenhum dos artigos identificados estabelece a relação com a situação de rua da população citada.

Tabela 04 - Quadro síntese dos artigos identificados que abordam sobre a População LGBT, nas bases de dados Scielo, Lilacs, Medline, no período de 01 de janeiro de 2013 a 01 de agosto de 2019

BASE DE DADOS	TITULO	RESUMO	Ano
SCIELO	Discursos sobre o cuidado em saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (lgbt) entre médicas(os) da estratégia saúde da família	Objetiva-se identificar os discursos sobre o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família, refletindo sobre como esses discursos podem impactar o cuidado em saúde da população LGBT. Participaram 15 médicas(os) em Uberlândia e Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. A análise das entrevistas seguiu os pressupostos teóricos do Construcionismo Social. Foram construídas três categorias de análise: "Discurso da não diferença", "Discurso do não saber" e "Discurso do não querer". Foi possível compreender como esses discursos são potencializadores do silenciamento de questões envolvendo as condições de saúde da população LGBT, afastando-a do cuidado em saúde integral, equânime e universal. Concluímos que o melhor atendimento dessa população depende de mudanças na atuação dos profissionais de saúde, sendo urgente sua formação e qualificação para uma saúde LGBT integral. Palavras-Chave: Minorias sexuais e de gênero; Saúde pública; Acesso aos serviços de saúde; Assistência integral à saúde	2019
	Corpos (não) controlados: efeitos dos discursos sobre sexualidades em uma escola médica brasileira	As conquistas dos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) estabeleceram uma tensão na sociedade que sugere serem irreversíveis suas conquistas, inclusive em termos de visibilidade e recusa ao silenciamento. O cenário de redemocratização e a luta contra o preconceito e a discriminação, assim como pelos direitos humanos e acesso à saúde para todos, compõem alguns dos objetivos desses movimentos. Entretanto, a ideia ainda recorrente da impureza da homossexualidade, que posiciona o sujeito gay como "ser perigoso" reatualiza o estigma e a discriminação com base na suposta "contaminação presumida" do HIV/aids. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar os efeitos dos discursos sobre as (homo)sexualidades e o HIV/aids na formação médica. Por meio da autoetnografia performática, foi desenvolvida uma análise nas intersecções do self nos coletivos, do eu nas culturas, do agente nas agências, a partir de cenas (auto)etnográficas e da observação participante nos vários cenários de ensino-aprendizagem de uma escola médica pública brasileira. Observamos que, embora prescrito desde a CID 10, o diagnóstico de "homossexualismo" segue sendo produzido e produzindo efeitos por meio da solicitação sistemática e sem evidências de investigação do HIV/aids na formação médica. Assim, compreendemos que ainda há certa cultura hegemônica heterossexual-homofóbica na formação e no cuidado em saúde que atualiza o circuito da exclusão, dominação, colonização e subjugação do sujeito homossexual pela reiterada relação "ser gay – ter HIV/aids". Com os encontros e as experiências vividas aqui analisadas, explicitam-se visceralmente as disputas e os enfrentamentos no currículo, na esfera do cotidiano e em nossa própria consciência e prática diária para a produção de espaços que considerem outras possibilidades de existência para além da somente hegemônica heterossexualidade branca masculina. Concluímos, também, que foram e ainda continuam sendo abertas várias disputas na formação e atuação médicas, evidenciando que "não estamos sozinhos". Muitos(as) de nós estamos comprometidas(as) com a tentativa de construir outros modos de ensinar e cuidar, guiados por performances – escritas e corporificadas – de inclusão e resistência, cujo objetivo é expor, desafiar e transformar narrativas desumanas contra a população LGBT e a opressão em geral. Palavras-Chave: –Educação Médica; –Gênero e Sexualidade; –HIV/aids; –Autoetnografia performática; –Estudos Culturais	2019
	Saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: da formação médica à atuação profissional	Introdução: A população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) está inserida em um contexto peculiar com relação ao grau de vulnerabilidade à saúde, trazendo desafios para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto sistema universal, integral e equitativo. Com isso, as práticas médicas para implementação de ações direcionadas ao cuidado LGBT podem contribuir de forma substancial para a melhoria da qualidade do acesso aos serviços básicos de saúde, porém perpassam a formação e o ensino médicos. Objetivo: Analisar a formação médica para assistência à saúde da população LGBT, na perspectiva de médicos que atuam na atenção básica. Métodos: Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, de análise qualitativa, sendo considerados sujeitos-chave 14 médicos que atuam na atenção básica. Para isto, utilizou-se a entrevista semiestruturada para a coleta e o Método de Interpretação dos Sentidos para a produção dos dados. Resultados: Emergiram duas categorias, sendo que a primeira trouxe a importância da construção do saber médico-científico para a saúde LGBT, apontando as deficiências desde a formação curricular do curso de Medicina até as capacitações que deveriam ser ofertadas pelos serviços. Já a segunda categoria mostrou o delineamento das fragilidades no cotidiano do cuidado à saúde LGBT, apontando as realidades na assistência à saúde LGBT nas unidades de saúde. Conclusão: Percebe-se a urgência na divulgação e implementação da Política Nacional de Saúde LGBT como ferramenta efetiva para promover os direitos humanos entre os profissionais médicos desde a graduação até a atuação profissional.	2019
	Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas lgbt	No Brasil, apesar dos avanços na garantia dos direitos humanos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, elas continuam em importante situação de vulneração. O objetivo desta pesquisa bioética foi compreender as representações sociais dos trabalhadores da Atenção Básica à Saúde sobre essas pessoas, partindo-se da premissa que podem atuar como barreiras de acesso às ações e serviços. Foram entrevistados 15 trabalhadores(as) da rede de Florianópolis/SC. Os dados coletados foram qualitativamente analisados à luz da Teoria das Representações Sociais, por meio da análise temática de conteúdo. Os resultados revelaram que as representações sociais dos trabalhadores estão fortemente ancoradas em morais religiosas e heterônomas, compreendendo as pessoas em questão a partir de uma ideia de promiscuidade, de risco a infecções sexualmente transmissíveis, de estereótipos, e entendendo sua sexualidade e identidade de gênero como incorretas, determinadas biologicamente ou, ainda, como antinaturais, sujeitas a uma questão de escolha pessoal. A sexualidade é uma dimensão da vida privada que não pode continuar refém do moralismo. As representações sociais precisam ser trabalhadas nos contextos da educação e do trabalho em saúde, a fim de ampliar o acesso da população em foco às ações e serviços, bem como a qualidade assistencial. Palavras-Chave: pessoas LGBT;	2019

		representações sociais; serviços de saúde; ética; bioética	
	Do eclipse ao raio do para si lgbt na política educacional brasileira	Este artigo apresenta como objeto de estudo a política nacional de Educação consoante com a emancipação humana da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT). Ademais, tem-se como objetivo central deslindar os (des)caminhos para uma política nacional de Educação voltada à emancipação humana desse segmento. Para tanto, recorre-se à pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como opção metodológica os tipos de pesquisa descritiva e explicativa e exploratória, conduzindo a decomposição desta investigação em três seções cujas discussões circundam o objetivo proposto. Permitiu-se, pois, verificar que o processo de desumanização, enraizado em função da lógica do capital, reflete hodiernamente o não nutrimto de uma perspectiva emancipatória na educação brasileira, posto que os pilares de tal lógica não aquiescem uma transformação da realidade objetiva e concreta. Palavras-chave: Educação brasileira; LGBT; Emancipação humana	2018
	O sus fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população lgbt	As iniquidades sociais são determinantes que inviabilizam a garantia do acesso integral à saúde, afetando também a comunidade lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual (LGBT). Esta pesquisa buscou investigar as dimensões do cuidado em saúde para a população LGBT no que compete à gestão dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Cuité (PB). Para isso, adotou-se a abordagem qualitativa, através da realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade, que foram posteriormente transcritas e analisadas a partir do método de análise de conteúdo. A análise permitiu apreender duas categorias empíricas, sendo elas: (1) "babado, confusão e gritaria": divergências, discordâncias e desconhecimentos sobre a população LGBT, dividida em duas subcategorias que abordam o olhar das gestoras sobre a comunidade LGBT e também suas demandas, respectivamente; e (2) caminhos e desvios rumo à integralidade da saúde LGBT: fragilidades, potencialidades e perspectivas do processo, também dividida em subcategorias sobre a responsabilização das gestoras e sobre as estratégias identificadas. As gestoras apresentaram pouco conhecimento acerca das demandas e estratégias para a população LGBT e não se percebiam enquanto atores responsáveis pelo cuidado com esse público, contribuindo para a fragilidade e para a desarticulação da rede de atenção no que tange à comunidade LGBT. Palavras-chave: Equidade em Saúde; Atenção Integral à Saúde; Gênero e Saúde	2018
	Biopolítica, direitos humanos e resistências: uma análise comparativa das políticas públicas de saúde para a população lgbt de Florianópolis-sc	Este trabalho tem por objetivo analisar os discursos das políticas públicas de saúde para a população LGBT de Florianópolis, Santa Catarina. Para tanto, parte das discussões sobre a governamentalização, a biopolítica e sobre a cisão entre as modalidades de subjetividade, relacionando o dispositivo crônico da aids aos enunciados materializados no I Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (PMLGBT I), publicado em 2012, e no II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PMLGBT II), publicado em 2017. Observa-se que, entre os discursos, há importantes deslocamentos históricos em funcionamento, seja da perspectiva da positivação das sexualidades não-heteronormativas, seja segundo a ordem das resistências e da luta pelos direitos da população LGBT, que redundam em enunciados mais estigmatizantes quanto às práticas afetivas e sexuais e sua relação com os enunciados do risco e do perigo. Conclui-se, a partir das análises, que no interior de uma biopolítica menor, as políticas públicas de Florianópolis para a população LGBT têm se marcado pela problematização dos direitos humanos e pela assunção de corporalidades e subjetividades dissidentes no interior das estratégias de cidadania e de cuidado, não obstante os limites com que opera o biopoder na contemporaneidade. Palavras-chave: Biopolítica; HIV/Aids; População LGBT	2018
	Sexualidade na velhice: um estudo sobre o envelhecimento lgbt	O objetivo geral deste artigo consiste em fazer uma discussão mais aprofundada sobre a sexualidade na velhice com ênfase no envelhecimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais). O foco da discussão perpassa por questões psicossociais que versam sobre velhice e sexualidade e mais especificamente sobre a velhice LGBT. Muitos são os desafios a serem enfrentados pela população LGBT que está envelhecendo, mesmo com as lutas contra os estigmas e preconceitos, a configuração da sociedade ainda é heteronormativa. Ressalta-se neste estudo a necessidade de redefinição de alguns conceitos relacionados a identidade, gênero e geração, devido as novas configurações de gênero que vem se apresentando na sociedade contemporânea. Palavras chaves: Velhice; Sexualidade; Velhice LGBT	2018
	Silver rainbow: estigma em homens gays idosos, uma perspectiva de stress minoritário	É expectável que até 2050 a população com idade superior a 60 anos, atualmente representada por 841 milhões, passe a dois bilhões. As investigações atuais demonstram um aumento significativo da população LGBT nesta faixa etária, ao passo que a literatura tem-se manifestado desatualizada e insuficiente e parece não acompanhar as necessidades destes indivíduos. Prevê-se que em Portugal, até o ano 2080, a população idosa passe de 2,1 a 2,8 milhões, a par de um decréscimo significativo da população jovem. Esta população, constituindo-se como minoria sexual e idosa, está particularmente sujeita a um duplo estigma. O estigma (internalizado, institucional, ou preconceito) tem repercussões relevantes na saúde geral. Em específico, a saúde relacional pode ser drasticamente afetada, atingindo variáveis essenciais como a satisfação relacional e sexual. Além de haver um efeito negativo da idade sobre a satisfação sexual, o estigma aumenta a probabilidade de ocorrência de algumas perturbações sexuais, bem como problemas relacionais conjugais, familiares e sociais. Ainda, sabe-se que a população LGBT idosa possui uma maior prevalência de perturbações mentais do que a população heterossexual. Pretende-se, então, efetuar uma revisão da literatura sobre o impacto do duplo estigma nas relações sociais, amorosas e sexuais, destacando a população de homens gays idosos. Palavras-chave: estigma, LGBT, idosos, stress, saúde	2018
	Velhice lgbt: uma análise das representações sociais entre idosos brasileiros	Esta pesquisa tem como objetivo identificar as representações sociais da velhice LGBT entre a população idosa. Contou-se com a participação 100 pessoas, com idade entre 60 e 86 anos (M = 66,9 anos; DP = 6,8). A maioria dos participantes declarou-se do sexo feminino (69%), casados (40%), católicos (50%) e de orientação heterossexual (91,3%). Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados. Posteriormente, as entrevistas foram submetidas a uma análise, no software Iramuteq, pelo método da Classificação Hierárquica Descendente que originou 4 classes de aproximação semântica. Diante dos resultados, percebe-se que as	2017

		Representações Sociais da velhice LGBT são, em sua maioria, carregadas de estigmas negativos e preconceito. Pretende-se, com esse estudo, contribuir para uma velhice bem-sucedida dessa parcela da população, a partir de uma discussão que propicie uma melhor compreensão do que é a velhice LGBT, bem como incentivar outros estudos a fim de orientar as práticas profissionais diante desse grupo Palavras chave: velhice; idosos; LGBT; sexualidade; representações sociais; Classificação Hierárquica Descendente	
	Discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a lgfts	A promoção do diálogo visa à problematização de discursos e posicionamentos que cristalizam ações e posturas favorecedoras de práticas de violência. Objetivamos compreender de que forma diferentes discursos demandam posicionamentos específicos e vice-versa, entendendo essa articulação a partir dos efeitos da estrutura de diálogo proposta pelo Projeto de Conversações Públicas. Um encontro do grupo de facilitação de diálogo sobre o tema da violência à população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros foi selecionado para análise considerando sua riqueza em discursos defendidos e posicionamentos assumidos. A transcrição na íntegra desse encontro foi analisada a partir das contribuições do construcionismo social, em especial da teoria do posicionamento. O uso do discurso religioso, a polarização de posicionamentos, os efeitos das perguntas de "zona cinza", os posicionamentos evocados no compartilhamento de histórias e as implicações do contexto, da força social, dos acordos para a conversa e das entrevistas pré-grupo para assunção de determinados posicionamentos no encontro foram discutidos. Palavras-chave: psicologia discursiva; teoria do posicionamento; construcionismo social; Projeto de Conversações Pública	2017
	Serviço social e homofobia: a construção de um debate desafiador	Este artigo propõe reflexões acerca do debate sobre a diversidade sexual e de gênero no Serviço Social articulando seus desafios e limitações no seio da categoria profissional perante o combate a violência homofóbica. O estudo faz uma análise teórica a partir de concepções de diversos autores e de pesquisadores, além de documentos do conjunto CFESS/CRESS como informativos e resoluções. O debate visa problematizar, além da atuação profissional do assistente social junto às demandas apresentadas cotidianamente pela população LGBT, as diversas contradições que esse assunto tem provocado para essa categoria, grande desafio para o Serviço Social na contemporaneidade. Palavras-chave: Conjunto CFESS-CRESS; Homofobia; LGBT; Serviço Social.	2017
	Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica	Neste artigo, objetivamos refletir sobre direitos e saúde reprodutiva quando pensados para a população trans (travestis, transexuais, transgêneros). Realizamos pesquisa de inspiração etnográfica e análise de documentos brasileiros de saúde e direitos humanos. Por meio disso, verificamos a ausência da população trans nas práticas e nos discursos relacionados a direitos e saúde reprodutiva em geral, bem como sua predominante invisibilidade nos documentos relacionados ao processo transexualizador e aos direitos da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Recorremos aos relatos de pessoas trans, obtidos por meio de observação participante e quatro entrevistas individuais, para problematizarmos o atendimento à saúde reprodutiva, destacando o papel dos profissionais de saúde. Colocamos em análise o aborto, prática a que homens trans também podem ser sujeitos. Por fim, tratamos da heterocisnormatividade reprodutiva, a qual leva a uma situação que propomos denominar "esterilidade simbólica" da população trans. Reprodução e parentalidades, portanto, parecem noções impensáveis quando se trata de pensar sujeitos constituídos pela ideia de abjeção. Palavras-chave: Estudos de Gênero; Direitos Reprodutivos; Saúde Reprodutiva; Aborto; Transexualidade; Travestilidade	2017
	Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática	Este trabalho visa a compreender uma política pública de equidade em saúde relativa às sexualidades que se desviam da heterossexualidade compulsória, em um contexto de crise democrática. Para isso, toma-se a teoria queer para analisar, à luz de categorias como poder, resistência e transgressão, o que está por traz do contexto discursivo da política de atenção à saúde da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT), produzindo uma tensão entre norma, direito e participação social. É percebido que, em uma perspectiva queer, a instabilidade das identidades e a compreensão das redes de poder no interior das práticas de saúde podem fornecer condições de resistências mesmo em situações de crise do Estado democrático. Palavras-chave: Política social; Sexualidade; Identidade de gênero.	2016
	(In)visibilidade da vivência homoparental feminina: entre preconceitos e superações	Este artigo teve como objetivo investigar a ambiguidade quanto à (in)visibilidade das vivências homoparentais femininas no cenário brasileiro: situações em que o preconceito se revela com crueldade; e, por outro lado, situações em que as mulheres superam esta discriminação e assumem as suas orientações afetivo-sexuais, bem como o projeto de ser mãe. Foram entrevistadas quatro mulheres que se assumem como lésbicas e têm filhos e a entrevista aberta foi o instrumento utilizado para colher os dados. A análise de conteúdo das entrevistas evidenciou que as famílias homoparentais chefiadas por lésbicas vivem um momento paradoxal em relação aos direitos humanos da população LGBT. Por um lado, verificam-se diversas expressões de preconceito e violência homofóbica na vida dessas mulheres; mas, por outro, também são relatadas circunstâncias em que as mulheres superaram esta discriminação e assumem as suas orientações afetivo-sexuais, bem como o projeto de ser mãe. Palavras-Chave: Homoparentalidade; Homoerotismo; Lésbica; Preconceito.	2016
	Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade lgbt	Na década de 1980, o movimento LGBT no Brasil iniciou uma parceria política com o Estado a fim de enfrentar o surto da AIDS. O sucesso dessas ações contribuiu para novas pautas políticas visando melhor assistência à população LGBT. Tais políticas nos últimos anos ampliaram-se, porém adaptando-se ao modo de representação política vigente, uma política identitária essencialista. O objetivo deste trabalho é discutir como o essencialismo que fundamenta a sexopolítica é negociado nas políticas públicas LGBT e como uma "identidade estratégica" pode afetar os modos de viver daqueles que não se encaixam no padrão heteronormativo. Numa perspectiva discursiva crítica, cinco documentos de políticas públicas foram examinados, com o apoio de quadro conceitual foucaultiano e da Teoria Queer. Concluímos que uma política das multidões queer sinaliza formas de ação ainda mais radicais e potentes. Palavras-chave: políticas públicas; teoria queer; movimento LGBT; identidade.	2014
	Políticas públicas de segurança para	Neste artigo, apresenta-se uma análise crítica de ações, planos e programas governamentais, no campo da segurança pública, voltados para a população LGBT, no Brasil. A despeito da identificação de muitas propostas e	2014

	a população lgbt no brasil	de algumas iniciativas em curso, parte delas elaborada em espaços de discussão pública envolvendo governo e sociedade civil, o balanço final aponta absoluto desequilíbrio entre a violência homofóbica e a atuação do governo brasileiro para mudar este quadro. Tal constatação auxilia na compreensão da desconfiança de pessoas LGBT em relação ao Estado e a suas/seus representantes, em vários âmbitos da vida social em que direitos civis lhes são negados, mas especialmente na esfera da segurança pública, em que o nexos entre questionamento da norma heterossexual e violência ainda é recorrente. Palavras-chave: segurança pública; LGBT; homofobia; políticas públicas; Brasil.	
	Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no brasil	Objetivou-se evidenciar a atuação das políticas públicas direcionadas à saúde da população homossexual brasileira. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada na Scientific Electronic Library Online (scielo) e na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), utilizando os Decs: políticas públicas, assistência integral à saúde e homossexualidade. A saúde LGBT é apontada como vulnerável mesmo após a publicação de importantes documentos que garantem o acesso e a inclusão do grupo na saúde. A fragilidade na efetivação das propostas preconizadas vai ao encontro ao atendimento discriminatório e heteronormativo prestado pelos profissionais de saúde. Palavras-chave: Políticas Públicas; Assistência integral à saúde; Homossexualidade	2013
	Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de "consolação"	Este artigo revisita criticamente as noções de cidadania sexual, procedendo a uma reflexão sobre as suas fundações homonormativas – decorrentes da heteronormatividade – e neo-liberais – decorrentes do atual estado da formação social capitalista. Recorremos à análise de estatísticas sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo em Portugal e à análise de discurso de uma entrevista, usada como estudo de caso, para evidenciar o modo como uma economia política heterossexual sob a capa da homonormatividade emerge para estruturar a cidadania sexual e como esta é igualmente, por via da sua associação ao consumo se transforma apenas numa cidadania de consolação, geradora de hierarquias dentro da população LGBT entre quem tem recursos para aceder aos bens de consumo e quem não pode efetuar esse acesso. Discutimos na conclusão, o modo como esta cidadania sexual emerge como pharmakon, mantendo-se conceptualmente ambivalente. Palavras-chave: homonormatividade; heteronormatividade; cidadania sexual; neo-liberalismo; queer.	2013
LILACS	Abordagem das particularidades da velhice de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros	A invisibilidade do envelhecimento de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgêneras (LGBT) é uma realidade. Sofrem com os estereótipos da sociedade, por diversas formas de discriminação e pela presunção de que todos são heterossexuais e cisgêneros. Ademais, eles expressam maiores riscos de estarem morando sozinhos, de não terem filhos e de não apresentarem alguém para chamar em caso de uma emergência. Poucos são os estudos que abordam esse tema, principalmente na literatura médica brasileira. Além disso, o geriatra e o gerontólogo podem se deparar com situações desafiadoras em suas práticas ao cuidarem de uma pessoa idosa LGBT saudável, com demência ou até mesmo em fase final de vida. Assim, este artigo de revisão bibliográfica teve como objetivos: abordar o envelhecimento dessa população, reforçar as definições apropriadas e discutir sobre as discriminações que sofrem nos serviços de saúde, sobre as medidas para a promoção de sua saúde e sobre as especificidades no cuidado da pessoa idosa LGBT com demência, em fase final de vida ou residente de uma instituição de longa permanência. Palavras-chave: minorias sexuais e de gênero; envelhecimento; demência; cuidados paliativos.	2019
	Nós versus eles: ódio biopolítico contra a população lgbt no twitter de marco feliciano	Neste artigo, objetivamos analisar o ativismo do pastor e deputado federal brasileiro Marco Feliciano na contrariedade a propostas de lei e pautas relacionadas à sexualidade e ao gênero, a exemplo do Projeto de Lei nº 122/2006, mais conhecido como 'anti-homofobia'. Para tanto, analisamos as postagens realizadas por Feliciano em sua conta oficial no Twitter durante o ano de 2011. A metodologia utilizada é a análise discursiva, compreendendo a atuação do pastor como desencadeadora de um tensionamento entre os campos político, religioso e midiático. Conclui-se, a partir da análise, que as postagens de Marco Feliciano expressam ódio biopolítico contra os LGBT, vistos como populações a serem eliminadas e que ameaçam a ordem heterossexual cisgênero vigente. Palavras-chave: Mídia e religião; Mídias sociais; Marco Feliciano; Twitter; Sexualidade; LGBT; Ódio biopolítico.	2019
	Atenção integral à saúde da população lgbt: experiência de educação em saúde com agentes comunitários na atenção básica	Objetivo: Relatar uma experiência de educação em saúde com agentes comunitários de saúde acerca da saúde da população LGBT na atenção básica. Métodos: Foi realizada uma ação de educação continuada por meio do estudo de casos escolhidos pelos agentes de saúde dentro de suas microáreas de atuação seguida de discussão em grupo e reflexão sobre as práticas vigentes. Resultados: Foram discutidos três casos apresentados pelos agentes de saúde que abordavam as temáticas de: (1) a escola e o preconceito; (2) a importância do apoio familiar e social; e (3) o papel da estratégia saúde da família e da educação em saúde. Percebeu-se que o tema permanece excluído das grandes discussões, sobretudo nas escolas médicas e na atenção básica, que é o primeiro contato do usuário com o Sistema Único de Saúde. Dessa forma, estratégias que objetivem discutir as peculiaridades da prevenção, promoção e assistência à saúde desses grupos devem ser estimuladas e reproduzidas tendo em vista uma melhor qualidade do atendimento a fim de captar esses pacientes em um ambiente favorável a práticas integrativas com respeito à diversidade sexual. Conclusão: Conclui-se que a atividade educacional realizada foi de extrema importância para desmistificar mitos e preconceitos envolvendo a saúde LGBT no cenário da atenção básica. Observou-se que após a atividade educacional os ACS se mostraram mais confiantes e sensibilizados sobre as temáticas abordadas e mudaram concepções no sentido de respeitar as decisões dos pacientes e realizar abordagem adequada para o acolhimento a esses usuários. Palavras-chave: Direitos Sexuais e Reprodutivos; Minorias Sexuais e de Gênero; Homofobia; Educação Continuada; Agentes Comunitários de Saúde	2019

Saúde da população lgbt+ no contexto da atenção primária em saúde: relato de oficina realizada no internato integrado de medicina de família e comunidade/saúde e mental em uma universidade pública.	Introdução: A saúde da população LGBT+ apresenta particularidades e vulnerabilidades que requerem atenção diferenciada. Sensibilizar e qualificar profissionais de saúde para as necessidades dessa população é fundamental para garanti-la o direito à saúde. Os currículos das graduações em saúde, que em geral não incorporam tais questões, têm sido interrogados pelo alunado com denúncias de lgbtobia no curso médico e reivindicação de capacitação prática. Nesse contexto, o Internato Integrado de Medicina de Família e Comunidade e Saúde Mental da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro organizou oficina sobre Saúde da População LGBT, apresentada neste artigo. Métodos: Realizada em maio de 2018, teve como público alvo internos em estágio curricular na Atenção Primária em Saúde (APS), no município do Rio de Janeiro. Sensibilizar para o tema e apresentar ferramentas úteis para o cuidado na APS, e em outros cenários, foram os objetivos. Graduandos de medicina autodeclarados LGBT+ foram convidados a assumir a condução da atividade, preparada sob orientação de professoras do internato. O protagonismo dado a esses alunos permitiu articular à expertise científica, promovida nos estudos regulares sobre o tema, a expertise experiencial. A oficina ocorreu em 4 tempos: i) sensibilização; ii) discussão de casos; iii) informação e exposição de orientações para boas práticas em saúde; iv) dúvidas e avaliação. A duração total foi de 4 horas, com metodologias ativas e participativas. Resultados: Os objetivos foram alcançados e a atividade bem avaliada em sua organização e execução. Avaliação narrativa foi realizada com alunos e professores organizadores. Os internos participantes responderam questionário online com perguntas abertas e fechadas e também avaliaram positivamente a atividade nos quesitos metodologia e conteúdo. Conclusão/Desdobramentos: A oficina foi incluída nas atividades regulares do internato. Estão em construção, com vistas a difundir esses conhecimentos a outros estudantes do curso médico e a profissionais da rede de saúde municipal, disciplina eletiva e projeto de extensão. A inclusão longitudinal do tema no currículo permanece como desafio. Palavras-chave: Saúde das Minorias; Minorias Sexuais e de Gênero; Educação Médica; Atenção Primária à Saúde; Medicina de Família e Comunidade	2019
O gênero no comportamento suicida: uma leitura epidemiológica dos dados do distrito federal	O presente trabalho teve como escopo analisar o comportamento suicida a partir de dados epidemiológicos, já existentes e produzidos, envolvendo óbitos e tentativas de autoextermínio no Distrito Federal. Esses dados foram examinados sob a perspectiva de gênero, através das diferenças entre homens e mulheres, orientação sexual e identidade de gênero. Verificou-se distinções entre a frequência de óbitos e de tentativas de suicídio entre homens e mulheres, além de valores de gênero presentes nos aspectos sociodemográficos, como faixa etária, raça/cor; escolaridade, situação conjugal, entre outros elementos existentes nos documentos analisados. Em decorrência da ausência de itens presentes nos registros de óbitos e do não preenchimento de determinados campos da ficha de notificação de tentativas de autoextermínio, não foi possível examinar os dados relativos à orientação sexual e identidade de gênero, o que denota negligência com a saúde mental da população LGBT. Palavras-chave: suicídio; gênero; epidemiologia; Distrito Federal.	2018
Diversidade de gênero e acesso ao sistema único de saúde	Objetivo: Aprender as dimensões do acesso e da atenção integral na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) na perspectiva da diversidade de gênero. Métodos: Pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, realizada em Unidades Básicas de Saúde vinculadas à rede de Atenção Básica, em Teresina, Piauí, Brasil, da qual participaram (n=19) lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Os dados foram coletados no ano de 2016, através de quatro grupos focais e por meio da questão norteadora “Como vocês gostariam de ver o acesso, a qualidade e o modo de organização das ações e serviços de saúde a serem ofertados para a população LGBT?”, e foram analisados por meio da análise de conteúdo. Resultados: Emergiram quatro categorias interpretativas, uma para cada grupo estudado: Atendimento ginecológico às lésbicas; O gay afinados nos serviços de saúde; Em busca da equidade para as travestis; O nome social para as mulheres transexuais no SUS. As lésbicas informaram que enfrentam barreiras no acesso aos serviços de saúde e no atendimento ginecológico; para os gays, o acesso é fragilizado para aqueles afeminados; já para as travestis, a equidade do cuidado, através de ambulatórios específicos, foi apontada como estratégia importante; e, para as mulheres transexuais, o uso do nome social deveria ser incorporado na rotina dos serviços de saúde. Conclusão: Há uma emergência no acesso às redes de atenção à saúde integral da população LGBT, com o intuito de promover a inclusão em seus diversos equipamentos sociais, promulgar o respeito e facilitar práticas de equidade. Palavras-chave: Minorias Sexuais; Acesso aos Serviços de Saúde; Assistência à Saúde.	2018
Acesso de lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transexuais às unidades básicas de saúde da família.	Objetivo: compreender o acesso de lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transexuais às Unidades Básicas de Saúde da Família. Métodos: pesquisa qualitativa, realizada com 54 usuários(as). Utilizou-se entrevista semiestruturada e o teste de associação livre de palavras. Os dados foram processados pelo software iramteq® e submetidos à técnica de Análise de Conteúdo na modalidade temática. Resultados: emergiram seis categorias: Silenciamento quanto à orientação sexual e identidade de gênero - o acesso é facilitado desde que não se revelem; Invisibilidade e indiferença aos marcos políticos legais-antagonismo entre o paradigma pensado e executado; Manifestações homofóbicas e efeitos no acesso - uso restrito do serviço; Constrangimento e distanciamento - afastamento e busca por serviços privados; Práticas des(humanizadas) e antiéticas - falta de sensibilização, sigilo; e Estigma e acesso - permanência de estigmas entre Síndrome de Imunodeficiência Adquirida e homossexualidade. Conclusão: o acesso desta população aos serviços de saúde é limitado, permeado por intolerância, constrangimentos e posicionamentos aéticos e excludentes. Descritores: Acesso aos Serviços de Saúde; Saúde da Família; Minorias Sexuais e de Gênero.	2018
A intersetorialidade na implementação dos centros de referência da cidadania lgbt no rio de janeiro	Neste artigo examinamos os esforços desenvolvidos pelos Centros de Referência de Cidadania LGBT para implementar ações setoriais que envolvessem diferentes órgãos estatais. Os dados para a pesquisa foram coletados, principalmente, por meio de entrevistas. Subsidiariamente, também utilizamos dados provenientes de material impresso e digital. Por um lado, os resultados dos esforços podem ser considerados positivos, pois experiências e diálogos relevantes foram estabelecidos entre os centros e instituições como a polícia e as organizações de saúde. Por outro lado, vários obstáculos foram identificados, reforçando a percepção de que as práticas intersetoriais ainda são difíceis de ser implementadas no sistema brasileiro de proteção social. Palavras-chave – LGBT. Cidadania. Intersetorialidade.	2018

Homoparentalidade e feminina: laço biológico e laço afetivo na dinâmica familiar.	Este trabalho teve como objetivo estudar a dinâmica de famílias homoparentais compostas por duas mulheres com filhos que possuem vínculo biológico com somente uma delas. Foram entrevistadas nove mulheres, oito delas formando quatro casais e uma separada, com idades entre 33 e 45 anos, com filhos com idade entre 2 e 8 anos, pertencentes à camada média da população do estado do Rio de Janeiro, que fizeram conjuntamente o planejamento da maternidade por meio das novas tecnologias reprodutivas com sêmen de doador anônimo. As seguintes categorias de análise foram discutidas: terminologia de parentesco e relações afetivas; divisão de tarefas relacionadas aos cuidados com as crianças e busca por legitimidade. Verificou-se que nas constituições familiares estudadas, as crianças, de fato, identificam as duas mulheres como mães, quando ambas assim se assumem, demonstrando que o laço afetivo cumpriu o papel de vincular. Palavras-chave: homoparentalidade; reprodução assistida; mães.	2017
A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (lgbt) e o acesso ao processo transexualizador no sistema único de saúde (sus): avanços e desafios	Este estudo objetivou analisar como o Ministério da Saúde (MS) vem implementando o Processo Transexualizador (prtr) no SUS, por meio da pesquisa de documentos oficiais de domínio público, sistematização de dados quantitativos e análise das memórias do Comitê Técnico de Saúde LGBT (CTSLGBT) do MS. A pesquisa exploratória combinou métodos quanti e qualitativos de estudo, tomando como base metodológica a proposta normativa de pesquisa de avaliação de programas e sistemas de saúde. O estudo resultou no cômputo total das cirurgias de redesignação sexual realizadas no SUS (2008-2016), que evidenciam nulidade de óbitos e desigualdades regionais de acesso; e no acompanhamento das ações de implementação da Política Nacional de Saúde Integral Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) por comitê específico designado pelo MS. Mesmo com avanços consideráveis, os desafios persistem, sendo o mais ameaçador, atualmente, a possibilidade de retrocesso imposta por setores conservadores do executivo e legislativo. Portanto, a visibilidade das ações já conquistadas é um passo decisivo para manutenção e potencialização do prtr no SUS. Palavras-chaves: Políticas públicas; Pessoas transgênero; Procedimentos de readequação sexual	2017
Educação popular em saúde lgbt: um diálogo da sociedade civil com os postos de saúde em goiânia	Este relato de experiência e as narrativas dos grupos foram realizados nos Postos de Saúde, e descreve as relações da população LGBTTT, em especial das travestis e transexuais, com a política de saúde no município de Goiânia. O primeiro caminho deste trabalho foi entender a dificuldade dos gestores e dos profissionais de saúde além do atendimento à população LGBTTT nos Postos de Saúde em Goiânia para poder envolver o movimento social e os estudos sobre orientação sexual e da identidade de gênero dentro da formação e capacitação destes profissionais de saúde. O segundo aspecto de reflexão neste texto são os fatores de vulnerabilidade dessa população, considerando que são esses fatores sociais de risco que aumentam preconceitos e discriminações contra essas pessoas e sua falta de acesso à saúde. O terceiro aspecto é levantar a ideia de que os postos de saúde podem ser entendidos e compreendidos como algo além de uma instituição e que se relaciona com a garantia de direitos e de cidadania. A metodologia adotada é qualitativa, com descrição de relatos e narrativas dos profissionais de saúde nos grupos capacitados como forma de "mini-cursos" *. O que pretendemos Com estes "mini-cursos" nos Postos de Saúde, é fazer um caminho "inverso": A ideia é olhar o que a "Educação Popular e Saúde" apontam e debate com a Educação Popular buscando a democratização do espaço público. Foi realizado em Goiânia na Semana de Saúde LGBTTT (agosto de 2016) nos dias que antecedem a XXI Parada do Orgulho LGBT . E todo o trabalho de relato de experiência e as narrativas dos grupos foram realizados em 15 Postos de Saúde no município de Goiânia, de no máximo 25 pessoas por grupo entre servidores da saúde e usuários, que tinha como objetivo entender a exclusão (acesso e receptibilidade) da população LGBTTT na rede de atenção à saúde. Palavras-chaves: Educação Popular, Saúde LGBTTT, travestis e transexuais.	2017
Caminhos e vivências de investigação acerca da saúde da população lgbt em uma capital do nordeste brasileiro	O preconceito por motivos de orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde ao desenvolver processos de adoecimento e sofrimento decorrentes do estigma social reservado à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT) na Saúde Coletiva. Diante disso, esse trabalho trata-se de um relato de experiência que buscou analisar a condução de uma pesquisa nacional que investigou o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde da população de LGBT no Sistema Único de Saúde (SUS). O recorte abrange vivências e reflexões dessa produção em Teresina, Piauí. Aliado a isso, foi ressaltada a necessidade de possibilitar a reflexão sobre as atividades desenvolvidas a fim de compreender as fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças na execução da pesquisa, e os resultados obtidos por meio desta análise possibilitaram uma visão detalhada da percepção dos pesquisadores sobre o processo de investigação. Palavras-chave: Sistema Único de Saúde, Sexualidade, Equidade em saúde.	2017
Unidades básicas de saúde em teresina-pi e o acesso da população lgb: o que pensam os médicos?	Este estudo teve como objetivo investigar a percepção de médicos de Unidades Básicas de Saúde de Teresina, considerada uma das mais homofóbicas capitais brasileiras, sobre o acesso e qualidade da atenção à população LGBT. Trata-se de uma análise qualitativa de discurso sobre entrevistas semiestruturadas com profissionais médicos de sete unidades de saúde selecionadas por sorteio entre as 22 existentes na cidade e fundamentada no método hermenêutico-dialético. Quatro principais categorias analíticas emergiram: 1. Percepção confusa entre universalidade e equidade, 2. Patologização e percepção de anormalidade na condição, 3. Negação de barreira ao acesso e imputabilidade da ausência de procura do serviço aos próprios sujeitos, e 4. Baixa demanda do grupo LGBT ou invisibilidade da condição. Conclui-se que um dos principais desafios à implementação da política nacional de saúde dirigida a esta população continua sendo os estigmas e preconceitos incorporados nas subjetividades dos profissionais, os quais dificultam a compreensão de direitos e as razões da existência de políticas compensatórias. Palavras-chave: Identidade Sexual; Políticas Públicas De Saúde; Equidade Em Saúde; Homossexualidade.	2017
Políticas públicas e a saúde da população lgbt: uma revisão	O presente artigo trata-se de uma revisão integrativa da literatura que buscou compreender o que tem sido produzido na literatura científica após a publicação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, compreendendo o período de 2011 a 2016. A busca foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS utilizando os filtros "Brasil", "Artigo" e "Ano". Após aplicar os critérios de inclusão e excluídos os duplicados, foram selecionados sete artigos, dos quais emergiram dois temas de análise macro: Desafios da atualidade: direitos da população LGBT e a luta	2017

integrativa		por uma política sexual não discriminatória e o Papel do Estado na atenção à população LGBT. O protagonismo e o papel do movimento social LGBT na luta por garantia dos direitos dessa população é imperativo nas discussões. As discriminações e violências a que estes indivíduos são expostos diariamente, inclusive nas instituições de cuidado em saúde, revelam a necessidade de mudanças nas práticas do cuidado em saúde, que sejam voltados para um atendimento ético e isento de discriminações. Por fim, aponta o protagonismo do Estado em assegurar os direitos d população LGBT e maneira não discriminatória ou reducionista, revelando uma política sexual que considere as diversas expressividades da sexualidade humana, não por homo ou hetero ou, por mulher ou homem, mas sim, pelo ser humano que ali se expressa e tem como direito escolher ser o que quiser. Palavras-chave: Políticas Publicas em Saúde; Homossexualidade; Equidade em Saúde; Discriminação.	
Competência cultural e atenção à saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (lgbt)		O preconceito e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero são realidades enfrentadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) na atenção à saúde. Visando reduzir as disparidades em saúde, a abordagem da competência cultural promove discussões sobre grupos populacionais com diferenças nas necessidades de cuidados de saúde, que resultem em iniquidades. Esta revisão integrativa da literatura objetivou analisar as produções científicas que abordam a competência cultural dos profissionais da saúde em relação à população LGBT. A pesquisa foi realizada nas bases de dados, pubmed, Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scopus, em agosto de 2016. Os descritores utilizados para a busca foram: "competência cultural", "atenção à saúde" e "LGBT". Foram identificadas 355 publicações científicas. Após a leitura dos títulos e resumos, 63 foram selecionados para a análise do texto completo, dos quais resultaram 43 estudos que foram analisados. Os achados indicaram a falta de discussão acadêmica sobre a temática nos currículos de formação das profissões da saúde. Demonstrando que a prática profissional tem sido marcada pelos padrões culturais heteronormativos, resultando em práticas de cuidado inadequadas e preconceituosas. Desta forma a construção de discussões baseadas em orientações publicadas por especialistas e organizações profissionais se mostra urgente. Havendo que se discutir as diferenças entre crenças e atitudes sociopolíticas, legais e culturais, visando combater estigmas e preconceitos geradores de barreiras ao acesso e à qualidade da atenção à saúde Integral da população LGBT. Palavras-chave: competência cultural, atenção à saúde, LGBT	
Assistência à saúde da população lgbt em uma capital brasileira: o que dizem os agentes comunitários de saúde?		O objetivo deste estudo é compreender a percepção dos Agentes Comunitários em Unidades Básicas de Saúde quanto ao atendimento integral da população LGBT. O método utilizado para analisar as entrevistas foi o Discurso do Sujeito Coletivo. Três discursos foram construídos relacionados a três ancoragens distintas que demonstram os seguintes resultados: 1. Minimização do problema, negação do preconceito e compreensão de barreiras como causadas pela própria população LGBT; 2. Negação da existência de barreiras ao acesso e qualidade; e 3. Reconhecimento da existência de preconceitos que funcionam como barreiras e da necessidade de melhor capacitação das equipes. A partir destes resultados foi possível inferir a negação do sexismo e das barreiras simbólicas, incompreensão do sentido de equidade, e o preconceito encarnado nas subjetividades destes profissionais, de forma semelhante ao que já foi encontrado em outros estudos envolvendo preconceitos e saúde, tais como de racismo institucional. No entanto, percebe-se também profissionais sensibilizados para a questão do respeito à diversidade e receptivos a processos formadores para melhor oferta de cuidado integral a população LGBT. Palavras-chave: Equidade no Acesso; Política de Saúde; Sexismo; Atenção Primária à Saúde;	2017
Efeito de configuração no apoio ao casamento de pessoas do mesmo sexo em universitários brasileiros		Efeito de configuração refere-se ao impacto que a forma de apresentar um tópico tem sobre a opinião. Esta pesquisa investigou o efeito de configuração no endosso ao reconhecimento legal das uniões de pessoas do mesmo sexo em uma população universitária brasileira composta por pessoas com diferentes níveis de preconceito. Foram usados três diferentes configurações: homoafetivo, homossexual e pessoas do mesmo sexo. Oito mil e oitenta e dois estudantes universitários do sul do Brasil responderam a um questionário sociodemográfico, escala de preconceito contra diversidade sexual e de gênero e randomicamente deram sua opinião sobre o tópico em questão. Não foram encontradas diferenças no nível de endosso às configurações. No entanto, grupos historicamente associados a menor apoio à diversidade sexual e de gênero e pessoas com atitudes mais negativas em relação à diversidade sexual e de gênero endossaram menos essas uniões. Portanto, a maneira como a questão é enquadrada não influencia o endosso à reivindicação da união de pessoas do mesmo sexo. Palavras-chave: efeito de configuração; preconceito, homoafetividade; homossexualidade; casamento.	2017
Diversidade sexual e relações profissionais: concepções de médicos e enfermeiros		Objetivou-se analisar os discursos de profissionais de saúde, médicos e enfermeiros, quanto as suas concepções acerca da diversidade sexual. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, sob a perspectiva sócio-histórica, sendo a psicologia social o fundo metodológico, para organização e análise dos discursos. Entrevistaram-se quatorze médicos e enfermeiros que atuam na cidade de Campo Grande, MS. Identificaram-se duas categorias representativas da experiência dos profissionais: (a) Refletindo sobre as diversidades sexuais e (b) Entendendo a relação entre o profissional de saúde hetero e homossexual. Da primeira emergiram os temas, "criando um conceito para diversidades sexuais", "concepção pessoal de diversidades sexuais", "as reações diante do paciente pertencente às diversidades" e "como administrar as mudanças exigidas". Da segunda, "a discriminação e o preconceito", "a aceitação", "a dicotomia nas relações profissionais", "os estereótipos" e "a busca pelo respeito e igualdade". Conceitos sedimentados sobre os papéis de gênero ainda figuram nos discursos dos profissionais de saúde, fato que fomenta a legitimação da heteronormatividade. Discursos menosprezando as expressões de liberdade buscadas pela população LGBT são frequentes nas falas dos profissionais tanto homo quanto heterossexuais. Apesar de se sentirem aceitos em seus ambientes de trabalho, os profissionais de saúde homossexuais ocultam sua vida pessoal. Palavras-chave: Saúde, comportamento sexual, prática profissional, relação profissional-paciente, preconceito.	2016
Juventude, homossexualidade e diversidade: um		Esta pesquisa objetivou estudar as percepções e representações de jovens sobre o processo de assumir sua homossexualidade e sobre os impactos em seu cotidiano, no que tange à autonomia, inclusão e participação social. Ademais, buscou conhecer fatores facilitadores, obstáculos e estratégias utilizadas. A pesquisa consistiu	2016

estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais	em um estudo exploratório de caráter qualitativo com dois jovens gays e duas jovens lésbicas entre 18 e 24 anos, por meio da técnica de mapas corporais narrados, que são imagens do corpo em tamanho real, criadas a partir do desenho e pintura complementadas por narrativas orais. A análise de conteúdo identificou três categorias temáticas centrais: (a) Preconceito, Estigma e Empoderamento: compreende as representações sociais da homossexualidade e sobre como os processos de resistência e empoderamento operam; (b) Discriminação, Isolamento e Participação Social: refere-se às percepções sobre como o processo de sair do armário afeta o cotidiano, principalmente nos espaços familiar, escolar, do trabalho e de convivência social e cultural; (c) Possibilidades de Transformação e Projetualidade: sintetiza as expectativas e visões de futuro dos participantes para suas vidas e para a transformação da sociedade, em termos do respeito à diversidade sexual. Conclui-se que os discursos vigentes em torno da homossexualidade permeiam as falas dos participantes, principalmente nos assuntos ligados ao preconceito e discriminação à população LGBT no Brasil. É relevante destacar a importância da rede social próxima para o processo de sair do armário. Palavras-chave: Juventude, Homossexualidade, Diversidade Sexual	
Reconhecimento, igualdade complexa e luta por direitos à população lgbt através das decisões dos tribunais superiores no brasil	No Brasil, o movimento social que reúne gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) nasceu da necessidade de unir vozes em combate às opressões históricas às diferentes expressões da sexualidade e identidades de gênero. O exame das decisões de tribunais superiores que envolvem a coletividade LGBT permite um estudo aproximado sobre como o Estado brasileiro se comporta perante essa parcela da população, dada a ainda carente expressão legislativa para reger os seus interesses. Neste trabalho, tendo-se como marco teórico a "luta por reconhecimento" e de justiça de autores multiculturalistas, objetiva-se analisar os principais conflitos judiciais referentes a direitos de equalização e reconhecimento às pessoas LGBT, com base na análise de julgados do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal de 2003 a 2013, em demandas envolvendo interesses de pessoas LGBT e em suas derivações legislativas e administrativas. Palavras-chave: Identidades LGBT, Justiça, Multiculturalismo, Direitos no Estado, Tribunais Supremos no Brasil.	2015
Comportamentos sexuais de risco e preventivos masculinos: resultados de uma amostra recolhida através da internet em portugal	Pretendeu-se com a pesquisa realizada estudar e comparar padrões de testagem em relação ao VIH; resultados do teste para o VIH; e comportamentos sexuais preventivos de homens homo, hetero e bissexuais. Os dados foram recolhidos através de um questionário on-line. A amostra foi constituída por 732 participantes com idade média de 32,2 anos, dos quais 53,7% identificaram-se como homossexual/gay; 27,4%, como heterossexual; e 18,3%, como bissexual, refletindo a divulgação privilegiada do estudo junto a organizações de lésbicas, gays, bissexuais e transgênero (LGBT). Nunca tinham realizado o teste para o VIH 26,6% dos participantes; 7,2% indicaram ser portadores do HIV. Homens gays apresentaram níveis significativamente mais elevados de testagem para o VIH e de soropositividade, quando comparados com os restantes. No geral, verificou-se ainda que homens gays indicaram ter mais comportamentos preventivos. Todos os grupos estudados apresentaram padrões comportamentais específicos e diferenciados em relação ao VIH. Conclui-se que são de grande importância intervenções comportamentais desenhadas à medida das necessidades dos diferentes grupos estudados, em particular junto aos homens heterossexuais e gays. Palavras-Chave: Homens; VIH; Prevenção; Orientação Sexual; Portugal	2015
Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais	O objetivo deste estudo foi compreender os processos de construção da conjugalidade e as expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. Foram entrevistados quatro casais (quatro homens e quatro mulheres) que coabitavam havia quatro anos, em média. Utilizaram-se entrevistas semiestruturadas e a técnica da história de vida, audiogravadas e transcritas. A análise de conteúdo revelou três categorias: relação conjugal, constituição da família e expectativas quanto à adoção homoparental. Os casais entrevistados fundamentam e qualificam seus relacionamentos baseados nos sentimentos de amor, companheirismo, parceria, lealdade e fidelidade. Apresentam o desejo de ter filhos, reconhecendo a responsabilidade de tal escolha. Observa-se que atribuem à família a responsabilidade de uma instituição que deve cuidar de seus participantes, protegê-los e incentivá-los, sendo o arranjo homoafetivo comparado ao modelo tradicional e heteronormativo. Apesar do preconceito existente em relação às homossexualidades, mostram-se interessados no debate atual acerca dos direitos da população LGBT. Palavras-chave: conjugalidade; homossexualidade; parentalidade; relações familiares; adoção.	2015
As primeiras respostas à epidemia de aids no brasil: influências dos conceitos de gênero, masculinidade e dos movimentos sociais	Este ensaio caracteriza-se por ser uma reflexão teórica sobre as concepções de gênero e masculinidade e, como estas influenciaram a formulação de uma identidade de grupo e de movimentos que marcaram as primeiras respostas do Estado brasileiro à epidemia de aids. Sendo assim, o artigo apresenta, além das teorias de gênero e masculinidade, um panorama sobre a formulação das 'redes de solidariedade' e de grupos e organizações não governamentais, focados na luta pelos direitos das pessoas vivendo com HIV/aids e no apoio à aqueles que viviam com a doença, a expansão da homofobia, por parte daqueles que utilizaram o HIV como bode expiatório de fobias e preconceitos e, a formulação de Políticas Públicas em reação às inquietações de representantes da comunidade homossexual. Conclui-se que o fato de as primeiras pessoas identificadas como portadoras do HIV serem homens gays marcou profundamente as respostas dadas à epidemia, os rumos do movimento LGBT e levou a uma inegável estigmatização das pessoas com a síndrome. Por outro lado, a aids foi responsável por trazer os 'desvios sexuais' à tona e fez a homossexualidade, assim como outras formas dissidentes da heterossexualidade e da masculinidade hegemônica tornarem-se realidades cotidianas. Considera-se que a sociedade civil representou um importante e decisivo elemento no enfrentamento da epidemia e uma nova forma de pensar e de construir políticas públicas, devido ao resultado de esforços de grupos e movimentos sociais. Palavras-chave: HIV/aids, homossexualidade, masculinidade(s), gênero, Políticas públicas.	
Clínica lgbt: contribuições do psicodrama para superação do estigma e da	A população LGBT tem sofrido historicamente com o estigma e a discriminação por sua orientação sexual e identidade de gênero. Os movimentos sociais têm promovido reverberações nas mídias e reivindicado respostas programáticas governamentais. O objetivo deste artigo é relatar a experiência de atendimento psicológico no Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, serviço da Prefeitura de Fortaleza. Esse atendimento visava fortalecer o usuário do serviço para lidar com momentos de crise, de maneira espontânea e criativa, através da terapia	2014

	discriminação	psicodramática breve, focal. O método psicodramático facilitou a reflexão e ampliou as interações verbais, ao concretizar e transformar estruturas cristalizadas, inclusive, a trabalhar as próprias discriminações internalizadas. Espera-se que este artigo possa contribuir com a prática de profissionais que atendam ao público LGBT. Palavras-chave: Orientação sexual. Identidade de gênero. Estigma. Discriminação. Homofobia.	
	Alegria momentânea: paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	Paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) são eventos de visibilidade para essa população. Originadas nos Estados Unidos como marchas de denúncia ante a violência contra homossexuais, no Brasil se tornaram manifestações com características carnavalescas. O presente estudo investigou as paradas a partir das percepções dos seus participantes. Foram aplicados 183 instrumentos de evocação ao termo "parada" para frequentadores das paradas de Brasília (n=123) e Goiânia (n=60). Os dados foram analisados por meio do software EVOC. Observou-se que os termos mais evocados das paradas são "alegria" (F=46, RM=1,978), "diversidade" (F=25, RM=2,360) e "liberdade" (F=8, RM=2,412). Conclui-se que os participantes compreendem as paradas como momentos propícios à liberdade de expressão dos afetos. Palavras-Chave: Movimentos sociais, Orientação sexual, Identidade de gênero, Evocação.	2013
	A instituição familiar e a relação humana de familiaridade	Esse artigo objetiva iniciar uma reflexão sobre um modelo de relação humana familiar que a afirme como um espaço de amadurecimento e atualização individual e de encontro autêntico entre pessoas envolvidas em relações de afeto, a fim de o contrapor ao modelo de relação familiar que sustentou a instituição família na legalidade e nas políticas públicas até os dias atuais. A hipótese era a de que algumas prescrições normativas ou sociais construídas historicamente na definição da instituição família poderiam estar sendo, justamente, a causa de insucesso dessas relações humanas familiares no cumprimento de seus fins pessoais. A justificativa da pesquisa se situa na necessidade de uma nova base conceitual para explicar a família, tendo em conta, por exemplo, demandas formuladas por movimentos feministas, LGBT, de defesa dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, estas que têm encontrado importantes "oportunidades políticas" para o sucesso de alguns de seus pleitos. Este trabalho foi desenvolvido a partir de algumas reflexões referentes ao tema das relações humanas familiares em autores da psicologia, tais como Carl Rogers, J. L. Moreno e Richard Hycner, como base para se avaliar as atuais, e substantivas, transformações da ordem jurídica brasileira no que se refere à instituição familiar, que hodiernamente recepiona os novos arranjos familiares. Palavras-chave: Relações Humanas de Familiaridade, Instituição Família, Legalidade, Políticas Públicas, Decisões judiciais.	2013
MEDLINE	Posições sexuais, estilos corporais e risco para o HIV entre homens que fazem sexo com homens no Recife (Brasil)	O artigo apresenta resultados de pesquisa etnográfica na comunidade gay do Recife (PE), realizada por meio de observação participante e entrevistas. Objetiva compreender condutas sexuais de risco de homens que fazem sexo com homens (HSH) ao HIV, focando os sentidos das posições sexuais no intercuro anal — receptivo (IAR) e insertivo (IAI). Praticantes de IAR desprotegido são sujeitos a maior risco de infecção que praticantes de IAI. Os que praticam ambos, IAR e IAI, são elos amplificadores (maiores chances de receber e passar o vírus) nas cadeias de transmissão. O texto aborda as categorias étnicas, relacionadas com as identidades de gênero — pinto (gay feminino), boy (gay masculino) e caçu (HSH e com mulheres, não gay, masculino, classe popular) — e com as identidades sexuais — ativo (IAI), passivo (IAR) e versátil (IAI e IAR) —, nos modos como significam as posições sexuais e produzem atração sexual. Os homens masculinos são os sexualmente desejados. Boys tendem a se relacionar com boys, e pintos, com caçus. Há expressivo número de versáteis, o que amplia o risco coletivo dentro da comunidade gay. Por meio das relações entre pintos e caçus, pode existir um caminho propício para o vírus circular mais entre a comunidade gay e a sociedade mais ampla. Palavras-Chave: HSH; Posições sexuais; HIV/Aids; Gênero; Homossexualidade.	2019
	A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (lgbt) e o acesso ao processo transexualizador no sistema único de saúde (sus): avanços e desafios. / a política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (lgbt) e o acesso ao processo transexualizador no sistema único de saúde (sus): avanços e desafios.	Este estudo objetivou analisar como o Ministério da Saúde (MS) vem implementando o Processo Transexualizador (prtr) no SUS, por meio da pesquisa de documentos oficiais de domínio público, sistematização de dados quantitativos e análise das memórias do Comitê Técnico de Saúde LGBT (CTSILGBT) do MS. A pesquisa exploratória combinou métodos quanti e qualitativos de estudo, tomando como base metodológica a proposta normativa de pesquisa de avaliação de programas e sistemas de saúde. O estudo resultou no cômputo total das cirurgias de redesignação sexual realizadas no SUS (2008-2016), que evidenciam nulidade de óbitos e desigualdades regionais de acesso; e no acompanhamento das ações de implementação da Política Nacional de Saúde Integral Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) por comitê específico designado pelo MS. Mesmo com avanços consideráveis, os desafios persistem, sendo o mais ameaçador, atualmente, a possibilidade de retrocesso imposta por setores conservadores do executivo e legislativo. Portanto, a visibilidade das ações já conquistadas é um passo decisivo para manutenção e potencialização do prtr no SUS. Palavras-Chave: Políticas públicas; Pessoas transgênero; Procedimentos de readequação sexual.	2017
	Vulnerabilidade legislativa de grupos	As minorias encontram-se em uma posição de inferioridade na sociedade e, por isso, são vulneráveis em vários aspectos. Este estudo analisa a vulnerabilidade legislativa e visa categorizar como "fraca" ou "forte" a proteção conferida pela lei às minorias: idoso, deficiente, LGBT, índio, mulher, criança/adolescente e negros. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa documental em que se buscou, em 30 leis federais, dispositivos legais que	2017

minoritários	conferissem proteção às minorias. Em seguida, os artigos foram organizados nas categorias: cível, criminal, administrativo, trabalhista e processual para, posteriormente, serem analisados. Considerou-se a proteção jurídica como “forte” quando houvesse dispositivos legais que contemplassem as cinco categorias, e “fraca”, a que não atendia esse critério. Observou-se que seis grupos possuem uma proteção legislativa “forte”, o que elide a afirmação de que as minorias estão à margem da lei. A exceção é o grupo LGBT, cujo amparo legal é “fraco” Ademais, consagrar direitos por meio de leis reforça os canais institucionais para que as minorias exijam seus direitos. Por fim, observou-se que o amparo legislativo conferido às minorias não é homogêneo e sim é discriminatório, além de existir uma interferência do grupo majoritário na regulação dos direitos dos grupos vulneráveis. Palavras-chave: Análise de vulnerabilidade; Legislação como tópico.	
--------------	---	--

Fonte: Arquivos da pesquisadora.

Após a associação dos dois primeiros descritores, estabelecemos um novo descritor intitulado de População em LGBT em situação de rua. A partir desse descritor encontramos 1 (um) artigo que tem relação com o nosso objeto de estudo, conforme quadro síntese a seguir.

Tabela 05 - Quadro síntese dos artigos identificados que abordam sobre a População LGBT em situação de rua, nas bases de dados Scielo, Lilacs, Medline, no período de 01 de janeiro de 2013 a 01 de agosto de 2019

Base de dados	Título	Resumo	Ano
LILACS	Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao hiv/aids	O presente artigo visa a refletir sobre os contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS entre a população LGBT em situação de rua, a partir de pesquisa de campo que buscou analisar suas trajetórias de vida, realizada na região central de São Paulo. Foram realizadas 11 entrevistas semi-abertas com pessoas LGBT em situação de rua, sendo quatro delas com gays, duas com lésbicas, três com homens bissexuais, uma com uma travesti e uma com uma mulher transexual. A análise evidenciou a presença de uma forma de sociabilidade nômade, associada ao afastamento de vínculos com as instâncias trabalho, família e escola, à vivência nas ruas e ao uso frequente de substâncias psicoativas, relacionada ao preconceito heterossexista nas famílias, escolas e ambientes de trabalho, mas também à resistência aos ideais de fixação presentes nestas instituições. Em relação ao HIV/AIDS, este estudo mostra que a vida nas ruas configura-se como uma situação onde se acumula uma sinergia de situações de discriminação e violência que, fortemente relacionadas entre si, aumentam a vulnerabilidade à infecção pelo HIV, e ao mesmo tempo dificultam a vinculação aos serviços de saúde e a guarda da medicação antirretroviral utilizada, impedindo o tratamento adequado nos casos de adoecimento por AIDS. Palavras-chave: População de rua, LGBT, HIV/AIDS.	2013

Fonte: Arquivos da pesquisadora

O artigo aborda a trajetória de vida da população LGBT em situação de rua, explorando o que motivou a sua inserção nas ruas; quais são os desafios e dificuldades que enfrentam; a caracterização dessa população, incluindo faixa etária, identidade de gênero e orientação sexual; e, aponta os vínculos escolares interrompidos desencadeado pela LGBTfobia presente no âmbito escolar.

Discorre sobre as peculiaridades dessas pessoas quando se encontram em situação de rua. Apresenta um histórico mais frequente de violência física e sexual na família de origem e, posteriormente nas ruas, em relação àqueles que se declaram heterossexuais. Estão mais sujeitos ao abuso de álcool e outras drogas, o

que torna essa população mais suscetível à discriminação pelas outras pessoas que estão em situação de rua e pela polícia. São praticantes mais frequentes da troca de sexo por drogas, dinheiro, abrigo, alimento, bem como são mais sujeitos a entrarem no mercado da prostituição e são mais vulneráveis à infecção pelo HIV.

Para tal, o pesquisador faz um levantamento sobre a dificuldade dessas pessoas terem vínculos empregatícios, devido aos preconceitos submetidos, o que por vezes desencadeia a inserção no mercado sexual, como também essa inserção se torna instrumento para que os mesmos vivam sua liberdade sexual. O autor apresenta também os conflitos familiares como principal motivo do adentrar a rua ou de permanência nela, que estão relacionados diretamente ao rompimento com o padrão heteronormativo.

Ressaltamos que o autor não faz uma abordagem considerando a relação entre os problemas identificados e o contexto econômico, político e social no qual está inserida a população LGBT em situação de rua. Kashiura apud Miranda et al (2019) nos chama a atenção para a necessária articulação entre a problemática da população LGBT e a conjuntura política no qual se insere que nos ajuda na análise dessa população em situação de rua.

Os autores nos alertam que uma análise desvinculada de uma necessária articulação com as pautas estruturais, tem gerado diversos processos de apropriação capitalista sobre as demandas e os corpos da população LGBT. O esforço em buscar estabelecer relações entre si, assim como, com a exploração capitalista, enxergando sexualidade e modo de produção como pautas que não podem ser separadas, está sustentado na crítica à noção de sujeito de direito pautada no marco da liberdade capitalista, onde os corpos e pautas tornam-se mercadoria e os/as trabalhadoras veem-se livres, apenas para vender sua força de trabalho, amoldando-se à forma do capital.

Assim, a problemática relativa a PSR e em especial a população LGBT em situação de rua não pode ocorrer de forma desarticulada da conjuntura política na qual se insere, considerando que a modificação da realidade dessa população está intrinsecamente vinculada ao movimento ético e político de mudança da sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levantar a produção de conhecimento sobre a trajetória de vida da população LGBT em situação de rua, foi uma tarefa desafiadora considerando o número escasso de pesquisas publicadas sobre uma problemática que existe na realidade concreta.

Essa escassez, inviabiliza o (re)conhecimento de quem são essas pessoas, e quais são suas reais necessidades de forma contextualizada, considerando que são demandas produzidas pela sociedade capitalista neoliberal.

Sociedade marcada pelo aprofundamento das desigualdades sociais, atrelada aos interesses do capital agroindustrial, do armamento e do fundamentalismo religioso de base evangélica. Consequentemente, de fortalecimento de uma elite ultraconservadora, homofóbica e racista.

Como desdobramento desse cenário, ocorre a intensificação do processo de vulnerabilidade e dos estereótipos que cercam a população LGBT em situação de rua. Ademais, reproduz a invisibilidade social dessa população no âmbito das políticas públicas

A produção de conhecimento só tem sentido com pertinência social, ou seja, quando parte de uma realidade concreta e a ela retorna como possibilidade de construção de estratégias para o enfrentamento dos problemas identificados nessa realidade. Esse é o papel social da produção de conhecimento.

Assim, a identificação de apenas um artigo que aborde a temática é deveras preocupante e reforça a necessidade da realização de mais pesquisas acerca da trajetória de vida de uma população que está em um processo ainda maior de vulnerabilidade, em especial, diante do cenário político no qual encontra-se inserida e de sérias perdas de direitos sociais.

A efetivação de políticas públicas deve ocorrer de uma forma ampliada, que englobe para além de programas ou legislações. Mas sim uma rede constituída de sujeitos sociais que se articulam como forma de fazer o poder público reconhecer determinadas demandas da população LGBT em situação de rua como problemas públicos e, assim, dignos de atenção e respeito. E antes mesmos de reconhecer

suas demandas, reconhecer que são seres humanos, sujeitos sociais dotados de história e dignidade.

A população LGBT em situação de rua vivencia, todos os dias, a afirmação que não são sujeitos, seja pelas agressões verbais, psicológicas e físicas que se iniciam por vezes no seio de sua própria família e posteriormente nas ruas; seja pela propagação de discursos de ódio na mídia, pela violação institucional, com as recusas de empregos às pessoas trans e travestis; seja por ocupar os empregos mais marginalizados.

Tudo isso ancorado na omissão do poder público, que é construído em bases ultraconservadoras negando os direitos básicos dessa população, e alimentando o discurso de ódio e desprezo, disfarçado em liberdade de expressão, em nome da moral e dos bons costumes; ou, dentro de si próprio, causadas pela internalização do discurso do pecado, do errado fortificado pelo processo heteronormativo.

Por isso é que se faz necessária a ampliação da produção de conhecimento acerca da problemática enfrentada pela população LGBT, em especial, em situação de rua, em todos os âmbitos, como forma de dar-lhe visibilidade social e (re)conhecê-la como cidadã portadora de direitos.

Por fim, ser LGBT, em especial, em situação de rua é um ato desafiador. É ser sujeito de luta e de resistência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. N. G. **Transfobia no percurso denunciativo brasileiro**: um estudo a partir do Disque Direitos Humanos da Presidência da República. Goiana, 2017.

ARAGUSUKU, H. A; LOPES, M. A. Souza. Políticas públicas e cidadania LGBT em Mato Grosso: Uma década de avanços e retrocessos (2007-2017). **Sexualidad, Salud y Sociedad (rio de Janeiro)**, [s.l.], n. 29, p.147-171, ago. 2018. FapUNIFESP

BALESTERO, G.S., GOMES, R.N. Violência de gênero: uma análise crítica da dominação masculina. Brasília: **Revista CEJ**. vol. 66, 2015. p.45.

BARIFOUSE, R. **STF aprova a criminalização da homofobia**. São Paulo: Bbc News, 13 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BARROS, A. F, *et al.* **Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT**. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. 2014.

BENEVIDES, B. G; NOGUEIRA, S. N. B. ASSASSINATOS POR ESTADO In: BENEVIDES, B. G; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs). **Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018**. ANTRA.IBTE. Brasil, 2019b. p.15-60.

BIROLI, F. **A crise, a deposição de Dilma Rousseff e a fragilidade da democracia**. 2016. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/15/a-crise-a-deposicao-de-dilma-rousseff-e-a-fragilidade-da-democracia/>> Acesso em: 13 de janeiro 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Ministério da Saúde. Brasília, 2013.

_____, Ministério da Saúde. **Manual sobre o cuidado a saúde junto a População em Situação de Rua**. Brasília, 2012.

_____. **Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de dez. 2009.

_____. **Resolução nº 2 de 27 de fevereiro de 2013**. Define diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema

Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde, Comissão Intergestores Tripartite, Brasília, DF, 27 de fev. 2013.

CASTEL, R. As dinâmicas do processo de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

DANTAS, M. **Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios**. Rio de Janeiro, 2007.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetória de exclusão social**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

GALLEGO, E. S, *et al.* **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: BOITEMPO, 2018.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário Marxista. A política sexual de uma palavra”. **Cadernos Pagu** (22), 2004: pp.201-246, 2004.

HORST, C. **Política social e população LGBT**. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE NACIONAL DE POLITICA SOCIAL*, 3º. 2015, Vitória. Anais eletrônicos. Vitória: UFES. Disponível em:<
<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/10001/7065>> Acesso em: 10 de maio de 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL**. Brasília: Ipea, 2016.

JESUS J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Metanoia, 2014.

JUCÁ, B. **Conselhos sociais sobre indígenas, LGBTs e população de rua estão na mira de Bolsonaro**. 2019. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/15/politica/1555364075_912856.html>. Acesso em: 01 de julho 2019.

LONGO, I. 100 dias de retirada de direitos e violência contra a população LGBTI. **Revista Fórum**, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/100-dias-de-retirada-de-direitos-e-violencia-contr-a-populacao-lgbti/>. Acesso em: 01 maio. 2019.

LUNES, A. et al. A HOMOFOBIA SOB A ÉGIDE CONSTITUCIONAL: a necessidade de criminalizar uma conduta que afronta os principais fundamentos da Constituição. **Jornal Eletrônico das Fiv**. Juiz de Fora, p. 1-20. 06 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/676>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

MARQUES, D. D. **O que significa LGBTQIA?** 19 fev. 2013. Disponível em: <<http://denisdutramarques.blogspot.com/2013/02/o-que-significa-lgbtqia.html>>. Acesso em: 21 set. 2018.

MENDES, K. D. S. *et al.* Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 17, n. 4, Dec. 2008.

META Instituto de Pesquisa de opinião. **Relatório final.** Pesquisa Censitária e Amostral. População em Situação de Rua, 2008.

MIRANDA, L. G, et al. Direitos LGBT e capitalismo: entre a organização social e os processos de apropriação do capital. In: LIMA, M. M. B; BELLO, E; VALENÇA, D. A. (Org.). **Direito e Marxismo:** tempos de regresso e a contribuição marxiana para a Teoria Constitucional e Política. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. p. 431-1238.

MOURA, J. 7 conquistas – e um grande desafio – dos LGBT nos últimos 20 anos. **Revista veja**, 16 jun. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/7-conquistas-e-um-grande-desafio-dos-lgbt-nos-ultimos-20-anos/>>. Acesso em: 01 maio. 2019.

NEPOLITANO, M. **1964, História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo/SP: Contexto, 2014.

NOGUEIRA, S. N. B. Introdução. In: NOGUEIRA, S. N. B; AQUINO, T. A; CABRAL, E. A (Orgs.). **Dossiê:** a geografia dos corpos das pessoas trans. Aracajú: Rede Trans-Brasil, 2017a. p. 4-5.

_____. As travestis no limbo. In: NOGUEIRA, S. N. B; AQUINO, T. A; CABRAL, E. A (Orgs.). **Dossiê:** a geografia dos corpos das pessoas trans. Aracajú: Rede Trans-Brasil, 2017d. p. 29-46.

_____. Orientação sexual e identidade de gênero. In: NOGUEIRA, S. N. B; AQUINO, T. A; CABRAL, E. A (Orgs.). **Dossiê:** a geografia dos corpos das pessoas trans. Aracajú: Rede Trans-Brasil, 2017b. p. 12-14.

_____. Da negação da identidade de gênero na imprensa brasileira. In: NOGUEIRA, S. N. B; AQUINO, T. A; CABRAL, E. A (Orgs.). **Dossiê:** a geografia dos corpos das pessoas trans. Aracajú: Rede Trans-Brasil, 2017c. p. 22-26.

OLIVEIRA, J. M; NOGUEIRA, C. Introdução: Um lugar feminista queer e o prazer da confusão de fronteiras. **Ex.Aequo**, n. 20, pp.9-12, 2009

PEIXOTO, V. B. **Violência contra LGBTs no Brasil:** a construção sócio-histórica do corpo abjeto com base em quatro homicídios. Brasília, 2018.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. (orgs). **Política social no Capitalismo:** Tendências Contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PRADO, M. A. M; MACHADO, F.V. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez. 2012.

REIS, T. **Manual da comunicação LGBTI+**. Aliança Nacional LGBTI. 2017.

SCOTT, J. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista Ponto de Vista**. Publicações Anpocs. São Paulo, 1998.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2): 1-35. 1995.

SILVA, A. C. R. *et al.* **População em Situação de Rua: desafios, avanços legais e possibilidades**. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 15º.2012, São Paulo. *Anais eletrônicos*. São Paulo: FIAET. Disponível em: <
<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/3688>> Acesso em: 25 de abril de 2019.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. Cortez, São Paulo, SP. 2009.

WARANDA, W.; ADORNO, R.C.F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 13, n. 1, abr. 2004.